

**ANPOCS**

**b i b**

Revista Brasileira de Informação  
em Ciências Sociais

**17**

## A ANTROPOLOGIA NO BRASIL: UM ROTEIRO \*

*Julio Cezar Melatti*

---

Talvez a melhor maneira de dar conta do desempenho da Antropologia no Brasil seja traçar-lhe a história. Seria, porém, temerário tentar fazê-lo dentro dos limites de espaço e de tempo de que aqui dispomos, uma vez que essa tarefa exigiria o exame cuidadoso de um número razoavelmente grande de livros e artigos que se vêm acumulando por mais de cem anos de atividade.

Entretanto, uma vez que vários antropólogos e cientistas de áreas afins têm elaborado, ao longo desses anos, avaliações, comentários sobre períodos, orientações, temas, autores, relacionados ao desenvolvimento da Antropologia em nosso país, optamos por organizar um roteiro, curto, provisório e inevitavelmente cheio de falhas, em que procuramos encadear e aproveitar esses já numerosos trabalhos críticos e bibliográficos, cuja consulta recomendamos, arrolando-os no final deste trabalho.

O leitor notará que um maior espaço é dedicado à Etnologia. Isso decorre de duas razões: a existência (pelo menos é esta a nossa impressão) de um maior número de trabalhos e um mais amplo leque de temas etnológicos explorados do que de temas referentes a outros

---

\* Trabalho escrito originalmente para integrar a coleção *Curso de Introdução à Antropologia*, a ser publicada pelo Convênio Fundação Universidade de Brasília/Open University.

[Resenha publicada no BIB n. 17/1984.]



ramos da Antropologia; e por ser este roteiro elaborado para um Curso que tem um interesse mais forte na Etnologia.

### 1. Cronistas

É comum entre os antropólogos brasileiros chamar de "cronistas" aqueles autores que, apesar de não serem cientistas sociais, seja porque as Ciências Sociais ainda não existissem, seja porque eles se dedicassem a outros misteres, deixaram relatos em que registram suas experiências com a população de determinados locais ou regiões do Brasil e suas observações a respeito dela. São, pois, cronistas, numerosos navegadores, missionários, diplomatas, empresários, militares, naturalistas, que, desde o momento em que Cabral tocou o litoral brasileiro até o presente século, visitaram o Brasil, ou aqui moraram temporariamente, ou mesmo chegaram a se estabelecer, deixando o registro de seus contatos com a população. Por conseguinte, a conhecida carta de Pero Vaz de Caminha teria sido a primeira dessas "crônicas".

Se tais autores não foram propriamente antropólogos, porque tratar deles neste roteiro? É que, na inexistência ou ausência do cientista social, eles nos deixaram registros de observações diretas, espontâneas, ainda que não controladas. Somente os naturalistas tinham sido educados de maneira a manter uma certa disciplina em suas observações, mas, de qualquer maneira, ao lidar com fenômenos sociais, deparavam com um objeto cujas peculiaridades não permitem o mesmo tratamento que os fenômenos físicos e biológicos.

O sociólogo Florestan Fernandes, que escreveu duas excelentes monografias sobre os Tupinambás, povo indígena que se extinguiu no século XVII, teve o cuidado de procurar demonstrar num artigo (Fernandes, 1949) como é rica a informação que os cronistas deixaram sobre esse povo e como é possível fundamentar sobre ela uma reconstituição do sistema social Tupinambá, como ele fez, utilizando-se, no caso, do método funcionalista. Para mostrar a consistência do conteúdo etnográfico do relato dos cronistas, Fernandes se demora no exame das informações e descrições que deixaram sobre a situação do prisioneiro no grupo local inimigo. Seu artigo é reforçado por duas grandes tabelas em que assinala a presença ou não de informações, no relato de cada cronista que tratou dos Tupinambás, sobre tópicos do sistema guerreiro desse povo e o número de aspectos tratados em cada tópico.

Outra interessante crítica dos cronistas foi a que Thekla Hartmann escreveu a respeito dos desenhos feitos por eles, ou por desenhistas que os acompanharam, no final do século XVIII ou no decorrer do século XIX, em que se representam indivíduos ou cenas indígenas. A etnóloga (Hartmann, 1975) examina: o grau de habilidade dos artistas em achar as proporções corretas e as características somáticas dos índios de cada grupo; sua capacidade em captar os traços individuais; a utilização de adornos e marcas culturais tribais para acentuar diferenças que os artistas não conseguiam ver ou reproduzir nas características biológicas, até casos extremos de utilização de um "manequim" único, decorado e marcado diferentemente segundo o grupo tribal; se os desenhos foram realizados por observação pessoal, ou se a memória, a imaginação, a informação de terceiros, também serviram como recursos; se a informação etnográfica foi filtrada pela orientação técnica, idéias preconcebidas e imagens pré-formadas. Assim, fica-se sabendo da fidedignidade de Hércules Florence, ou do pouco valor documentário de Debret, que desenhou no Rio de Janeiro cenas indígenas que nunca viu, às vezes baseado na descrição de terceiros e em artefatos do acervo do Museu Nacional. Além disso, repara Hartmann que, devido às modificações que sofriam os desenhos nas mãos dos gravadores que os preparavam para publicação, torna-se necessário conhecer os originais e não apenas as reproduções publicadas. Enfim, o livro de Hartmann nos ensina que os desenhos, uma vez passados por severa crítica, podem vir a ser uma valiosa fonte etnográfica.

Não faremos aqui uma longa enumeração dos nomes dos cronistas. Nos dois trabalhos citados (Fernandes, 1949, e Hartmann, 1975) há referência e bibliografia concernentes aos cronistas que foram objeto de crítica. Estêvão Pinto (1958) também escreveu uma apreciação dos cronistas do século XVI. Embora zoólogo, C. de Mello-Leitão, em três livros publicados na conhecida coleção Brasileira (Mello-Leitão, 1934, 1937 e 1941), descreve as viagens e contribuições de vários cronistas e, nos dois livros mais antigos, sobretudo, alude a suas observações concernentes aos fenômenos sociais. Luís da Câmara Cascudo, numa antologia sobre o folclore brasileiro (Câmara Cascudo, 1971), precede os textos selecionados de breves informações sobre seus atores, sendo quase um terço do volume dedicado aos que aqui estamos chamando de "cronistas". Sobre aqueles que trataram do Brasil desde a chegada da Família Real até o final do Império, há um trabalho dos antropólogos Egon Schaden e João Baptista Borges Pereira. Tra-

ta-se de um capítulo da conhecida *História geral da civilização brasileira*, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda. Nesse capítulo (Schaden & Borges Pereira, 1967), além dos cronistas, estão incluídos os primeiros antropólogos propriamente ditos, bem como intelectuais brasileiros que lidaram com temas antropológicos.

Sem dúvida, se fosse feito um levantamento geral dos dados que os cronistas nos puseram à disposição, certamente se poderiam distinguir períodos mais ricos em informações de outros mais pobres, podendo-se fazer o mesmo com diferentes regiões do Brasil ou diferentes tópicos. Temos a impressão de que é a partir da Chegada da Família Real que o número de cronistas aumenta, certamente devido à abertura dos portos e à transferência da capital de Portugal para o Brasil, que logo depois se torna independente. Por outro lado, o século XVIII, pelo menos no que tange à informações sobre indígenas, foi um período pobre. É isso pelo menos que nos diz Herbert Baldus, na "Introdução" à sua tão útil *Bibliografia crítica da etnologia brasileira* (Baldus, 1954-68, vol. 1, p. 11), onde faz um breve histórico dos estudos sobre índios do Brasil e que inclui também os cronistas.

## 2. Etnologia

No Brasil atual não é raro ouvir-se falar de "Etnologia" quando se trata de estudos referentes a sociedades indígenas, excluindo-se da classe rotulada por esse termo aquelas pesquisas referentes a temas urbanos ou rurais. Tomando o termo com esse sentido é que Schaden (1980c) escreveu um valioso trabalho sob o título *A Etnologia no Brasil*. Mas não é nessa acepção que aqui tomamos a palavra "Etnologia". Também não é no sentido que lhe foi atribuído por Radcliffe-Brown, que considerava como "Etnologia" aqueles estudos voltados para a busca das origens das instituições ou para a reconstituição das linhas de difusão dos traços culturais, contrastando-os com as pesquisas que considerava como tarefas da Antropologia Social, estudos geralmente de caráter sincrônico em que se procuram relacionar técnicas, costumes, instituições, crenças, valores de uma mesma sociedade, ou encontrar princípios que valham para todas as sociedades, pelo menos as de um mesmo tipo. Vamos aqui tomar "Etnologia" num sentido mais amplo, como parte da Antropologia Cultural ou Social que abrange os estudos em que o pesquisador entra em contato direto,

face a face, com os membros da sociedade ou segmento social estudado, contrastando-a com a Arqueologia, que abarca as pesquisas apoiadas em vestígios deixados por sociedades desaparecidas ou por períodos passados de sociedades que continuam a existir.

### 2.1 *Até os anos 30*

Nesse período não existe a formação acadêmica de etnólogo no Brasil. Os estudiosos brasileiros que dão contribuições nessa área são médicos, juristas, engenheiros, militares ou de outras profissões. Mesmo os etnólogos que vêm do exterior são formados em centros de pesquisa de criação recente, pois a Antropologia era então ramo novo das ciências, mesmo na Europa. Alguns deles são também de outras áreas acadêmicas e que, tendo-se interessado pela Etnologia, procuraram aperfeiçoar-se nos centros que a cultivavam.

Tanto os brasileiros como os estrangeiros desse período nem sempre eram puramente etnólogos, mas sim antropólogos gerais, lidando indistintamente com problemas etnológicos, arqueológicos, lingüísticos ou de Antropologia Física.

#### 2.1.1 *Transição para a Etnologia*

A partir de meados do século passado, alguns brasileiros se incumbem de tarefas de caráter etnológico. Esses pesquisadores, quase todos autodidatas em Antropologia, a par de seus levantamentos a respeito de índios, negros, sertanejos, mostravam na maior parte dos casos um certo interesse no destino das populações que estudavam e seu lugar na formação do povo brasileiro, cujo futuro era objeto de suas preocupações. Boa parte desses autores vivem um conflito entre a simpatia que devotavam às minorias que estudavam e a situação de inferioridade em que as colocavam na hierarquia biológica que supunham existir. Sobre as idéias conflituosas a respeito da população nacional, mantidas pelos intelectuais brasileiros no final do Império e da Primeira República, é muito útil a leitura de Thomas Skidmore (1976). Por outro lado, esses autores já estavam atentos para o problema do contato interétnico, tratado daí por diante por todas as gerações de etnólogos brasileiros, naturalmente segundo os recursos teóricos de cada época.

Um desses pesquisadores foi o famoso poeta indianista Antônio Gonçalves Dias, que participou de uma expedição exploradora às províncias do Brasil setentrional projetada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Essa "Comissão Científica", também apelidada de "Comissão das Borboletas", incluía especialistas de vários ramos. Gonçalves Dias foi um etnógrafo. A expedição partiu em 1859, demorando-se sobretudo no Ceará. Gonçalves Dias, porém, rumou para a Amazônia, onde dedicou-se a estudos lingüísticos e reuniu coleções etnográficas (Schaden & Borges Pereira, 1967, p. 434). Entretanto, parece que o poeta nada deixou publicado de suas pesquisas de campo, pois seus trabalhos etnológicos são ambos de base bibliográfica: Amazonas, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (t. 18, 1896., pp. 5-70, mas datado de 1853), em que discute o problema da existência das lendárias mulheres guerreiras que motivaram o nome do rio Amazonas, e Brasil e Oceania, divulgado no mesmo periódico (t. 30, 2.<sup>a</sup> parte, 1867, pp. 5-192 e 257-396), longo texto em que, baseado nos cronistas, ainda que de modo não exaustivo, apresenta uma descrição dos índios do litoral brasileiro, seguida de uma descrição resumida das populações da Oceania, para finalmente discutir o problema de qual das duas populações estava mais apta para receber a civilização cristã. No fim do trabalho Gonçalves Dias propõe que, ao lado do incentivo à colonização estrangeira, haja uma retomada da catequese dos índios. Gonçalves Dias não estava à frente das idéias de seu tempo: aceitava uma hierarquia das raças e admitia, como Martius, que os índios estavam em decadência, não motivada, mas apenas acentuada pelo contato com os brancos.

Digna de nota é também a figura de José Vieira Couto de Magalhães, militar que foi presidente das províncias de Goiás e de Mato Grosso, empreendeu a navegação regular a vapor do Araguaia e do Tocantins e interessou-se pelo estudo dos indígenas. São muito conhecidos seus trabalhos *Viagem ao Araguaia*, de 1863, transformado no volume 28 da Coleção Brasileira (7.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Nacional; Brasília, INL, 1975) e *O selvagem*, de 1876, hoje volume 52 da mesma Coleção (3.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Nacional, 1935). O primeiro se refere a uma viagem que realizou em 1863 e contém dados sobre índios das vizinhanças do Araguaia e Tocantins. No segundo apresenta: esboços de classificação das raças, que hierarquiza, e das línguas indígenas; lendas indígenas, sem dizer exatamente quem narrou cada uma, mas indicando que obteve uma delas em Belém e que coligou outras entre

soldados indígenas do Exército. Defende a idéia de assimilar os índios, aprendendo-lhes a língua para se poder ensinar-lhes o português, de modo a evitar seu extermínio futuro. Esse cuidado estaria relacionado à sua previsão de que a seleção natural iria eliminar os índios, mas aconselhava a se tomar o cuidado de misturá-los com os brancos antes que isso acontecesse, a fim de que estes criassem resistências ao ambiente físico do Brasil. O melhor mestiço seria o branco com um quinto de sangue indígena.

O botânico João Barbosa Rodrigues deixou muitas informações sobre diversos grupos indígenas da Amazônia e, em 1884, fez o contato, que teria sido o primeiro de caráter amistoso, com os Krixaná, índios da área onde hoje vivem os Waimirí-Atroarí. Interessou-se pelo curare, por lendas e cantigas amazônicas em língua geral (uma língua Tupi modificada e usada pelos colonizadores e que perdurou até o presente século na Amazônia) e pelos muiraquitãs.

Trabalho digno de admiração são os Estudos sobre a tribo Mundurucú, do engenheiro Antônio Manoel Gonçalves Tocantins, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (t. 40, 2.<sup>a</sup> parte, 1877, pp. 10-161). É uma pequena e comedida monografia sobre vários aspectos do modo de vida dos Mundurucú (família, agricultura, guerra, conservação das cabeças dos inimigos, pintura de corpo, feitiçaria, mitos, etc.), que visitou em 1875, bem como de importantes problemas do contato interétnico, tais como relações dos índios com os missionários, destes com a população civilizada, o comércio com os regatões. O que impressiona é o fato de Gonçalves Tocantins estar atento para vários dos mesmos problemas abordados por etnólogos de hoje.

Com relação aos índios da orla ocidental da região Centro-Oeste se podem citar os trabalhos do Visconde de Taunay e de João Severiano da Fonseca; com respeito aos do Brasil meridional, os de Telêmaco Borba e de Teodoro Sampaio. Os autores referidos até aqui neste item receberam atenção no já citado trabalho de Egon Schaden e João Baptista Borges Pereira (1967).

Na monografia de Câmara Cascudo (1971), atrás aludida, há referência a vários folcloristas do final do século passado e início do atual que poderiam ser arrolados, também, entre os precursores dos etnólogos brasileiros. Dentre eles se destaca Alexandre José de Melo Mo-



rais Filho, que descreveu festas populares, tipos humanos de rua, cenas do passado, serenatas, cantigas; dirigiu a coletânea a *Revista da Exposição Antropológica Brasileira* (Rio de Janeiro, 1882), que reuniu trabalhos antigos e modernos sobre Arqueologia, Antropologia Física e Etnologia dos índios brasileiros, entre os quais textos antropológicos do citado Barbosa Rodrigues (Baldus, 1954-68, texto 1047; Mello-Leitão, 1941, p. 315). Outro desses folcloristas foi o crítico Sílvio Romero. Além de suas coleções de cantos e contos populares, ele deixou no volume *Etnografia brasileira* (Romero, 1888) estudos críticos sobre Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, Teófilo Braga e Ladislau Neto (Câmara Cascudo, 1971, p. 283). Sobre as idéias que nortearam os textos de Sílvio Romero, convém consultar os comentários de Dante Moreira Leite (1969, pp. 179-94), de Luís de Gonzaga Mendes Chaves (1971) e de Thomas Skidmore (1976, pp. 48-53, 72-3 e 85).

Outra figura de destaque desse período foi o engenheiro, militar e jornalista Euclides da Cunha. Os sertanejos de Canudos e os do sudoeste da Amazônia foram retratados em páginas célebres por ele, que teve oportunidade de conhecê-los em pessoa. Muitos foram aqueles que comentaram a obra de Euclides da Cunha, sob vários pontos de vista. Dentre seus críticos se incluem Gilberto Freyre (1941 e 1943), Clovis Moura (1964), Dante Moreira Leite (1969, pp. 203-11), Thomas Skidmore (1976, pp. 120-7).

Cabe ainda colocar entre esses autores os dois iniciadores dos estudos sobre o negro no Brasil: o desenhista e arquiteto Manuel Raimundo Querino e o médico Raimundo Nina Rodrigues. O primeiro, que era ele próprio descendente de africanos, deixou cuidadosas descrições de tradições de origem africana. O segundo, que contribuiu no sentido de mostrar a diversidade de culturas que vieram com os escravos e seus locais de origem, na África, sucumbiu, por outro lado, às noções então vigentes de superioridade e inferioridade racial. Dante Moreira Leite, que também dedica algumas páginas a Nina Rodrigues (Leite, 1969, pp. 215-20), ao examinar sua obra, bem como as de Sílvio Romero e de Euclides da Cunha, repara nos três o conflito entre a realidade que descreveram e a simpatia pelas populações que estudaram, de um lado, e as teorias de determinismo climático ou racial que aplicavam em suas interpretações, de outro. Thomas Skidmore também comenta as idéias de Nina Rodrigues (Skidmore, 1976, pp. 74-9). Porém é Augusto Lins e Silva (1945) que dedica todo um livro à figura do famoso pesquisador.

Na segunda década deste século iniciam seus trabalhos dois autores que teriam grande influência nos meios intelectuais brasileiros: Roquette Pinto e Oliveira Viana. O primeiro, com formação em Medicina, publica em 1917 seu famoso livro *Rondônia*, hoje volume 39 da Coleção Brasileira (6.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Nacional, 1975), onde apresenta os dados que obteve em sua viagem, que também descreve, às terras dos índios Paresí e Nambiquaras em 1912. Pela maneira de apresentar o trabalho, pelos temas que aborda, pelos problemas que levanta, pode-se dizer que o livro de Roquette Pinto em nada fica a dever aos trabalhos então produzidos pelos etnólogos alemães, tratados no item seguinte, que então percorriam o Brasil. Roquette Pinto também se preocupava com a população brasileira como um todo, mas tratou-a sobretudo do ponto de vista da Antropologia Física (ver item 5.2). Dedicou-se também à Educação, tendo sido um dos pioneiros da radiodifusão com finalidades educativas. Sobre Edgard Roquette Pinto há um breve comentário de Fernando de Azevedo (1954), elaborado por ocasião de sua morte. Thomas Skidmore (1976, pp. 205-9) lhe dedica umas poucas, mas interessantes páginas.

Se Roquette Pinto não aprovava as idéias relativas à superioridade e inferioridade das raças, acalentadas por vários dos autores brasileiros precedentes, paladino que era de idéias mais modernas e atento aos primeiros passos da Genética, tinha, por outro lado, como seu contemporâneo, Oliveira Viana, autor também interessado no estudo do povo brasileiro, sobretudo no que tangia ao então pouco explorado tema do processo de formação da organização familiar e política, detendo-se principalmente nas populações do Sudeste e do Sul, mas que ainda fundamentava sua interpretação nas idéias de hierarquia racial. Contam-se entre as críticas a Oliveira Viana a de Dante Moreira Leite (1969, pp. 220-31), a de Sérgio Buarque de Holanda (1979, pp. 37-60) e um interessante texto de Luiz de Castro Faria (1978b).

### 2.1.2 *A predominância alemã na Etnologia Indígena*

Nesse primeiro período, os etnólogos estrangeiros que procuravam o Brasil eram principalmente alemães e estavam mais voltados para as culturas indígenas. Mantinham-se em nosso país apenas enquanto duravam suas expedições científicas. Posteriormente alguns chegaram a se radicar no Brasil (ou em países vizinhos). Egon Schaden dedicou



um trabalho a esses pesquisadores (Schaden, 1980b), sem contar aqueles comentários em que trata individualmente de alguns deles.

Apesar de Martius, como naturalista, sobretudo botânico, poder ser considerado um cronista ao falar de índios, sua contribuição foi muito grande, tanto para a Etnologia como para a Linguística. Foi o primeiro a tentar uma visão ordenada das culturas e línguas indígenas com que entrou em contato em sua viagem pelo Brasil junto com o zoólogo Spix, pouco antes da Independência, e procurar uma explicação para a situação em que se encontravam os índios. A contribuição etnológica de Martius, publicada nos meados do século passado, constituiu um ponto de partida para os etnólogos propriamente ditos, mesmo que não concordassem com algumas de suas idéias. Herbert Baldus (1940) comentou a viagem de Spix e Martius; Rosemarie Horch (1969) escreveu um artigo sobre a obra do segundo.

Mas o primeiro e talvez o mais famoso desses etnólogos alemães foi Karl von den Steinen, que passou da Psiquiatria para a Etnologia por influência de Bastian. Em sua expedição de 1884 descobriu os grupos indígenas xinguanos e foi o primeiro a descer o rio Xingu desde seus formadores até a foz. Numa segunda expedição, de 1887 a 1888, voltou a visitar os xinguanos. Sobre sua obra o leitor encontrará dois comentários que Egon Schaden lhe consagrou exclusivamente (Schaden, 1955b e 1956), apontando a formação evolucionista do pesquisador, que o levava a procurar desvendar no estudo dos xinguanos a origem de uma série de técnicas e costumes; Steinen dedicou também sua atenção, por outro lado, à descoberta do foco de irradiação dos índios da família linguística Karíb, da qual descobriu fazerem parte os Bakairí do Xingu.

Paul Ehrenreich, sobre quem Schaden escreveu também um sumário, mas substancialmente comentário (Schaden, 1964), esteve primeiro entre os Botocudos do Rio Doce, nos anos de 1884 e 1885; depois participou da segunda expedição do Steinen ao Xingu; em seguida fez pesquisa entre os Karajá, nos anos de 1888 e 1889; e, por fim, visitou, no Purus, os Paumarí, Yamamadí e Apurinân. Schaden põe em destaque principalmente seu trabalho sobre mitologia, no qual determina a existência de três ciclos míticos, cada qual relacionado a um ramo linguístico: Tupí-Guaraní, Aruák e Karíb.

Herrmann Meyer, por sua vez, fez duas expedições ao Xingu: uma em 1896-7 e outra em 1898-9. É conhecido sobretudo pelo seu

estudo da distribuição dos vários tipos de arcos e flechas no Brasil (Baldus, 1954-68, texto 1026).

Em 1900, outro alemão, Max Schmidt, fez sua expedição ao Xingu, visitando em seguida os índios Guató, em Mato Grosso, Estado ao qual voltou outras vezes para continuar suas pesquisas, chegando a conhecer vários grupos indígenas. A partir de 1931 passa a ter por base de suas pesquisas o Paraguai, onde acaba por se estabelecer, fazendo estudos sobre a região do Chaco. Apesar de interessado em vários temas, destacou-se por seus trabalhos referentes a economia e tecnologia. Ficou famoso seu trabalho a respeito dos índios do tronco Aruák em geral. A respeito deste pesquisador pode-se consultar seu *curriculum vitae* comentado que ele próprio redigiu pouco antes de falecer (Schmidt, 1955). Baldus elaborou um comentário sobre ele e sua obra por ocasião de sua morte (Baldus, 1951) e mais recentemente Veríssimo de Mélo fez um outro (Mélo, 1977b).

Outro pesquisador digno de nota foi Theodor Koch-Grünberg. Na sua primeira estada no Brasil visitou o Xingu, acompanhando Herrmann Meyer. Nas vindas posteriores dedicou-se ao estudo dos índios do noroeste da Amazônia, nas terras banhadas pelos rios Japurá, Negro e seus tributários. Deu grande importância à classificação das línguas. Entre os mitos coletados por ele estavam os do personagem Macunaíma, que tanta importância teve depois, transformado que foi pela literatura e o cinema. Koch-Grünberg morreu de malária no médio rio Branco em 1924 e sobre sua vida e obra Egon Schaden (1953b) redigiu um breve comentário e Veríssimo de Mélo (1978), um outro.

Os citados autores alemães, célebres por suas expedições de pesquisa, são contemporâneos de outros etnólogos estrangeiros que privilegiaram o trabalho de gabinete. É o caso do sueco Erland Nordenskiöld, que se dedicou ao estudo da distribuição espacial de traços culturais no Continente Americano, Brasil inclusive, e do padre Wilhelm Schmidt, que tentou estender à América Meridional seu esquema dos ciclos culturais, através dos quais procurava dar conta da difusão dos traços culturais pelo mundo inteiro. Seu trabalho referente ao nosso continente foi traduzido para o português como volume 218 da Coleção Brasileira, com o título *Ethnologia sul-americana* (São Paulo, Nacional, 1942). Escrito originalmente na segunda década deste século, esse livro está completamente desatualizado, mas sua

leitura é um bom meio de se conhecer a maneira de trabalhar dos difusionistas mais radicais.

Nas décadas dos 20 e dos 30, começam a se notar algumas modificações no que se refere às pesquisas com índios: as preocupações evolucionistas e difusionistas vão sendo pouco a pouco abandonadas; decresce o número de pesquisadores alemães, mas a maioria ainda continua a ser de estrangeiros; alguns desses pesquisadores estrangeiros se estabelecem no Brasil ou em países vizinhos.

O já citado Max Schmidt, por exemplo, estabeleceu-se no Paraguai, onde veio a falecer em 1950, o que fez com que vários de seus trabalhos viessem a ser publicados em espanhol, em periódicos paraguaios ou brasileiros.

Alfred Métraux, por sua vez, nascido na Suíça, trabalhou no período de 1928 a 1934 na Universidade de Tucumán, na Argentina. Tal como seu mestre Nordenskiöld, tinha interesses continentais e deixou uma extensa obra sobre índios de várias regiões da América do Sul. No que se refere ao Brasil, talvez seus trabalhos mais importantes sejam os livros sobre a cultura material e a religião dos extintos Tupinambás. Por ocasião da morte de Métraux, Ruy Coelho (1963a) escreveu um pequeno comentário sobre sua vida e obra; Baldus (1963) fez outro, com uma bibliografia mais extensa.

Talvez o mais notável pesquisador das sociedades indígenas, pela extensão de seu trabalho e pela dedicação com que se voltou a ele, tenha sido Curt Nimuendajú. Nascido na Alemanha, tinha originalmente o nome de Curt Unkel. Veio jovem para o Brasil, chegando aqui na primeira década deste século, e não dispunha de formação universitária. Trabalhou inicialmente com os Guaraní, dos quais recebeu o nome de Nimuendajú, com o qual passou a assinar seus trabalhos. Além de suas obras mais extensas sobre os Guaraní, os Xerênte, os Canelas, os Apinayé e os Tukúna, Nimuendajú deixou inúmeros trabalhos sobre língua, mitologia, história, de diversos grupos indígenas, e ainda um mapa etno-histórico dos índios do Brasil, acompanhado de uma enorme bibliografia consultada (*Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú*, Rio de Janeiro, IBGE; Brasília, Pró-Memória, 1981). Nimuendajú trabalhou no então recém-criado Serviço de Proteção aos Índios e foi como seu funcionário que providenciou a fixação dos Guaraní em reservas, no Estado de São Paulo, os quais já estudava desde antes do surgimento do referido Serviço, quando teve

a oportunidade de presenciar suas migrações messiânicas. Ainda como funcionário, participou dos trabalhos de atração dos índios Parintintin, sobre a qual deixou interessante relatório; aliás um empreendimento bem-sucedido que serviu de tema ao romance de Ferreira de Castro, *O instinto supremo* (5.ª ed., Lisboa, Guimarães, s.d.). Manteve extensa correspondência com o antropólogo Robert Lowie, nascido em Viena, mas radicado nos Estados Unidos, através da qual compensou muito da orientação acadêmica que lhe faltava. Lowie, que traduziu ele próprio ou providenciou a tradução para o inglês das principais monografias de Nimuendajú, chamando a atenção para a importância do estudo das sociedades Jê, chegou a deixar, em sua autobiografia (Lowie, 1959), um Capítulo, o 9.º, sobre essa correspondência, com o título, talvez algo injusto, de Trabalho de campo realizado à distância (*Field work in absentia*). Sobre Nimuendajú e sua obra existem os comentários de Baldus (1945), Nunes Pereira (1946), Schaden (1967-8), Castro Faria (1978c).

Neste período ainda pode ser incluído o valioso trabalho etnográfico dos missionários salesianos, que teve início com Antonio Colbacchini, a quem veio se somar César Albisetti, sendo Ângelo Jayme Venturelli seu continuador nos dias de hoje. O trabalho desses salesianos tem alguns pontos em comum com o de Nimuendajú: uma descrição cuidadosa; uma atenção para a organização social, tema até então bastante descuidado; uma ausência de orientação teórica bem definida, embora o evitar os antigos esquemas evolucionistas e difusionistas já constitua uma orientação. Mas diferem em outros aspectos: Nimuendajú estudou vários grupos indígenas, enquanto os salesianos, por força de seu trabalho missionário, se concentraram no estudo dos Borôro; os salesianos, pela catequese, modificavam intencionalmente a sociedade indígena que estudavam, enquanto Nimuendajú pautava seu comportamento pelo respeito e defesa das tradições tribais. Sobre César Albisetti há uma notícia escrita por ocasião de sua morte (Venturelli, 1978).

## 2.2 Dos anos 30 aos 60

Em 1934 se criou a primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Brasil, o que ocorreu na Universidade de São Paulo, que então aparecia. Na mesma época também se fundava a Escola de Sociologia e Política. Para fazer frente à necessidade de professores, fo-

ram contratados vários mestres estrangeiros. Desse modo, Roger Bastide, Emílio Willems, Claude Lévi-Strauss passaram a trabalhar na primeira, enquanto Herbert Baldus, Donald Pierson, na segunda, onde esteve como professor visitante, por breve período durante a Segunda Guerra Mundial, Radcliffe-Brown. Também no Rio de Janeiro criava-se a Universidade do Distrito Federal, onde Gilberto Freyre assumiu em 1935, como seu primeiro professor, a cátedra de Antropologia Social e Cultural; ocupou também a cátedra de Sociologia, enquanto Arthur Ramos ficava com a de Psicologia Social. Por volta de 1939 criava-se a Universidade do Brasil, que absorveu a Universidade do Distrito Federal. Nela Arthur Ramos ocupou a cátedra de Antropologia e Etnologia. Salvo engano, a Universidade do Distrito Federal, de curta existência, e sua sucessora, a recém-criada Universidade do Brasil, não chamaram professores estrangeiros para a área de Ciências Sociais. No entanto, Gilberto Freyre tinha estudado nos Estados Unidos, na Universidade de Baylor e depois na de Colúmbia, até 1922, viajando em seguida por Portugal e Inglaterra e, portanto, podiam imprimir uma influência renovadora sobre seus alunos. Mas parece que sua permanência na Universidade do Distrito Federal foi pequena. Já Arthur Ramos teve suas primeiras experiências no exterior a partir de 1940, mas sua prematura morte, aos 46 anos de idade, em 1949, privou a Universidade do Brasil do muito ainda que lhe poderia ter dado. Já em Recife, conforme conta Gonçalves Fernandes no seu Prefácio à segunda edição dos *Problemas brasileiros de antropologia* de Gilberto Freyre, em 1956 (Freyre, 1943), este último manteve atividades docentes na Escola Psiquiátrica do Recife, mantendo intenso intercâmbio com seus alunos. O próprio Gilberto Freyre, num artigo que integra o mesmo volume, Um antropólogo brasileiro especializado no estudo de "relações entre raças", a respeito de René Ribeiro, que estudou nessa Escola, declara-se como responsável inicial pela primeira cátedra de Sociologia, no Brasil, em 1928, na Escola Normal do Estado, em Recife. Mas sem dúvida foi São Paulo, pelo número de professores, pelo número de alunos e pelo espírito de renovação, o principal foco de irradiação da Etnologia neste período.

É nessa época que os primeiros estudantes brasileiros interessados em Ciências Sociais fazem seus cursos de pós-graduação em instituições acadêmicas estrangeiras, como aconteceu com Eduardo Galvão, que estudou na Universidade de Colúmbia, Ruy Coelho e Otávio da

Costa Eduardo, que estudaram na Northwestern, enquanto Antônio Rubbo Müller ia estudar em Oxford.

Ainda que a maioria dos professores estrangeiros de São Paulo fossem europeus, talvez a influência dominante deste período seja a norte-americana, que se fazia não só através de docentes que aqui ministravam cursos, como pela presença dos primeiros pesquisadores norte-americanos que para cá vinham estudar sociedades indígenas, religiões afro-brasileiras ou pequenas comunidades, e ainda através dos brasileiros que iam estudar nos Estados Unidos.

Certamente essa influência decorria de um nascente e cada vez mais vigoroso interesse de pesquisadores norte-americanos pelos países da América Latina, inclusive o Brasil, o que parece ser atestado pelo lançamento do *Handbook of Latin American studies* (The Library of Congress, 1936...) em meados da década dos 30 e que se vem mantendo até hoje, publicado ano a ano, como importante resenha bibliográfica não só do que se produz no campo da Antropologia como na área de Humanidades, no que se refere à América Latina.

É possível que a justaposição das influências européia e norte-americana é que seja responsável pela união um tanto híbrida, respectivamente, de funcionalismo com aculturação que caracteriza este período. É curioso que mesmo com forte influência norte-americana não florescem no Brasil os estudos que relacionavam cultura com personalidade.

Enfim, com as oportunidades que se abrem, para estudar, tanto no Brasil como no exterior, começa a crescer, ainda que de maneira moderada, o número de etnólogos brasileiros. Dada a própria distribuição dos cursos e das disciplinas nas Faculdades de Filosofia, os etnólogos desse período tendem a se aproximarem mais dos sociólogos do que dos lingüistas e antropólogos físicos.

Entretanto, os cultivadores dos diversos ramos da Antropologia reconheceram a existência de interesses em comum pela criação, em 1955, da *Associação Brasileira de Antropologia (ABA)*, que se mantém em atividade até hoje, com um número cada vez maior de membros. O atual estatuto da ABA está publicado na *Revista de Antropologia* (1981b). Aliás, a ABA teve como precursora a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, fundada em 1941, e cujo primeiro presidente foi Arthur Ramos, e que chegou a divulgar em 1942 um



"Manifesto contra o racismo" (Gusmão, 1974, p. 58, e Skidmore, 1976, pp. 209 e 226). Mas essa Sociedade não parece ter deixado muitas notícias e estaria provavelmente extinta quando se criou a ABA. Um acontecimento importante deste período foi também a realização, em São Paulo, como parte das comemorações do quarto centenário da cidade, do XXXI Congresso Internacional de Americanistas. Também são dignos de nota os Congressos Afro-Brasileiros do Recife (1934) e da Bahia (1937).

Para uma idéia do desenvolvimento da Etnologia neste período é indispensável a leitura da avaliação realizada por Florestan Fernandes (1956-7).

### 2.2.1 Interpretações gerais do Brasil

Já no período anterior começam a aparecer autores que se preocupam com a sociedade brasileira como um todo. Tal é o caso de Oliveira Viana, cuja atividade se prolonga pelas décadas de 30 e 40.

Mas a mais famosa obra de interpretação do Brasil é sem dúvida a de Gilberto Freyre, a iniciar-se com *Casa Grande & Senzala* (Rio de Janeiro, Maia & Schmidt, 1933), seguido de *Sobrados & Mocambos*, que foi inicialmente volume 64 da Coleção Brasileira (São Paulo, Nacional, 1936), para chegar a *Ordem e Progresso* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1959), a par de uma série de trabalhos paralelos. Como outros trabalhos de interpretação geral do Brasil, Freyre privilegia certos tópicos, como a família patriarcal, e uma região, o Nordeste. Diversamente de Oliveira Viana, não admite uma hierarquia de raças, mas, por outro lado, defende a tese da maior adaptabilidade dos portugueses aos trópicos, frente a outras populações européias, dada sua história biológica e cultural. Por sua grande divulgação no país e no exterior, são muitas as apreciações que se fizeram da obra de Gilberto Freyre. Mas são interessantes suas observações a respeito de si mesmo e de sua obra (Freyre, 1968), bem como os comentários de Dante Moreira Leite (1969, pp. 268-85) e de Sérgio Buarque de Holanda (1979, pp. 99-124).

Como interpretação do Brasil também é de grande importância o pequeno livro de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1936), de cuja elaboração ele próprio faz um breve relato (Buarque de Holanda, 1979, p. 29-30). Uma crítica

deste trabalho também se encontra em Dante Moreira Leite (1969, p. 286-93).

Arthur Ramos, professor da Faculdade Nacional de Filosofia e que era na década de 30 um dos mais conceituados etnólogos, baseado em sua experiência pessoal de estudos sobre as populações de origem africana e em extensa pesquisa bibliográfica sobre este e demais temas, condensou nos dois grossos volumes de sua *Introdução à Antropologia brasileira* (Rio de Janeiro, CEB, 1943-7) o que então se conhecia a respeito das populações formadoras do povo brasileiro, um livro que foi uma obra de consulta por muito tempo e que ainda hoje constitui uma proveitosa leitura. Sobre Arthur Ramos, que nos deixou impresso seu próprio *curriculum vitae* (Ramos, 1945), existe um pequeno livro que põe em foco mais sua pessoa do que o conteúdo de sua obra (Gusmão, 1974). Por ocasião de sua morte, três cientistas sociais divulgaram uma apreciação de seus trabalhos (Fernandes, Costa Eduardo e Baldus, 1950).

Também Fernando de Azevedo escreveu um nutrido volume sobre *A cultura brasileira* (Rio de Janeiro, IBGE, 1943). Entretanto, o termo cultura é aí utilizado no seu sentido mais estrito e tradicional e não naquele mais amplo comumente adotado na Antropologia. Por conseguinte, o livro trata apenas de certos aspectos da cultura brasileira, sobretudo aqueles que dependem de uma formação escolar, acadêmica e científica. O quinto capítulo desse livro foi comentado por Dante Moreira Leite (1969, pp. 293-7).

### 2.2.2 *Os estudos de mudança social, mudança cultural ou aculturação*

Nos anos 30 têm início os estudos de mudança social, mudança cultural ou aculturação, termos usados segundo as preferências de cada autor e não exatamente intercambiáveis. Tais estudos tiveram por objeto tanto a população negra, como os grupos indígenas, bem como imigrantes europeus e asiáticos e seus descendentes e ainda a população de áreas de povoamento antigo e economicamente estagnadas.

No que tange aos negros, procurou-se estudar sobretudo os vestígios das culturas africanas que continuavam a sobreviver no Brasil, apesar de seu conflito com as crenças e valores das camadas dominantes e da perda de contato com as fontes de origem. De todos os



aspectos culturais, foram objeto de maior preocupação as crenças e ritos religiosos, principalmente os oriundos do golfo da Guiné. Destacaram-se nestes estudos inicialmente um brasileiro — Arthur Ramos —, um norte-americano — Melville Herskovits —, e um francês — Roger Bastide. O primeiro faleceu antes dos 50 anos de idade e não parece ter deixado nenhum discípulo direto, mas, por outro lado, seus livros tiveram grande influência durante largo tempo. O segundo não só realizou pesquisas no Brasil, como teve alunos brasileiros como René Ribeiro, Otávio da Costa Eduardo e Ruy Coelho, este último um dos poucos etnólogos brasileiros a fazer pesquisa fora do país, escrevendo Os Karaíb Negros de Honduras (*Revista do Museu Paulista*, N. S., vol. 15, São Paulo, 1964, pp. 7-212). Por ocasião da morte de Herskovits, um breve comentário sobre sua vida e obra foi publicado por Ruy Coelho (1963b). O terceiro foi professor na USP, onde deixou grande influência. Autor de uma vasta obra, destaca-se Roger Bastide, no que tange às religiões afro-brasileiras, com seu livro *O candomblé da Bahia*, que constitui o volume 313 da Coleção Brasileira (3.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Nacional, 1978), publicado originalmente em francês em 1958. Porém, nesse trabalho Roger Bastide procura mais a coerência interna do conjunto de crenças e ritos que constituem o candomblé do que as origens africanas, ainda que delas se ocupe. Talvez mais voltado à mudança cultural seja seu outro livro, *As religiões africanas no Brasil* (2 vols., São Paulo, Pioneira e EDUSP, 1971), de âmbito mais vasto e publicado originalmente em francês em 1960. Sobre a vida e obra de Roger Bastide há muitos comentários, como os de Paul Arbousse Bastide (1978), Henry Desroche (1978), Douglas Teixeira Monteiro (1978a e 1978b), Oracy Nogueira (1978), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1974, 1978a e 1978c), quase todos incluídos na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, cujo n. 20 é inteiramente dedicado a ele. Além deles, ainda se contam muitos outros autores, dentre os quais se destacam os brasileiros Édison Carneiro e Nunes Pereira e a norte-americana Ruth Landes. Sobre esses estudos é útil a consulta ao comentário de João Baptista Borges Pereira, sobretudo o item O negro como expressão de cultura (Borges Pereira, 1971, pp. 19-22).

No que tange aos estudos de contato interétnico entre índios e brancos, talvez tenha sido Herbert Baldus um dos primeiros a ensaiá-los e acentuar sua necessidade. A década dos 40 é marcada pelos estudos de James Watson (e também de sua esposa, Virginia Watson)

sobre os Kayová, um subgrupo Guaraní de Mato Grosso (do Sul); de Charles Wagley, da Universidade de Colúmbia, e Eduardo Galvão, então do Museu Nacional (e que também acompanhou Watson aos Kayová), sobre os Tenetehára, do Maranhão; de Fernando Altenfelder Silva, da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (e que acompanhou Kalervo Oberg em uma de suas viagens entre tribos de Mato Grosso), sobre os Terêna, do atual Mato Grosso do Sul. Na década seguinte, destacam-se os trabalhos de Robert Murphy sobre os Mundurukú do rio Tapajós, os de Eduardo Galvão sobre os índios do alto rio Negro e o trabalho inicial de Roberto Cardoso de Oliveira sobre os Terêna. No final dos anos 50, alguns pesquisadores brasileiros, como Eduardo Galvão, Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira, começam a repensar a orientação que vinha sendo tomada nos estudos de aculturação, sem, porém, abandonar o uso desse termo. É o tempo em que Darcy Ribeiro (1957a) chama a atenção para a importância das frentes de expansão, do caráter econômico das mesmas e desloca o interesse das culturas indígenas para o destino das sociedades que as mantêm e de seus membros. Nos anos 60, Egon Schaden faz um balanço geral sobre os estudos de aculturação realizados até então, inclusive os seus trabalhos sobre os Guaraní, num livro cujo primeiro capítulo constitui uma excelente avaliação dos estudos de contato entre índios e brancos deste período (Schaden, 1965). Escreveu também um comentário que cobre os anos 50 e os primeiros anos 60 (Schaden, 1963). Eduardo Galvão examina os estudos de aculturação realizados em anos imediatamente anteriores e, inspirado em Julian Steward, estabelece algumas metas para estudos futuros (Galvão, 1957).

Parece que, dentre os cientistas sociais, Emílio Willems foi pioneiro tanto no que se refere ao estudo da aculturação de alemães e seus descendentes no sul do Brasil como no dos japoneses. Egon Schaden, no seu comentário sobre os estudos de aculturação de alemães no Brasil (Schaden, 1971), em vez de se demorar nos estudos realizados, prefere colocar problemas que esperam por solução em pesquisas futuras. Hiroshi Saito, por sua vez, redigiu um comentário sobre os estudos desenvolvidos a respeito dos japoneses no Brasil (Saito, 1971 e 1973) e remete o leitor para a bibliografia que ele e outros pesquisadores levantaram a respeito (Smith, Cornell, Saito & Maeyama, 1967). Admite que, embora haja vários trabalhos anteriores a 1940, só a partir dessa data é que começam a surgir pesquisas de caráter científico, citando Herbert Baldus, Emílio Willems, Tavares de Al-

meida, Vicente Unzer de Almeida e ele próprio como pesquisadores que se ocuparam do tema. Porém, a partir de 1952, chegam sucessivamente três missões científicas da Universidade de Tóquio para estudar os japoneses e seus descendentes no Brasil em colaboração com pesquisadores brasileiros. O primeiro a chegar, em 1952, foi Seiichi Izumi, que volta outra vez ao Brasil em 1955 à frente de uma equipe; em 1957 chega uma equipe dirigida por Fumio Tada. Ao mesmo tempo em que esses pesquisadores japoneses atuavam, desenvolviam-se os trabalhos de Hiroshi Saito, em colaboração com eles, e, ainda, os de Egon Schaden e de Ruth Correia Leite Cardoso. Na década seguinte, se realiza um trabalho sobre aculturação pelos autores da citada bibliografia e ainda o estudo da colônia de Tomé-açu por Philip Staniford e de Francisca Isabel Vieira Keller sobre a região de Marília. Sobre os imigrantes italianos existem trabalhos de Altiya Pilatti Balhana, Thales de Azevedo, Eunice Ribeiro Durham e, mais recentemente, João Baptista Borges Pereira; sobre poloneses, os de Hiroshi Saito e de Octávio Ianni; sobre os holandeses, o de Hermelinda Maria Pretto; sobre sírios e libaneses, o de Clarck Knowlton. No livro de João Baptista Borges Pereira, *Italianos no mundo rural paulista* (São Paulo, Pioneira e USP-IEB, 1974, pp. 3-4, notas 5 e 6) há breve indicação sobre os trabalhos mais representativos realizados sobre imigrantes. Octávio Ianni (1966, pp. 35-8) oferece uma bibliografia sobre o tema.

Convém notar que alguns trabalhos sobre a aculturação de imigrantes alemães, japoneses, italianos, tomaram a forma de "estudo de comunidade" (ver item 2.2.4).

Os trabalhos de Manuel Diégues Junior nos dão uma idéia geral dos problemas da aculturação e assimilação no Brasil, seja no que se refere a negros, índios, portugueses ou imigrantes europeus e asiáticos recentes em *Etnias e culturas do Brasil*, publicado originalmente em 1952 (3.<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro, Letras e Artes, 1963), e *Regiões culturais do Brasil* (Rio de Janeiro, MEC-INEP-CBPE, 1960), seja dedicados especialmente à imigração recente, como *Estudos de relações de cultura no Brasil* (Rio de Janeiro, MEC-Serviço de Documentação, 1955 — Os Cadernos de Cultura, 82) e *Imigração, urbanização e industrialização* (Rio de Janeiro, MEC-INEP-CBPE, 1964). Uma apreciação da obra de Manuel Diégues Junior foi realizada recentemente na PUC do Rio de Janeiro, numa Semana de Homenagem que lhe foi dedicada, em outubro de 1983.

### 2.2.3 Predominância do funcionalismo no estudo das culturas e sociedades indígenas

Dentre os trabalhos deste período destacam-se os de Florestan Fernandes sobre *A organização social dos Tupinambá* (2.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1963) e *A função social da guerra na sociedade tupinambá* (2.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Pioneira e EDUSP, 1970), baseados nos cronistas dos séculos XVI e XVII, e escritos e publicados pela primeira vez entre os anos de 1946 e 1952. Tais trabalhos são marcados por uma cuidadosa reflexão sobre a abordagem funcionalista e pela justificação dos métodos utilizados, em que Fernandes se empenha inclusive em outros textos paralelos. Precursora de monografias sobre totalidades socioculturais que surgirão mais tarde (ver item 2.3.2), a pesquisa sobre os Tupinambá foi objeto de uma apreciação de Mariza Peirano (1983). Por outro lado, apesar de Egon Schaden evitar rotular a orientação que imprimiu a seu livro *A mitologia heróica de tribos indígenas do Brasil* (Rio de Janeiro, MEC, 1959), divulgado pela primeira vez em 1945 e onde relaciona de modo direto as mitologias dos Kadiwéu, Borôro, Kaingâng, Guaraní-Apapakuva, Mundurukú e índios do alto rio Negro às suas respectivas organizações sociais, sem dúvida este seu trabalho se desenvolve nas linhas gerais do funcionalismo. O mesmo se pode dizer do trabalho de Darcy Ribeiro sobre a religião e a mitologia dos Kadiwéu, recentemente republicado com outro texto seu da mesma época sobre a arte deste grupo indígena de Mato Grosso do Sul, no volume *Kadiwéu* (Petrópolis, Vozes, 1980). Diferentemente dos autores anteriores, Ribeiro não se demora em reflexões sobre sua abordagem, mas a indica explicitamente como funcionalista na Introdução de sua edição original, em 1950.

Ao lado da abordagem funcionalista, há trabalhos que parecem se aproximar dos estudos de cultura e personalidade ou pelo menos concedem uma certa importância ao nível emocional. Um deles é o do norte-americano Jules Henry, que estudou os Xoklêng, de Santa Catarina. Seja por estarem esses índios, então, em mudança cultural acelerada, por causa das pressões do contato interétnico, seja devido à orientação teórica do pesquisador, o que o levava a dar muita importância às diferenças individuais, Henry deixou um retrato dos Xoklêng que mais parece o de uma sociedade amorfa. Isso não deixa de ser curioso, quando, na mesma época, Nimuendajú nos oferece descrições

de outras sociedades, falantes de línguas da família Jê, tal como os Xoklêng, mostrando-nos uma organização social e uma vida ritual altamente formalizadas, possivelmente por serem sociedades que tinham superado a fase crítica inicial do contato, ou porque Nimuendajú parecia dar mais importância ao comportamento ideal. Outro norte-americano, Buell Quain, embora possivelmente trabalhasse com esta orientação psicológica, não deixou pesquisas acabadas, nem a que fez com os Trumái, no Xingu, nem a realizada junto ao Krahó, do norte de Goiás, onde se suicidou. Robert Murphy organizou e publicou os dados etnográficos de Quain sobre os Trumái, e Olive Shell fez o mesmo com suas informações sobre a língua Krahó.

Talvez como uma figura que marque a transição entre orientações teóricas do período anterior e o funcionalismo se possa tomar Herbert Baldus, nascido na Alemanha, mas radicado no Brasil a partir dos meados da década de 30, quando passou a fazer parte, tal como outros professores estrangeiros, do corpo docente da então recém-criada Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Baldus, além das atividades de magistério, fez pesquisas em vários grupos indígenas, como os Guaraní, os Kaingâng, os Terêna, os Karajá, os Borôro. Antes de trabalhar como professor em São Paulo, Baldus já desenvolvia pesquisas na América do Sul, sobretudo na região do Chaco. Seu trabalho etnológico de maior fôlego foi o referente aos índios Tapirapé, do leste de Mato Grosso, cujos resultados publicou parceladamente, só vindo a divulgá-los na monografia *Tapirapé* (São Paulo, Nacional e EDUSP, 1970) no ano de sua morte. Deixou também a utilíssima *Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira* (Baldus, 1954-68). A *Revista do Museu Paulista* (1968-9) divulgou um comentário sobre sua vida, obra e bibliografia.

É digno de nota que, apesar da hegemonia da abordagem funcionalista neste período, demorou-se a se estabelecer nas pesquisas com povos indígenas do Brasil o longo e intensivo trabalho de campo, prática cujo florescimento está intimamente ligado com ela. Perduram aqui as expedições por extensas regiões, com visitas curtas a vários grupos indígenas, como faziam os primeiros pesquisadores alemães, ainda que agora voltadas para outros interesses. É o caso das expedições de Kalervo Oberg, que trabalhou algum tempo na Escola de Sociologia e Política de São Paulo e que coletou dados sobre índios de Mato Grosso, como Terêna, Kadiwéu, Umotína, Irântxe, Nambiquaras,

Bakairí, Kamayurá. Mesmo Lévi-Strauss, apesar da grande contribuição teórica que viria a dar à Antropologia posteriormente, realizou uma expedição desse tipo, que lhe permitiu escrever mais de um trabalho sobre os Nambiquaras. Herbert Baldus e Eduardo Galvão, por outro lado, ao invés das longas e extensas expedições, parecem ter preferido visitas curtas, mas a vários grupos indígenas. O trabalho de Egon Schaden também se baseia em visitas curtas, mas sempre em comunidades Guaraní. De um modo geral foram pesquisadores não radicados no Brasil, e talvez por essa razão, que fizeram trabalhos de campo longos e num só grupo, como Jules Henry, Robert Murphy, já citados, ou o norte-americano William Crocker entre os Canelas do Maranhão e, marcando a transição para o período seguinte, o inglês David Maybury-Lewis entre os Xavante. Cabe notar, ainda, que nesse período continuavam as pesquisas do notável Curt Nimuendajú que, além de suas curtas e muito freqüentes visitas a muitos grupos indígenas, permaneceu períodos mais longos em alguns deles.

#### 2.2.4 Os estudos de comunidade

As décadas dos 40 e 50 foram marcadas pela realização dos chamados "estudos de comunidade", isto é, fundamentados na observação direta de pequenas cidades ou vilas com as técnicas desenvolvidas pela Etnologia no estudo das sociedades tribais. No Brasil se fez um número significativo dos mesmos. Em 1953, por exemplo, havia dezoito deles, entre publicados, realizados ou em andamento (Nogueira, 1955, pp. 96 e 103, nota 2). Em 1960 havia quinze desses trabalhos publicados (Mousinho Guidi, 1962, p. 52). Dentre os estudos de comunidade que chegaram a ser publicados se contam o de Emílio Willems sobre Cunha (*Uma vila brasileira*, 2.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961), antiga cidadezinha perto do Vale do Paraíba, em São Paulo; sendo o primeiro desses estudos a serem realizados no Brasil em meados da década de 40, foi sucedido por um outro, de Robert Shirley (*O fim de uma tradição*, São Paulo, 1977), na mesma localidade; o de Lucila Hermann, sobre a "Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos" (*Revista de Administração*, vol. 2, n. 5 e 6, São Paulo, USP, 1948), também no Vale do Paraíba, no mesmo estado; o de Emílio Willems e Gioconda Mussolini sobre uma comunidade caiçara da ilha de Búzios, no litoral paulista; o de Aziz Simão e Frank Goldman sobre o desenvolvimento econômico e social de *Itanhaém* (São Paulo, USP-FFCL, *Boletim* 226,



1958), também no litoral paulista; o de Oracy Nogueira, com o tema *Família e comunidade, estudo sociológico de Itapetininga* (Rio de Janeiro, CBPE, 1962), uma cidade do interior de São Paulo; o de Antonio Candido (*Os parceiros do Rio Bonito*, 2.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Duas Cidades, 1971), um tanto difícil de se considerar como um estudo de comunidade, por se referir a várias localidades do interior de São Paulo, mas sobretudo Bofete; o de Donald Pierson, também sobre uma vila no interior de São Paulo, e um dos primeiros a ser realizados, com finalidade de treinamento de estudantes (*Cruz das Almas*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1966); o de Stanley Stein sobre Vassouras, no período de 1850 a 1900 (*Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*, São Paulo, Brasiliense, 1961); o de Marvin Harris sobre uma comunidade na antiga região de mineração da Bahia; o de William Hutchinson sobre uma vila do Recôncavo Baiano; o de Fernando Altenfelder Silva, que fez uma *Análise comparativa de alguns aspectos da estrutura social de duas comunidades do Vale do São Francisco* (Curitiba, I. P., 1955); o de Alfonso Trujillo Ferrari sobre *Potengi: encruzilhada do Vale do São Francisco* (São Paulo, Ed. Sociologia e Política, 1960); o de Luiz Fernando Raposo Fontenelle sobre *Aimorés: análise antropológica de um programa de saúde* (Rio de Janeiro, DASP, 1959) na fronteira Minas Gerais-Espírito Santo; o de Kalervo Oberg sobre *Chonin de Cima* (Rio de Janeiro, USOM, 1956), uma comunidade rural de Minas Gerais e *Toledo* (Rio de Janeiro, USOM, 1957), na fronteira ocidental do Paraná; o de Altiva Pilatti Balhana sobre *Santa Felicidade* (Curitiba, Tip. João Haupt, 1958), uma comunidade italiana perto da capital paranaense; o de Úrsula Albersheim sobre *Uma comunidade teuto-brasileira* (Rio de Janeiro, MEC-CBPE-INEP, 1962) de Santa Catarina; o de Charles Wagley sobre *Uma comunidade amazônica* (Coleção Brasileira, vol. 290, 2.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Nacional, 1977); o de Eduardo Galvão sobre a mesma comunidade, que fica no Pará (*Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, baixo Amazonas*, Coleção Brasileira, vol. 284, 2.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Nacional, Brasília: INL, 1976); o de Barruel de Lagenest sobre *Marabá: cidade do diamante e da castanha* (São Paulo, Anhembi, 1958), no rio Tocantins, Pará. Alguns estudos de comunidade não chegaram a se completar. Outros, apesar de terminados e redigidos, não vieram até agora a ser publicados; é o caso de *O papel da mulher numa comunidade rural do Brasil*, de Maria Laís Mousinho Guidi, a respeito de uma vila no Estado do Rio de Janeiro.

Ao que parece, com os estudos de comunidade pretendia-se chegar a uma visão geral da sociedade brasileira, através da soma de muitos exemplos distribuídos pelas diversas regiões do Brasil. Além desse objetivo geral, tais estudos estavam quase sempre voltados para objetivos específicos, como mudança cultural, persistência da vida tradicional, problemas de imigrantes, educação e vários outros. Alguns desses estudos fizeram parte de projetos que objetivavam a realização de vários deles. Por exemplo, Thales de Azevedo, Luiz de Aguiar Costa Pinto e Charles Wagley elaboraram um projeto em que o Estado da Bahia foi dividido em seis zonas ecológicas, selecionando-se para estudo em cada uma duas comunidades, uma de cultura tradicional e outra progressista. As pesquisas foram patrocinadas pela Secretaria de Educação e Saúde do Estado da Bahia e pela Universidade de Colúmbia, mas parece que apenas os resultados de duas delas foram publicados, isto é, os citados trabalhos de Marvin Harris e de William Hutchinson. Donald Pierson projetou o estudo de cinco pares de comunidades do Vale do São Francisco, patrocinado pela Comissão do Vale do São Francisco, pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo e pela Smithsonian Institution, porém, apenas os trabalhos citados de Fernando Altenfelder Silva e Alfonso Trujillo Ferrari foram publicados, sem contar aquele que, de caráter comparativo, fundamentado em suas próprias observações e nas de cerca de duas dúzias de pesquisadores que trabalharam em seu projeto, Donald Pierson publicou em três alentados volumes: *O homem no Vale do São Francisco* (Rio de Janeiro, SUVALE, 1972). Darcy Ribeiro elaborou um projeto referente à Educação através do estudo de "cidades-laboratório", partilhando sua direção com Oracy Nogueira. Chegaram a ser previstos estudos em quatorze comunidades, mas talvez apenas uns dois vieram a ser publicados, sendo um deles de Úrsula Albersheim. As pesquisas eram patrocinadas pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Campanha de Erradicação da Malária, UNESCO, Summer Institute of Linguistics, Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, Universidade de São Paulo e Conselho Nacional de Geografia.

Os estudos de comunidade foram comentados por vários autores (Wagley, 1954 e 1955; Nogueira, 1955; Gomes, 1956; Ianni, 1958 e 1961; Mousinho Guidi, 1962; Franco Moreira, 1963 e 1972; Fontenele, 1971; Woortmann, 1972; Buarque de Holanda, 1979, pp. 125-40). Desses comentários se destaca o de Maria Laís Mousinho Guidi (1962) por realizar um levantamento pormenorizado das in-



formações, catalogadas por assunto, fornecidas pelos estudos de comunidade publicados até então. Comentários como o de Oracy Nogueira (1955) e o de Maria Sylvia Franco Moreira (1963) propõem aprimoramentos nessa maneira de abordar a sociedade brasileira, de modo a alcançar determinados objetivos. Mas apreciações como as de Octávio Ianni (1961) e Klaas Woortmann (1972) levantam objeções bastante severas à viabilidade desse método. Entre as críticas que se fizeram aos estudos de comunidade está a de que desdenham a documentação histórica, deficiência para a qual chamou a atenção Sérgio Buarque de Holanda (1979, pp. 125-40), referindo-se ao estudo de Cunha, de Emílio Willems, de que não enfrentam a realidade social como processo, a não ser nuns poucos exemplos. Outra crítica é a do desprezo pelas relações da comunidade estudada com a sociedade mais ampla, tratando-a artificialmente como uma totalidade isolada, fazendo o pesquisador perder de vista certas conexões fundamentais.

#### 2.2.5 A abordagem funcionalista do folclore

O termo "folclore" tem designado tanto o tema como a disciplina que o estuda. "Entende-se por folclore um corpo orgânico de modos de sentir, pensar e agir peculiares às camadas populares das sociedades civilizadas", diz Edison Carneiro na *Dinâmica do folclore* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, p. 1). Neste caso, o folclore faz parte da cultura e, como tal, pode ser objeto de estudo da Etnologia. Florestan Fernandes, cuja concepção do que seja folclore, como tema de estudo, difere da definição acima, não concebe a atividade de seus estudiosos como uma ciência social tal como a Etnologia ou Sociologia, mas admite ser o Folclore uma disciplina humanística (Fernandes, 1958b, p. 270).

Desde o século passado o folclore vem sendo estudado no Brasil por pesquisadores os mais diversos, tanto de formação acadêmica, a mais variada, como por pessoas que não dispõem da mesma, tanto por nomes de reconhecimento nacional como por estudiosos de âmbito local. Boa parte dos trabalhos sobre folclore são de caráter descritivo; quando chegam à interpretação, ela tende a tomar um cunho difusionista, no esforço de localizar regiões e continentes de origem dos costumes, ritos, mitos, técnicas estudados. A especial concepção que Florestan Fernandes mantém da disciplina Folclore permite-lhe dizer que os pesquisadores do passado que se dedicaram a temas folclóricos

seriam mais precursores dos etnólogos do que propriamente folcloristas (Fernandes, 1958, p. 267).

Seja como for, neste período alguns cientistas sociais, mais frequentemente sociólogos do que etnólogos, abordaram temas até então explorados pelos folcloristas, dando-lhes uma interpretação funcionalista com que procuram dar conta da persistência e mudança social. É o caso de Florestan Fernandes, que faz um trabalho intermitente e publicado em artigos esparsos sobre a cidade de São Paulo, que posteriormente reúne no volume *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo* (2.<sup>a</sup> ed., Petrópolis, Vozes, 1979). Maria Isaura Pereira de Queiroz também se interessa pelo tema, escrevendo *Sociologia e folclore: a dança de São Gonçalo num povoado bahiano* (2.<sup>a</sup> ed., Salvador, Progresso e Fundação para o Desenvolvimento da Ciência da Bahia, 1958). Nessa linha também trabalha Octávio Ianni no artigo "O samba de terreiro em Itu" (Ianni, 1966, cap. 9). Seria possível acrescentar a tais trabalhos também o de Osvaldo Elías Xidíeh sobre as *Narrativas pias populares* (São Paulo, USP-IEB, 1968).

Apesar de esses trabalhos terem sido desenvolvidos por sociólogos, são de importância para os etnólogos, porque neles as atividades folclóricas foram abordadas segundo técnicas de contato face a face com os informantes e com uma interpretação que era compartilhada tanto por uns como pelos outros. Aliás, um trabalho sobre danças populares no Estado de São Paulo foi apresentado como tese de doutoramento, na Cadeira de Antropologia da USP, em 1945, por Lavínia Costa Raymond. O etnólogo Édison Carneiro, por sua vez, ao tratar de folclore no seu livro já citado, tentou fazê-lo através de uma pouco elaborada interpretação marxista.

Além dos trabalhos de Florestan Fernandes (1945, 1946, 1948, 1958b, 1959, 1960a, 1960b e 1961) a respeito do Folclore, convém consultar a bibliografia que Cristina Argenton Colonelli elaborou, arrolando 4919 trabalhos (Colonelli, 1979).

#### 2.2.6 *Relações sociais entre negros e brancos*

Ao mesmo tempo em que alguns pesquisadores deste período se dedicam ao estudo da herança cultural africana (ver item 2.2.2), outros procuraram averiguar como se davam de fato as relações entre negros e brancos na vida cotidiana. Donald Pierson, com o seu *Branços e*

*pretos na Bahia*, traduzido como volume n. 241 da Coleção Brasileira (2.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Nacional, 1971), foi o pioneiro nesse tipo de estudo, que realizou no início dos anos 40. Tal gênero de pesquisa teve forte estímulo ao ser promovido pela UNESCO, após o final da Segunda Guerra Mundial, partindo-se da suposição da existência de uma exemplar “democracia racial” no Brasil. Apoiadas por esse órgão foram realizadas as pesquisas de Thales de Azevedo, que resultaram no trabalho *As elites de cor*, que veio a ser o volume n. 282 da Coleção Brasileira (São Paulo, Nacional, 1955); de Luiz de Aguiar Costa Pinto, que publicou *O negro no Rio de Janeiro* como volume n. 276 da Coleção Brasileira (São Paulo, Nacional, 1953); a pesquisa de Charles Wagley, Marvin Harris, Harry Hutchinson e Ben Zimmerman sobre raça e classe no Brasil rural; e ainda a pesquisa de Roger Bastide e Florestan Fernandes, que redundou no livro *Branços e negros em São Paulo*, também como volume da Brasileira n. 305 (2.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Nacional, 1959). Tais pesquisas vieram constatar a existência do preconceito racial no Brasil, as barreiras impostas à ascensão social dos negros e as brechas através das quais eles procuravam escalá-las.

Numa segunda fase desses estudos, os pesquisadores se voltam para o próprio sistema escravocrata, procurando nele e na ideologia racial que a ele sobreviveu parte da explicação para os problemas das relações raciais na atualidade. Fernando Henrique Cardoso escreve *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (2.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977), sobre o escravismo no Rio Grande do Sul, procurando simultaneamente mostrar a legitimidade do uso de uma abordagem marxista num trabalho acadêmico. Octávio Ianni usa a mesma abordagem em *As metamorfoses do escravo* (São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962), sobre a escravidão no Paraná. Ambos os citados autores ainda escrevem um trabalho residual sobre a escravidão e relações raciais atuais em Santa Catarina. Outros autores, na mesma época, analisam também o sistema escravocrata: Emília Viotti da Costa, em *Da senzala à colônia* (São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966), aborda a região cafeeira; Vicente Salles estuda *O negro no Pará* (Rio de Janeiro, FGV; Belém, UFPa, 1971).

Retomando a pesquisa que realizara com Roger Bastide, Florestan Fernandes escreve *A integração do negro na sociedade de classes* (3.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Ática, 1978), onde examina a situação do negro

na cidade de São Paulo a partir da abolição da escravatura. Contrastando com os estudos iniciados nos anos 40, voltados apenas para o presente, Fernandes dá a seu trabalho um tratamento histórico, distinguindo o desenvolvimento da situação racial em pelo menos duas fases que se relacionam: a primeira, marcada pela competição que os negros sofrem dos imigrantes europeus agravada pela ideologia das grandes famílias proprietárias de terras; a segunda, com o incremento da industrialização e ascensão de uma nova elite.

Ainda que de grande importância para a Etnologia, as relações sociais entre negros e brancos foram exploradas sobretudo por sociólogos. Dentre os poucos antropólogos que a elas se dedicaram destaca-se João Baptista Borges Pereira que no seu livro *Cor, profissão e mobilidade* (São Paulo, Pioneira e EDUSP, 1967) examina o meio radiofônico de São Paulo como um recurso de ascensão social do negro. Solange Martins Couceiro, sob a orientação de Borges Pereira, realizou o mesmo tipo de pesquisa, mas com relação à televisão.

Sobre esses estudos deve-se ler a avaliação de João Baptista Borges Pereira (1971), especialmente o item O negro como expressão social. Roque Laraia também (1979a) faz uma avaliação geral dos estudos sobre o negro no Brasil. Octávio Ianni (1966, pp. 31-5) apresenta uma bibliografia dos textos mais importantes, tal como Laraia. Mas Solange Martins Couceiro (1971) elaborou uma bibliografia que abrange 881 textos. As avaliações e bibliografias aqui citadas não se limitam ao gênero de estudos focalizados neste item, mas às pesquisas sobre negros desde o final do século passado. Há um comentário que trata especificamente das pesquisas promovidas pela UNESCO (Beiguelman, 1953).

### 2.3 A partir dos anos 60

Nos anos 60, a Etnologia começa a passar, no Brasil, sob vários aspectos, por significativas modificações.

Já nos meados da década de 50 o Rio de Janeiro passava a emular com São Paulo como um novo centro de atividade etnológica, para o que concorreram os cursos criados e ministrados, em parte, por pesquisadores formados na primeira dessas cidades. De fato, em 1955 se instalava o "Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural" (Castro Faria, 1957) no Museu do Índio, órgão do então Serviço de

Proteção aos Índios, onde foi ministrado pelo menos por dois anos. Criado por Darcy Ribeiro, que tivera sua formação na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, contou com a colaboração docente, entre outros, de Roberto Cardoso de Oliveira, formado na Universidade de São Paulo. Em 1957, também por iniciativa de Darcy Ribeiro, criou-se o "Curso de Formação de Pesquisadores Sociais" no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, que pretendia ser uma continuação e ampliação do anterior, conforme notícia veiculada no periódico deste órgão (*Educação e Ciências Sociais*, 1957). Numa notícia posterior é chamado de "Curso de Aperfeiçoamento de Pesquisadores Sociais" (*Educação e Ciências Sociais*, 1958). Neste curso, Ribeiro contou com a colaboração de Oracy Nogueira, também formado pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e continuou a ter o apoio de Roberto Cardoso de Oliveira, aos quais se somou Amadeu Lanna, formado pela Universidade de São Paulo. Os cursos do CBPE eram patrocinados pela CAPES. Em 1960, por iniciativa de Roberto Cardoso de Oliveira, instalou-se no Museu Nacional o "Curso de Teoria e Pesquisa em Antropologia Social"; nos dois anos seguintes, com a denominação de "Curso de Especialização em Antropologia Cultural", teve a colaboração de Luiz de Castro Faria. Os cursos do Museu Nacional tinham o apoio financeiro do Instituto de Ciências Sociais da UFRJ (então chamada Universidade do Brasil). O primeiro teve a duração de nove meses e os dois seguintes, de um ano cada. De caráter intensivo, em dedicação exclusiva, com aulas e seminários e ainda um período de treinamento em pesquisa de campo, aceitando apenas alunos com graduação completa mediante um exame de seleção, os cursos do Museu Nacional eram na época considerados como que de pós-graduação, embora não se regessem pela regulamentação que se consolidou posteriormente. Para uma idéia dos cursos ministrados no Museu Nacional deve-se ler a notícia que deles faz Cardoso de Oliveira (1962). Enfim, essas três séries sucessivas de cursos (do Museu do Índio, do CBPE e do Museu Nacional) formaram vários dos antropólogos brasileiros atuais e foram precursoras do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social que se instalou no Museu Nacional em 1968, ainda por iniciativa de Roberto Cardoso de Oliveira. Com a criação de mais outros cursos de pós-graduação, que vieram se acrescentar a este e ao que, havia muito, se mantinha na Universidade de São Paulo, como o da Universidade de Brasília (Cardoso de Oliveira, s.d.), o da UNICAMP e outros mais recentes, o nú-

mero de etnólogos começou a crescer rapidamente, fazendo com que esses profissionais deixassem de constituir um velho grupo de amigos em que todos se conheciam. Além disso, um número maior de jovens, vários deles após cursarem o mestrado no Brasil, procuram completar sua formação nos Estados Unidos, Inglaterra ou França. Esse crescimento encorajou a ABA a permitir a criação de seções regionais, cujos regimentos, de pelo menos duas delas — a de São Paulo e a de Brasília —, estão publicados na *Revista de Antropologia* (1981c).

Certos temas perdem o interesse, como os estudos de comunidade, substituídos por pesquisas de caráter mais regional, nas quais se examinam determinados problemas como o do campesinato, o dos assalariados rurais, dos trabalhadores urbanos, das frentes de expansão e pioneiras. A Antropologia Urbana se desenvolve, tratando primeiramente da migração rural-urbana e da vida nas favelas, para em seguida avançar no sentido das camadas médias, o comportamento desviante e as instituições totais. Começa a se formar interesse em torno da Antropologia Médica ou da Saúde.

As orientações teóricas se modificam. Os estudos de contato interétnico, antes voltados para as modificações culturais, atentam agora mais para o conflito entre interesses, regras e valores das sociedades em confronto. Preocupações de caráter estruturalista e etnocientífico substituem as interpretações funcionalistas. O próprio marxismo se torna um importante instrumental de interpretação, porém matizado por uma tendência que pouco a pouco vem caracterizando cada vez mais os trabalhos deste período: levar em conta os diversos pontos de vista a partir dos quais se pode ver e interpretar a realidade. Relacionado com ela está o cuidado que se vem dando ao exame do papel do próprio pesquisador frente à sociedade estudada.

O crescimento do número de etnólogos com boa formação se reflete nos cursos de graduação, onde passam a lecionar, e, conseqüentemente, no movimento editorial. Na década de 60 as editoras brasileiras começam a traduzir manuais estrangeiros de Antropologia, alguns já então bastante antiquados, que vêm se somar a *O homem*, de Ralph Linton (São Paulo, Martins, 1943), até então o único que circulava em português. Na década de 70, as editoras começam a traduzir outros tipos de livros, como algumas monografias clássicas e textos teóricos sobre tópicos específicos; nesta mesma década, cresce



muito o número de títulos de autores brasileiros, quase sempre edições de dissertações de mestrado ou testes de doutoramento.

Sobre os novos rumos tomados pela Etnologia neste período, o jornal *Movimento* (1977) dedicou matéria em dois de seus números. Otávio Guilherme Velho (1980) também faz um depoimento a respeito. Eunice Ribeiro Durham (1982) examina o presente período e a metade final do anterior, relacionando o desenvolvimento e as dificuldades dos estudos etnológicos com os problemas políticos e sociais por que tem passado a sociedade brasileira. O primeiro trabalho de grande fôlego sobre a Etnologia no Brasil, o de Mariza Gomes e Souza Peirano (1980), põe em foco sobretudo a obra e as idéias de alguns pesquisadores (Florestan Fernandes, Antonio Candido, Darcy Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira, Roberto da Matta e Otávio Velho), cuja atividade começa no início ou no final do período anterior, continuando a influir ou a se desenvolver no atual.

### 2.3.1 *Ficção interétnica e etnicidade*

A partir do projeto "Estudo de áreas de fricção interétnica no Brasil", de Roberto Cardoso de Oliveira (1964, Apêndice), iniciou-se uma nova maneira de abordar, no Brasil, as relações entre as sociedades indígenas e os civilizados. Esse projeto nasce de um crescente descontentamento com a noção de aculturação, sobretudo por não levar em conta as posições de dominação e de subordinação que tomam os membros das sociedades em contato, nem o conflito entre as técnicas, regras, valores das mesmas sociedades. Além do mais, o emprego da noção de aculturação em alguns trabalhos implicava em conceder ao conceito de cultura atributos que contribuía mais para obscurecer do que esclarecer as situações estudadas, seja considerando-o como independente das mentes dos membros das sociedades consideradas, agindo segundo leis próprias, seja confundindo-o com o conceito de sociedade.

Fundados na noção de fricção interétnica se realizaram, entre outros, o trabalho do próprio Cardoso de Oliveira (1964) sobre os Tukúna da fronteira Brasil-Colômbia-Peru, o volume que reuniu o trabalho de Roque Laraia sobre os Suruí e os Akuáwa e o de Roberto da Matta sobre os Gaviões, todos grupos do Pará (*Índios e castanheiros*, 2.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978), o de Julio Cezar

Melatti sobre os Krahó do norte de Goiás (*Índios e criadores*, Rio de Janeiro, UFRJ, 1967, e *O messianismo Krahó*, São Paulo, Herder e EDUSP, 1972), o de Sílvio Coelho dos Santos sobre os índios de Santa Catarina (*A integração do índio na sociedade regional*, Florianópolis, UFSC, 1970; *Índios e brancos no Sul do Brasil*, Florianópolis, Edeme, 1973), o de Cecília Vieira Helm sobre os Kaingâng do Paraná, o de Edson Soares Diniz sobre *Os índios Makuxi do Roraima* (Marília, FFCL de Marília, 1972).

A experiência de campo gerada por esses trabalhos levou a tomar certos grupos tribais como camponeses, e foi como tal que Paulo Marcos Amorim estudou os Potiguára da Paraíba em "Índios camponeses" (*Revista do Museu Paulista*, n.s., vol. 19, 1970-1, pp. 7-96). Além disso, uma consideração mais atenta da própria população civilizada que envolve as sociedades indígenas estudadas, indispensável para os estudos de fricção interétnica, contribuiu para conduzir o interesse para o campesinato não-indígena e as frentes de expansão e pioneiras.

Os estudos de fricção também se voltaram para o exame do conflito de interesses entre determinadas populações indígenas e certas "frentes" não propriamente de caráter econômico, como missões e escolas. É o caso do trabalho de Roberto Cortez de Souza sobre a missão franciscana entre os Tiriýo do norte do Pará, o de Ana Gita de Oliveira sobre a missão salesiana entre os Tariâna do noroeste do Amazonas, o de Eneida Corrêa de Assis sobre a escola entre os Galibí e Karipúna do Amapá.

Uma outra tendência desses estudos foi a de examinar a vida política interna dos grupos indígenas em conexão com as relações de contato com os brancos, levando em conta que o confronto entre facções indígenas envolve a manipulação e disputa de recursos colocados à disposição dos índios pelos brancos. É o caso do trabalho de João Pacheco de Oliveira Filho sobre os Tukúna, no qual prefere a noção de situação histórica à de fricção interétnica, do de José Reginaldo Santos Gonçalves sobre os Apinayé do norte de Goiás e do de Maria Helena Barata sobre os Pukobyê do Maranhão.

Se os estudos de fricção interétnica focalizam sobretudo os aspectos econômicos, sociais e políticos do contato, a face ideológica do mesmo passou a ser examinada segundo as noções de identidade étni-



ca, grupo étnico, etnia, que, embora vislumbradas no primeiro trabalho de Cardoso de Oliveira sobre os Tukúna, passaram a ser sistematicamente examinadas por ele após 1970, tarefa de que é exemplo seu volume *Identidade, etnia e estrutura social* (São Paulo, Pioneira, 1976). Entre os trabalhos que, além da noção de fricção interétnica, deram bastante atenção à etnicidade, estão os de Terri Valle de Aquino sobre os Kaxinawá do Acre e de Edir Pina de Barros sobre os Bakairí de Mato Grosso.

No âmbito dos estudos de fricção interétnica e etnia se conta o recente projeto de Roberto Cardoso de Oliveira sobre índios citadinos na Amazônia, que inclui pesquisas sobre os Apurinân, Tukâno e Mawé, realizadas respectivamente por Marcos Lazarin, Leonardo Fígoli e Jorge Romano. Anteriormente o problema do índio na cidade tinha sido tratado pelo mesmo Cardoso de Oliveira em *Urbanização e tribalismo* (Rio de Janeiro, Zahar, 1968), sobre os Terêna, e por Yara Brum Penteadó, a respeito também dos Terêna e de uma população em Mato Grosso do Sul oriunda da Bolívia. Tais estudos certamente estabelecem uma ponte entre a Etnologia indígena e a Antropologia urbana (tratada no item 2.3.5.).

A noção de etnia e aquelas que lhe são associadas implicam como que uma etno-sociologia do contato interétnico, ou seja, uma classificação dos grupos ou categorias sociais segundo os membros dos grupos em confronto e não a partir de uma classificação apriorística do pesquisador. Por isso, a familiaridade com estudos de classificação desenvolvidos pelo estruturalismo ou pela etnociência são de grande valia para o desempenho do pesquisador. Quando dois grupos étnicos se distinguem um do outro, apontam diferenças entre si em alguns aspectos culturais, psicológicos ou mesmo raciais. A seleção que fazem desses aspectos não é a mesma que faria um etnólogo, um psicólogo ou um antropólogo físico. Em outras palavras, um grupo étnico não se confunde com cultura, personalidade básica ou raça, tal como são vistas pelos cientistas competentes. Possivelmente, a noção de etnia talvez possa vir a fazer a ponte que não existia entre os estudos de aculturação, que envolviam índios e civilizados ou brasileiros e imigrantes, e os estudos de relações raciais, que contrapunham negros e brancos. Aliás, estes últimos estudos nem mesmo conseguiam se entrosar com aqueles voltados para o exame da herança cultural africana. Uma notável tentativa de enfrentar as até então consideradas rela-

ções raciais como relações étnicas foi realizada por Carlos Rodrigues Brandão em *Peões, pretos e congos* (Brasília, Ed. UnB; Goiânia, Oriente, 1977), trabalho a respeito dos negros da cidade de Goiás.

Estudos fundamentados na noção de etnia também têm sido desenvolvidos no que tange a relações de grupos tribais entre si. Um bom exemplo é o volume organizado por Alcida Rita Ramos, *Hierarquia e simbiose* (São Paulo, Hucitec; Brasília, INL, 1980), que reúne estudos de Alcida Rita Ramos e Ana Gita de Oliveira sobre as relações entre os Sanumá e os Mayongông do Roraima; as relações entre os Makú e os índios de beira de rio, estudadas por Peter Silverwood-Cope e Ana Gita de Oliveira no noroeste da Amazônia; e as relações entre os Guaraní e os Kaingâng, estudadas por Maria Lígia Moura Pires, no Paraná.

Os anos 70 foram marcados por um esforço, que continua a vigorar, de alguns etnólogos em colaborar com os povos indígenas, pelos quais se interessam academicamente, na obtenção de soluções para seus problemas mais urgentes, como demarcação de terras, assistência médica, instrução, administração direta pelos índios de sua produção para mercado e outros. Dentre os etnólogos que trabalharam ou trabalham nesta linha podem-se citar Peter Silverwood-Cope com os Makú, Kenneth Taylor e Alcida Ramos com os Yanoâma, João Pacheco de Oliveira Filho com os Tukúna, David Price com os Nambiquaras, Lux Vidal com os Xikrín, Iara Ferraz com os Gaviões do Pará, Gilberto Azanha, Maria Elisa Ladeira e Vilma Chiara com os Krahó e vários outros. Para essa Antropologia da Ação, como a chamou Cardoso de Oliveira, também são importantes os estudos voltados para a etnicidade, mormente quando no próprio seio do órgão protecionista governamental alguns funcionários resolvem distinguir índios de não-índios a partir da quantificação de critérios tomados *a priori* e em desacordo com o estado atual dos conhecimentos etnológicos.

Deve-se registrar que os estudos de relações interétnicas têm sido realizados também com outras orientações, como aquela que sublinha o primado das relações econômicas e lida com a noção de modo de produção, como é o caso do estudo de Mércio Pereira Gomes sobre os Tenetehára ou o de Edgard de Assis Carvalho, *As alternativas dos vencidos* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979) sobre os Terêna do Estado de São Paulo. Por sua vez Paul Aspelin estuda o comércio de artefatos Mamaindê, um subgrupo Nambiquara.

Há que registrar também a abordagem ecológica do contato, como é o caso do estudo dos Pataxó da Bahia por Maria Rosário de Carvalho ou a pesquisa coordenada por Daniel Gross, na qual se comparam alguns grupos do Brasil Central: Borôro, Xavânte, Canelas e Menkranotí.

### 2.3.2 *As sociedades indígenas como totalidades socioculturais*

Neste período ganharam impulso os estudos sobre a estrutura social das sociedades indígenas. Essa nova fase se deve, em parte, ao trabalho de pesquisa que David Maybury-Lewis desenvolveu entre os Xavânte, a partir do final da década de 50, segundo os tópicos de interesse e de metodologia da Antropologia Social inglesa. Com base nessa experiência inicial, esse pesquisador desenvolveu um projeto referente aos índios do Brasil central, sobretudo da família lingüística Jê, para ser realizado por seus alunos de Harvard e, acoplado ao projeto "Estudo comparativo das sociedades indígenas do Brasil", de Roberto Cardoso de Oliveira, por pesquisadores do Museu Nacional. Desses projetos resultaram os trabalhos de Terence Turner e Joan Bamberger sobre os Kayapó, de Jean Carter Lave e Dolores Newton sobre os Krinkatí, de John Christopher Crocker sobre os Borôro, de Roberto da Matta sobre os Apinayé (*Um mundo dividido*, Petrópolis, Vozes, 1976) e de Julio Cezar Melatti sobre os Krahó. Trabalhos em linha semelhante à dos citados projetos foram realizados na Universidade de São Paulo, por Lux Vidal sobre os Xikrín, Renate Viertler sobre os Borôro, Maria Aracy Lopes da Silva sobre os Xavânte e, na Unicamp, por Maria Manuela Carneiro da Cunha sobre os Krahó. Enfim, se no período anterior tinham sido as sociedades do tronco Tupi as mais estudadas, neste agora eram as da família Jê que recebiam inicialmente mais atenção. Uma das contribuições de alguns desses trabalhos referentes aos Jê e grupos assemelhados foi a averiguação de que a noção de pessoa que mantém é de fundamental importância para a compreensão de sua estrutura social, como nos mostra "A construção da pessoa nas sociedades indígenas", título de um *Boletim do Museu Nacional* (Nova Série, Antropologia, n. 32, 1979), que reúne trabalhos de Roberto da Matta, Anthony Seeger, Eduardo Viveiros de Castro, Maria Manuela Carneiro da Cunha e Renate Viertler. Ainda como trabalhos paralelos ao projeto Harvard-Museu Nacional ou dele derivados se podem citar o de William Crocker sobre os Canelas, iniciado

no final da década de 50, o de Robert Hahn sobre os Erikpátsa, o de Zarco Levak sobre os Borôro, o de Richard Heelas sobre os Panará, isto é, os Kreên Akarôre, e de Simone Dreyfus sobre os Kayapó, iniciado no final da década de 50, e de Gustaaf Verswijver sobre os Menkranotí, o de Gregory Urban sobre os Xoklêng, de Santa Catarina, o de David Price sobre os Nambiquaras.

Nos anos 70, além de continuar o interesse pelos Jê, retoma-se a atenção por mais três áreas, o alto Xingu, o alto rio Negro e Roraima, sendo que as duas primeiras tinham sido estudadas no período anterior, nas suas características mais gerais, por Eduardo Galvão. No alto Xingu temos os trabalhos de George Zarur sobre os Awetí (*Parentesco, ritual e economia no alto Xingu*, Brasília, FUNAI, 1975), de Thomas Gregor sobre os *Mehináku* (São Paulo, Nacional, 1982), de Helen Basso sobre os Kalapálo, de Pedro Agostinho sobre os Kamayurá, de Carmem Junqueira também sobre os Kamayurá (*Os índios de Ipavu*, São Paulo, Ática, 1975), de Eduardo Viveiros de Castro sobre os Yawalapití, de Patrick Menget sobre os Txikão, de Anthony Seeger sobre os Suyá (*Os índios e nós*, Rio de Janeiro, Campus, 1980) e o já citado trabalho sobre os Kreên Akarorê de Richard Heelas. Os trabalhos sobre esses dois últimos grupos, que são do tronco Macro-Jê, sobretudo os Suyá, por serem nitidamente Jê e estarem instalados há muito tempo no Xingu, podem se constituir numa interessante conexão entre a etnografia dos cerrados do Planalto Central e a do alto Xingu. No alto rio Negro, as pesquisas têm incidido principalmente no outro lado da fronteira, na Colômbia, mas são de muita importância para se compreender os índios do lado brasileiro, pois vivem segundo as mesmas duas grandes tradições: a dos índios das florestas (Makú) e a dos índios dos grandes rios (Tukâno Orientais e alguns Aruák). Enquanto pesquisadores, sobretudo ingleses e franceses, se ocupam dos índios dos rios no lado colombiano, Howard Reid se dedicou aos Makú-Húpda do lado brasileiro. Peter Silverwood-Cope, que trabalhou entre os Makú-Bará no território colombiano (*Os Makú*, Brasília, FUB-CIS, trabalhos de Ciências Sociais, Série Antropologia, n. 27, 1980), passou a dedicar-se posteriormente aos Makú do lado brasileiro. No Roraima, bem como do outro lado da fronteira, na Venezuela, concentram-se populações Yanoâma e Karíb. No lado venezuelano se têm realizado pesquisas sobre grupos de ambas as famílias lingüísticas, mas no lado brasileiro elas parecem se ter concentrado última-

mente sobre os Yanoâma, com as pesquisas de Alcida Rita Ramos, Kenneth Taylor e Bruce Albert.

Neste período, os grupos do tronco Tupi não chegaram a ser totalmente esquecidos, Roque Laraia realizou um estudo comparativo das estruturas sociais dos grupos desse tronco, valendo-se de informações bibliográficas e de suas pesquisas de campo entre os Suruí e Akuáwa do Pará, Kaapór do Maranhão e Kamayurá do Xingu. Por sua vez Adélia Engrácia de Oliveira pesquisou entre "Os índios Jurúna do alto Xingu" (*Dédalo*, n. 11-12, São Paulo, USP-MAE, 1970). Combinando o trabalho antropológico com o psicanalítico, Waud Kracke examinou o sistema político e a chefia entre os Parintintín.

Se a década dos 60 foi marcada por uma forte presença de alunos de doutorado norte-americanos, na dos 70 a eles se acrescentaram ingleses e franceses. De qualquer modo, o número de brasileiros dedicados à pesquisa com sociedades indígenas cresceu, embora constituam maioria perante os brasileiros que se dedicam a outros temas.

Os estudos de totalidades socioculturais indígenas mostram, neste período, uma tendência a passar do funcionalismo ou do estrutural-funcionalismo para uma abordagem mais estruturalista ou influenciada pela etnociência, dando importância, variável segundo os casos, às classificações mantidas, conscientemente ou não, pelos próprios índios. São exemplos disso o já citado alerta para a noção de pessoa, mantida pelos Jê; a importância da classificação segundo os odores, dos Suyá, conforme Seeger; a distinção entre xinguanos antigos e chegados posteriormente, segundo Pedro Agostinho; enfim, há um esforço no sentido de captar os modelos nativos, a fim de também submetê-los à interpretação geral do pesquisador.

Para mais informações sobre este período, no que se refere ao estudo de sociedades indígenas como totalidades, ou também tópicos específicos e contato interétnico, convém consultar a resenha bibliográfica de Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro (1977) e a de Melatti (1982).

### 2.3.3 Mitologia e ritual como sistemas ativos

No atual período, as coleções de mitos continuam a ser objeto de cuidado dos missionários católicos, como o ilustram os trabalhos dos salesianos César Albisetti e Ângelo Venturelli sobre os Borôro ou

de Bartolomeu Giaccaria e Adalberto Heide sobre os Xavânte; ou do jesuíta Adalberto Holanda Pereira sobre os Nambiquaras e Irântxe; ou ainda de Anton Lukesch sobre os Kayapó. Sertanistas também se voltam para os mitos, como Orlando e Cláudio Villas Boas no Xingu. Os próprios índios, como é o caso de Umúsin Panlon Kumu e Tolamã Kenhíri (*Antes o mundo não existia*, São Paulo, Cultura, 1980), do alto rio Negro, procuram registrar por escrito os mitos de seu povo.

Mas foi sem dúvida Claude Lévi-Strauss, com seus artigos sobre mitos e sobretudo os quatro volumes de suas *Mythologiques* (Paris, Plon, 1964, 1966, 1968 e 1971), que marcou uma reviravolta nos estudos de mitologia. Os problemas que levanta com a análise de um grande número de mitos indígenas do continente americano, dentre os quais muitos do Brasil, constituem perguntas que animam outras pesquisas, não apenas sobre mitos, mas sobre muitos outros aspectos das culturas indígenas. Além de inspirar vários artigos sobre mitos tribais escritos no Brasil, as sendas abertas por Lévi-Strauss permitiram a Roberto da Matta analisar o conto sertanejo de Pedro Malasartes e mesmo, escapando ao âmbito do mito, abordar contos literários de Edgar Allan Poe e Guimarães Rosa. Digno de nota é o trabalho de Neide Esterci, "O mito da democracia no país das bandeiras" (*Pesquisa Antropológica*, n. 18, Brasília, 1977), em que analisa o livro *Marcha para o Oeste*, de Cassiano Ricardo, um discurso de Getúlio Vargas e outros textos do Estado Novo, tomando-os como se fossem mitos.

Se os mitos indígenas levaram à produção de vários trabalhos, os ritos, que deles não se podem desligar, deram motivo à produção de livros, tais como o de Pedro Agostinho (*Kwaríp*, São Paulo, EPU e EDUSP, 1974), referente a um rito xingano, o de Maria Manuela Carneiro da Cunha (*Os mortos e os outros*, São Paulo, Hucitec, 1978), a respeito dos mitos funerários Krahó, ou o de Julio Cezar Melatti (*Ritos de uma tribo Timbira*, São Paulo, Ática, 1978), um trabalho geral sobre os ritos dos mesmos Krahó. Nesses livros não se estudam os ritos em si, mas se procura chegar a algo através deles, como a noção de pessoa para os índios Krahó, no caso do trabalho de Carneiro da Cunha.

Tal como as análises de mito, os estudos de rito extravasaram o âmbito das sociedades tribais. Roberto da Matta tem tomado os ritos como uma porta de entrada para o conhecimento da sociedade



brasileira; suas reflexões sobre o assunto estão bem representadas em *Carnavais, malandros e heróis* (Rio de Janeiro, Zahar, 1979). Na trilha de Matta seguem José Sávio Leopoldi que, em *Escola de samba, ritual e sociedade* (Petrópolis, Vozes, 1978), toma a Escola de Samba Mocidade Independente de Padre Miguel como objeto de estudo, e Isidoro Alves, que analisa a festa do Círio de Nazaré, em Belém, no livro *O carnaval devoto* (Petrópolis, Vozes, 1980). Em outras palavras, desta vez são os etnólogos, mais do que os sociólogos do período precedente, que vão abordar temas do domínio dos folcloristas. Nas pequenas cidades do interior ou áreas rurais isso também acontece, como exemplificam os trabalhos de Carlos Rodrigues Brandão sobre as *Cavalcadas em Pirenópolis* (Goiânia, Oriente, 1974), *O divino, o santo e a senhora* (Rio de Janeiro, Funarte-CDFB, 1978) e outros.

Por sua vez, o estudo das crenças e ritos das religiões geralmente chamadas afro-brasileiras parece estar tomando esse mesmo rumo. Os esforços dos recentes investigadores dessas religiões se dirigem no sentido de mostrar que o recurso às origens africanas é insuficiente para interpretá-las, como indica o trabalho de Seth e Ruth Leack sobre os batuques de Belém. Preferem explicitar o entrosamento delas com as outras instituições e a ideologia da sociedade brasileira atual, como ilustra o estudo de Renato Ortiz (*Morte branca do feiticeiro negro*, Petrópolis, Vozes, 1978), ou com a situação e problemas imediatos de seus fiéis, como o demonstra o estudo de um templo de curta duração no Rio de Janeiro por Ivonne Maggie Alves Velho (*Guerra de orixá*, Rio de Janeiro, Zahar, 1975). Trabalhos elaborados na USP, como os de Claude Lépine e Ismael Giroto sobre o Candomblé, e o de Liana Salvia Trindade sobre a Umbanda (Borges Pereira, 1981, p. 65), têm contribuído para renovar os estudos sobre esse tema.

A vitalidade dos ritos e dos mitos talvez se demonstre de maneira mais patente nos movimentos messiânicos. Apesar de seu caráter político, seus adeptos fazem deles participar personagens míticos ou rituais, ou seja, nesses momentos de crise ritos e mitos rompem as molduras em que são normalmente contidos. Dentre os trabalhos recentes sobre movimentos messiânicos em sociedades indígenas se contam o de Maurício Vinhas de Queiroz sobre os Tukúna, o de William Crocker sobre os Canelas, o de Julio Cezar Melatti sobre os Krahó, o de Hélène Clastres sobre os Guaraní (*Terra sem mal*, São Paulo, Brasiliense, 1978). Quanto aos movimentos na área rural, são muitos os que a

eles se têm dedicado, desde Maurício Vinhas de Queiroz, que publicou no começo desse período o livro *Messianismo e conflito social* (2.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Ática, 1977) sobre o movimento do contestado. Aliás, Maria Isaura Pereira de Queiroz publicara no final da década de 50 um trabalho sobre o mesmo movimento, que voltou a ser focalizado por Laís Mourão Sá e ainda por Douglas Teixeira Monteiro em *Os errantes do novo século* (São Paulo, Duas Cidades, 1974). Leonarda Musumeci também realizou um trabalho sobre um antigo movimento no interior de Pernambuco. Para um contato com vários exemplos de movimentos messiânicos convém ler o livro de Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O messianismo no Brasil e no mundo* (2.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Alfa-Ômega, 1977). Para uma apreciação geral e uma lista dos trabalhos mais recentes realizados no Brasil sobre esse tema é muito útil a consulta à resenha bibliográfica preparada por Alba Zaluar Guimarães (1979).

#### 2.3.4 Estudos regionais e estudos em comunidades

De certa maneira, os chamados “estudos de comunidade” do período anterior, muito criticados, foram substituídos pelos que poderíamos chamar de “estudos regionais”, um termo que não tem a divulgação do primeiro. É possível que o primeiro desses estudos tenha se iniciado com o projeto “Estudo comparativo de desenvolvimento regional”, proposto por Roberto Cardoso de Oliveira e David Maybury-Lewis, em 1968, e que visava a comparar duas regiões brasileiras sujeitas a mudanças motivadas pelos modernos programas de desenvolvimento: o Nordeste, de população densa, estabelecida há muito e foco de imigração; e o Centro-Oeste, de população rarefeita, mais recente, alvo de frentes de expansão e pioneiras. Esse projeto foi realizado por professores e alunos do então recém-criado Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. A princípio dava a impressão de se ter fragmentado em um certo número de pesquisas individuais, mas duas áreas ganharam dos pesquisadores um interesse mais permanente: uma foi a zona da mata nordestina, de plantação de cana e produção de açúcar, nos estados de Paraíba, Pernambuco e Alagoas; a outra foi a área constituída pela margem oriental da Amazônia, ou seja, pelo leste do Pará, oeste do Maranhão e norte de Goiás, uma zona afetada por frentes de expansão e pioneiras de caráter diversificado.

O trabalho de pesquisa na zona da mata nordestina gerou novos projetos elaborados também no Museu Nacional, em torno de um núcleo de pesquisadores que haviam participado do original. É o caso do projeto "Emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste", elaborado por Moacir Palmeira *et alii* (*Anuário Antropológico/76*, 1977, pp. 201-38) e cujos primeiros resultados já foram publicados no volume *Mudança social no Nordeste* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979), que contém artigos de vários pesquisadores sobre os trabalhadores urbanos. Uma das colaboradoras desse volume, Maria Rosilene Barbosa Alvim, já tinha tido experiência de pesquisa com trabalhadores urbanos em outra área nordestina, em Juazeiro, no Ceará, de que resultou "A arte do ouro" (*Pesquisa Antropológica*, n. 19, Brasília, 1979). Há também o projeto "Trabalho assalariado e trabalho familiar no Nordeste", de Lygia Sigaud (*Anuário Antropológico/79*, 1981, pp. 181-99) e ainda o projeto "Campesinato e plantation no Nordeste", de Afrânio Garcia Júnior, Beatriz Alasia de Heredia e Marie France Garcia (*Anuário Antropológico/78*, 1980, pp. 267-87). Os livros já publicados por José Sérgio Leite Loges (*O vapor do diabo*, 2.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978), Beatriz Maria Alasia de Heredia (*A morada da vida*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979), Doris Rinaldi Meyer (*A terra do santo e o mundo dos engenhos*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980) e Lygia Sigaud ("A nação dos homens", *Anuário Antropológico/78*, 1980, pp. 13-114, e *Os clandestinos e os direitos*, São Paulo, Duas Cidades, 1979), que participam ou participaram de um ou mais desses projetos, dão uma idéia de sua orientação. De um modo geral seu ponto focal são as relações de trabalho nas empresas açucareiras nordestinas, as modificações que vêm sofrendo e todos os problemas a isso relacionados: a expulsão dos moradores dos engenhos, o estabelecimento deles nas cidades, a conjugação de trabalho assalariado e temporário nas empresas açucareiras com o trabalho familiar nas terras em pousio dos criadores de gado do agreste, a decadência dos barracões das empresas e o desenvolvimento das feiras nas cidades da zona da mata, o pensamento dos trabalhadores a respeito de seu trabalho e das relações que mantêm entre si e com os patrões, a organização das relações dentro da família e entre famílias etc.

Na margem oriental da Amazônia concentraram-se os trabalhos de Otávio Guilherme Velho sobre as frentes que afetaram a área de Marabá (*Frentes de expansão e estrutura agrária*, Rio de Janeiro, Zahar,

1972), de Francisca Isabel Vieira Keller sobre a região de Imperatriz ("O homem da frente de expansão", *Revista de História*, n. 102, 1975, pp. 665-709), de Teresinha Helena de Alencar Cunha sobre essa mesma região, de Laís Mourão Sá e Alfredo Wagner Berno de Almeida sobre o campesinato maranhense.

Uma terceira região onde começam a se concentrar pesquisas etnológicas e sociológicas é a constituída pelo leste e o norte de Mato Grosso e que envolve várias instituições e projetos. A Universidade de Brasília, por exemplo, começou a se fazer presente na região através do projeto "A dinâmica regional do Centro-Oeste", de Mireya Suárez *et alii* (*Anuário Antropológico/76*, 1977, pp. 189-200), de que participava também a Embrater. Posteriormente, Mireya Suárez elaborou outro projeto, também com participação de colaboradores. A UFRJ compareceu à região através do projeto "Campesinato e peonagem numa área de expansão capitalista". Para citar apenas os etnólogos, além de Mireya Suárez têm trabalhado na região Eurípedes da Cunha Dias, da Universidade de Brasília, Neide Esterci, da UFRJ, e Luís Roberto Cardoso de Oliveira, então aluno de pós-graduação do Museu Nacional. Os projetos que lidam com essa área tratam de problemas decorrentes do avanço das frentes de expansão e pioneiras.

A banda ocidental do Vale do rio São Francisco, na área fronteira entre Minas Gerais e Bahia, tem sido alvo de projetos abrigados pela Universidade de Brasília. Um deles, encomendado pela Fundação João Pinheiro, referia-se aos "Sistemas tradicionais de ação para a saúde do noroeste do Estado de Minas Gerais" e tinha como pesquisador principal Martín Alberto Ibáñez-Novion. Outro, sobre a "Percepção de doenças no sertão baiano", vem sendo realizado na área rural do município de Santa Maria da Vitória, sob a direção de Roque de Barros Laraia, em colaboração com o Departamento de Medicina Tropical da Universidade de Brasília.

Também como estudo regional pode ser considerado o projeto desenvolvido no interior de Sergipe, a respeito da evolução das relações de trabalho, e que conjuga a pesquisa etnológica com a história. Patrocinado pela Fundação Getúlio Vargas, é dirigido pela historiadora Maria Yeda Linhares e pelo etnólogo Klaas Woortmann. Acolado ao mesmo se desenvolve um projeto de Antropologia da Saúde, dirigido por Martín Alberto Ibáñez-Novion.

Deve-se registrar também um outro projeto que abarca uma área demasiado grande para ser considerado regional, mas, por outro lado, versa sobre tema restrito. Trata-se de "Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda", coordenado por Klaas Woortmann, da Universidade de Brasília, e Otávio Guilherme Velho, do Museu Nacional, financiado pela Finep e que se distribuiu em onze pesquisas de campo, por áreas rurais e urbanas, nos estados do Pará, Maranhão, Paraíba, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal. Klaas Woortmann publicou, como relatório final da parte coordenada por ele, *Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda* (Brasília, FUB-CIS, Trabalhos de Ciências Sociais, Série Antropologia, n. 20, 1978).

Por outro lado, já existe uma série de estudos sobre temas específicos desenvolvidos, sem que estejam ligados a projetos mais amplos, em pequenas comunidades. Porém não se confundem com os antigos "estudos de comunidade", por não pretenderem estudar totalidades socioculturais, mas apenas um determinado aspecto. Seriam "estudos em comunidades", passíveis de um tratamento comparativo *a posteriori*, uma vez que não previsto nos seus projetos individuais. Por exemplo, é digno de nota o significativo número de estudos realizados em comunidades de pescadores: o de Raimundo Herald Maués sobre medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores do Pará ("A ilha encantada", *Pesquisa Antropológica*, n. 22, 1983), o de Maria Angélica Maués sobre os *status* das mulheres na mesma comunidade, o de Mariza Gomes Peirano sobre as proibições alimentares ("A reima do peixe", *Pesquisa Antropológica*, n. 21, 1979), o de Tullio Maranhão sobre a náutica e classificação ictiológica e o de Maria das Graças Tavares sobre a tomada de decisão na pesca artesanal, todos os três numa mesma comunidade de pescadores do Ceará, o de Simone Dantas Carneiro sobre hábitos alimentares numa comunidade de pescadores da Paraíba, o de Marcos de Souza Queiroz sobre representações de doenças e instituições de cura, o de Elina Pessanha sobre o trabalho na pesca de Itaipu, o de Roberto Kant de Lima sobre a pescaria da tainha e a produção ritual da identidade social na mesma comunidade, o de Luiz Fernando Dias Duarte sobre a reprodução social dos trabalhadores da produção de pescado em Juruçuba, o de Paulo Marcos Amorim sobre os Potiguára (citado no item 2.3.1), o de Alcida Rita Ramos, realizado na Ponta do Caju, na década de 60 ("Pescadores portugueses no Rio de Janeiro", *Pesquisa Antropológica*, n. 17, 1977),

sem contar uma das poucas pesquisas realizadas no exterior por brasileiro, ou seja, a de George Zarur sobre uma comunidade de pescadores no golfo do México. Ora, apesar de todos tratarem de comunidades de pescadores, um simples deitar de olhos sobre seus temas nos mostra que poderiam ser incorporados a distintos estudos comparativos, juntamente com trabalhos sobre não-pescadores, sobre diversos assuntos: sistemas de classificação, Antropologia da Saúde, identidade étnica, reprodução social, estratégias de sobrevivência etc.

A singularidade étnica de certas comunidades rurais também tem sido examinada em algumas pesquisas recentes, que oscilam entre os enfoques culturalista e etnicista. Dentre elas se podem arrolar o já citado livro de João Baptista Borges Pereira sobre uma comunidade de europeus migrados após a Segunda Guerra Mundial, *Italianos no mundo rural paulista*, os trabalhos orientados pelo mesmo pesquisador sobre "comunidades negras incrustadas" (Borges Pereira, 1981, pp. 66-70), uma em Goiás, estudada por Mari de Nasaré Baiocchi (*Negros de cedro*, São Paulo, Ática, Brasília, Pró-Memória/INL, 1983), outra no litoral de São Paulo, por Renato da Silva Queiroz, e uma terceira no agreste pernambucano, por Anita Maria de Queiroz Monteiro. A elas se podem acrescentar a dissertação de Maria Otília da Costa Telles sobre uma outra comunidade negra de Goiás e o livro de Peter Fry e Carlos Vogt sobre outra de São Paulo (*Os negros do Cafundó*, São Paulo, Brasiliense, 1982).

Há vários outros temas sobre os quais versam estudos recentes, quase todos, como os que acabamos de enumerar, dissertações de mestrado: pequenos criadores de gado, agricultores camponeses, garimpeiros etc. Não vamos arrolá-los aqui, dada a exigüidade de espaço. O leitor interessado poderá recorrer às listas de dissertações que periodicamente divulgam os cursos de pós-graduação, como fazem o do Museu Nacional (Velho, 1979), o da Universidade de Brasília (Laraia, 1979b), o da Unicamp (Fry, 1979), o da Universidade de São Paulo (Maciel, Andrade & Vale, 1978; Oniki, 1981), ou então aos resumos constantes dos volumes do *Catálogo do Banco de Teses*, do MEC, ou ainda ao *BIB*, isto é, *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, que era inicialmente um suplemento da revista *Dados*, passando posteriormente a ser órgão da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).



Se os estudos de comunidade do período anterior foram objeto de várias apreciações, tanto por parte de alguns de seus realizadores como daqueles que não os achavam adequados para atingir os objetivos a que se propunham, os estudos regionais e os estudos em comunidades não parecem ter até agora suscitado nenhum comentário crítico.

### 2.3.5 Antropologia urbana

Durante a década dos 60 (para época anterior ver também Roger Bastide, 1955a) as pesquisas sobre cidade, a julgar pela bibliografia apresentada por Eunice Ribeiro Durham (1971, pp. 75-80), se concentravam sobre as migrações da área rural para a urbana e sobre diversos problemas referentes às favelas, focalizados segundo os ângulos da marginalidade, participação, urbanização e desenvolvimento, que permitiam integrar resultados de diferentes disciplinas (Durham, 1971, pp. 69-70). Sua bibliografia não inclui apenas aqueles pesquisadores que se consideravam antropólogos, mas também sociólogos, geógrafos e historiadores em cujos trabalhos se utilizaram "técnicas qualitativas de análise de material obtido através de entrevistas ou observação participante". Inclui também trabalhos de natureza interdisciplinar, mas exclui aqueles sobre seitas religiosas, manifestações folclóricas, minorias étnicas ou raciais, mesmo quando estudadas em termos do ambiente urbano, por estarem tratados em outros comentários do mesmo volume (Durham, 1971, pp. 75-6).

Como exemplo desses trabalhos temos aquele desenvolvido pela própria Eunice Durham sobre migração para a cidade de São Paulo (*A caminho da cidade*, São Paulo, Perspectiva, 1973). O tema da migração ainda perdura na passagem para a década seguinte, como é exemplo o trabalho de Cláudia Menezes desenvolvido em Anápolis (*A mudança*, Rio de Janeiro, Imago; Brasília, INL, 1976). Também o tema da favela perdura em *Passa-se uma casa* (Rio de Janeiro, Zahar, 1978), de Lícia do Prado Valladares.

Parece haver modificações significativas na Antropologia Urbana ao se passar para a década dos 70. Uma delas é o crescente número de pesquisadores com formação em Etnologia que se ocupam dos fenômenos sociais que se dão no ambiente urbano. Além disso, tais estudos, sem abandonar seu interesse pelas "camadas menos favore-

cidas da população”, voltam-se também para problemas que afetam os estratos médios, como é o caso de certas formas de comportamento divergente. Por fim, nota-se nestes estudos uma preocupação em considerar também a maneira como os agentes que são objeto da investigação pensam a respeito de seus próprios problemas e como ordenam seus conhecimentos e experiências referentes ao setor do mundo urbano em que vivem.

Há trabalhos que poderiam ser incluídos aqui, mas foram abordados sob outro título, como aqueles referentes a religiões afro-brasileiras, que se difundem sobretudo nas áreas urbanas e que cada vez mais se afastam das tradições africanas, para se amoldarem à ideologia das populações citadinas brasileiras. Além da Umbanda, a atenção se tem voltado para outras religiões de caráter evangélico e proselitista, como o Pentecostalismo, que muito tem se expandido nas áreas urbanas. Sobre a expansão das duas citadas formas religiosas vêm se desenvolvendo pesquisas, entre as quais as de Peter Fry, da UNICAMP.

Os trabalhos que tratam das concepções a respeito do corpo, das classificações de doenças, de hábitos alimentares, enfim, de temas que vêm sendo englobados sob o título de Antropologia Médica ou da Saúde, parecem se concentrar em pequenas comunidades rurais, ou pequenas cidades cujos moradores estão voltados para as atividades rurais, ou em certos setores urbanos nos quais se contam muitos migrantes de origem rural. Entretanto, pesquisas sobre esses temas, ainda quando de origem rural, no contexto urbano, como o trabalho desenvolvido por Martín Ibáñez-Novion em Sobradinho, no Distrito Federal, são de grande importância, entre outros motivos por focalizarem o conflito entre o sistema médico tradicional e o sistema médico oficial, que tem seu baluarte nas grandes cidades. De qualquer modo, os trabalhos que tratam de saúde no ambiente urbano, fazem-no geralmente em conexão com outros temas, como a religião, em outras palavras, a cura por meios religiosos, como é o caso de “A cura no Vale do Amanhecer”, de Ana Lúcia Galinkin (*Pesquisa Antropológica* n. 20, Brasília, 1979), da cura dos viciados em tóxicos pelo Desafio Jovem do Brasil estudada por Carlos Yáñez Boluarte, da pesquisa de Peter Fry sobre Umbanda e Pentecostalismo, daquela sobre doentes mentais num hospital do Rio de Janeiro e que envolve também o estudo de uma instituição total por Rosine Josef Perelberg (*As fronteiras do silêncio*, Rio de Janeiro, Achiamé, 1980), ou o trabalho, também sobre

doença mental, em Fortaleza, que envolve também a estratégia de sobrevivência, de Simone Simões Ferreira Soares. Próximo ao campo da Antropologia da Saúde e realizado na cidade, embora valha para um âmbito mais amplo, é a pesquisa sobre o nojo, de José Carlos Rodrigues (*Tabu do corpo*, Rio de Janeiro, Achiamé, 1979); recentemente o mesmo autor publicou outro trabalho, agora sobre a morte (*Tabu da morte*, Rio de Janeiro, Achiamé, 1983).

Se os trabalhos sobre trabalhadores urbanos no Nordeste foram aludidos em outro item, integrados que estão em projetos de estudos regionais, cumpre lembrar ainda o de Maria Andréa Loyola sobre Juiz de Fora (*Os sindicatos e o PTB*, Petrópolis, Vozes; São Paulo, Cebrap, 1980) e o de Vera Maria Cândido Pereira sobre os trabalhadores de uma fábrica têxtil no Rio de Janeiro (*O coração da fábrica*, Rio de Janeiro, Campus, 1979).

Também as relações entre homem e mulher, como as pesquisas de Mariza Corrêa (*Morte em família*, Rio de Janeiro, Graal, 1983) e de Ercy Parreira Guimarães, e o problema da velhice, como o estudo de um asilo por Marilu Gusmão, têm feito parte do amplo número de estudos urbanos. Por sua vez, os trabalhos de Maria Laís Mousinho Guidi, no INEP (MEC), têm relacionado os temas da velhice e da juventude ao lazer e à política cultural.

O comportamento desviante tem sido estudado sobretudo em cidades, como os trabalhos de Rosine Perelberg e Simone Soares, já citados. Acrescente-se o de Carmen Dora Guimarães sobre homossexuais e o de Carlos Versiani dos Anjos Júnior sobre prostituição. Gilberto Velho organizou um volume que reúne vários artigos sobre *Desvio e divergência* (3.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1979).

Boa parte dos trabalhos sobre desviantes, sobre a situação da mulher, envolvem as camadas médias urbanas. É digno de nota, com relação a estas, o estudo dos moradores de um edifício no bairro de Copacabana realizado por Gilberto Velho (*A utopia urbana*, Rio de Janeiro, Zahar, 1973). Já Luiz Tarlei de Aragão, outro dos raros brasileiros a fazer pesquisa no exterior, dá atenção, no ambiente urbano, às relações de parentesco e de vizinhança numa cidade nova, dentro do contexto das transformações que vem sofrendo ao longo de sua história a sociedade francesa. Por sua vez Ruben George Oliven (*Urbanização e mudança social no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1980) preocupa-se mais com as características gerais da urbanização.

### 2.3.6 Artes e artesanato

A descrição de artefatos foi uma característica dos trabalhos dos etnólogos do começo do século, preocupados que estavam com a elaboração de mapas de distribuição geográfica, que lhes permitissem reconstituir as trajetórias da difusão cultural. Embora a atenção para com os artefatos nunca tenha desaparecido, ela deixou de ser um dos principais focos de interesse dos etnólogos, sobretudo no período dos 30 aos 60, ficando em segundo plano.

No período aqui focalizado, o artesanato volta a receber atenção, agora relacionado aos outros aspectos da cultura. É digno de nota o segundo capítulo do citado livro de Anthony Seeger, *Os índios e nós*, onde o autor relaciona os batoques auriculares e labiais à cosmologia Suyá. Os arcos e flechas dos índios brasileiros voltam a ser estudados por Vilma Chiara e o arqueiro E. G. Heath (*Brazilian indian archery*, The Simon Archery Foundation, Manchester, 1977). Berta Ribeiro, que na década de 50 trabalhou nas "Bases para uma classificação dos adornos plumários dos índios do Brasil" (*Arquivos do Museu Nacional*, vol. 43, 1957) e, junto com Darcy Ribeiro, na *Arte plumária dos índios Kaapor* (Rio de Janeiro, 1957), passou a dedicar-se mais recentemente aos estudos sobre cestaria. Mas o estudo da plumária continuou a ser cultivado, como o demonstra o trabalho de Sônia Ferraro Dorta, do Museu Paulista, sobre os Borôro. A pintura do corpo dos Xavânte foi estudada por Regina Müller e a dos Xikrín por Lux Boelitz Vidal, aquela na Unicamp e esta na Universidade de São Paulo. Maria Heloisa Fénelon Costa, que se dedicara ao estudo da cerâmica, produzindo *A arte e o artista na sociedade Karajá* (Brasília, Funai, 1978), inicia recentemente um projeto no Xingu sobre "Etnologia e emprego social da tecnologia", enquanto João Pacheco de Oliveira Filho, também no Museu Nacional, faz o mesmo com respeito aos Tukúna, filiado ao mesmo projeto, que é financiado pela Finep.

A Fundação Pró-Memória iniciou um projeto sobre a região Centro-Oeste, a princípio sob a direção de George Zarur, voltando-se primeiramente para coleta e estudo de artefatos entre alguns grupos indígenas da região; posteriormente passou, parece, para o estudo do artesanato na população sertaneja da mesma região. De fato, não somente as populações indígenas têm interessado aos estudiosos do artesanato, mas também as rurais, de que é exemplo a pesquisa que vem

se desenvolvendo no Museu Nacional sobre o vale fluminense do Paraíba, por Lélia Coelho Frota e Ana Margarete Heye, também incluída no citado projeto de emprego social da tecnologia.

Uma das áreas mais descuradas, mas que começa a despertar o interesse, é a da música. Helza Camêu publicou recentemente uma *Introdução à música indígena brasileira* (Rio de Janeiro, MEC-CFC-DAC, 1977), baseada no material recolhido por vários pesquisadores e cronistas e resultado de um trabalho que vinha se desenvolvendo havia muitos anos. Rafael Bastos vem realizando uma longa pesquisa sobre música em um grupo indígena xinguano, da qual já publicou alguns resultados em *A musicológica Kamayurá* (Brasília, Funai, 1978). Desidério Aytai, da Universidade Católica de Campinas, realizou trabalhos sobre a música Xavânte e também sobre a de outros grupos tribais. Anthony Seeger, no quarto capítulo de seu já citado livro, mostra a importância da música nos ritos, na organização social e na vida cotidiana dos Suyá.

O interesse dos etnólogos pela música não tem se restringido às sociedades indígenas, como mostram o trabalho de Julia de Almeida Levy sobre a música popular brasileira ou a pesquisa em andamento de Kilza Setti de Castro Lima sobre a música caiçara.

### 3. Arqueologia

Em contraste com a Etnologia, quase não existem trabalhos de crítica ou bibliográficos, gerais ou sobre períodos, temas, autores, áreas, no que se refere à Arqueologia no Brasil. As apreciações mais gerais, do ponto de vista temporal, se referem à Amazônia (Evans, 1967 e Simões, 1981) e ao Museu Nacional (Coutinho Beltrão, 1978).

Diferentemente da Etnologia, também, os resultados de pesquisa da Arqueologia raramente tomam a forma de livro, sendo mais comuns os artigos divulgados através de periódicos.

#### 3.1 Até os anos 50

Desde as últimas décadas do século passado até o meio do presente século, a pesquisa arqueológica no Brasil foi realizada por brasileiros e estrangeiros que nem sempre tinham o necessário preparo para fazê-lo, seja por serem profissionais de disciplinas não-antropo-

lógicas, seja por não estarem em dia com as técnicas da própria Arqueologia que, durante esse longo período, vieram se aprimorando nos principais centros de pesquisa dos países mais desenvolvidos.

Dentre os principais pesquisadores que lidaram com material arqueológico nesse período figuram Karl von den Steinen, Ladislau Netto, Domingos Soares Ferreira Penna, Charles F. Hartt, Orville Derby, João Barbosa Rodrigues, J. B. Steere, Emilio Goeldi, Aureliano Pinto de Lima Guedes, Carlos Rath, Carlos Wiener, no século passado; e Hermann von Ihering, Raimundo Lopes, Heloisa Alberto Torres, Angyone Costa, C. F. Ott, Edgard Roquette Pinto, Curt Nimuendajú, Anibal Mattos, H. V. Walter, na primeira metade do século atual.

Os trabalhos desse período se caracterizam pela coleta não exaustiva de objetos arqueológicos em sítios parcamente descritos, pela descrição das coleções pertencentes a museus, constituídas muitas vezes de peças colhidas e acumuladas por amadores ou encontradas por leigos ao acaso que as presenteavam aos museus, às vezes sem mesmo a indicação dos sítios em que foram achadas, pela exigüidade de recursos técnicos para elaboração de cronologias, pela distribuição das peças encontradas por áreas, como as províncias arqueológicas de Ihering.

As áreas pesquisadas nesse período se reduzem a alguns tesos da ilha de Marajó (Ferreira Penna, Steere, Derby, Ladislau Netto, Heloisa Alberto Torres), à cerâmica de Santarém, descoberta depois de um temporal que lavou as ruas dessa cidade, em 1922 (Helen Palmatary, Frederico Barata) e outros sítios do baixo Amazonas e do Amapá (Lima Guedes, Nimuendajú); às estearias (habitações lacustres, sobre pilotis) do Maranhão (Raimundo Lopes); alguns sambaquis (concheiros) do litoral (Rath, Wiener); a vestígios dos índios do tronco Tupí do litoral; às cavernas de Lagoa Santa, em Minas Gerais (Mattos, Walter).

Dentre os problemas enfrentados pelos pesquisadores se contavam: a determinação da origem natural ou artificial dos sambaquis; a presença de cerâmica mais complexa em nível inferior ao da mais rústica, em Marajó; o correlação cronológica dos vestígios humanos com os da fauna pré-histórica em Lagoa Santa; a difusão de traços culturais e sua correspondência com migrações; a eliminação das hi-



póteses mais esdrúxulas (como a dos fenícios, por exemplo) com relação ao povoamento pré-colonial do Brasil.

As instituições que então serviam de base aos estudos arqueológicos eram o Museu Nacional, o Museu Paulista, o Museu Paraense Emílio Goeldi. No prefácio de Dante Costa à 3.<sup>a</sup> edição da *Introdução à arqueologia brasileira*, de Angyone Costa, publicada como volume 34 da Coleção Brasileira (4.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Nacional; Brasília, INL, 1980), se sabe que o autor do livro manteve a primeira cátedra da Arqueologia Brasileira do país no Museu Histórico Nacional.

Aliás, o citado livro, cuja primeira edição é de 1934, oferece uma boa visão geral do que então se conhecia a respeito da Pré-História do Brasil.

### 3.2 A partir dos anos 50

Ao iniciar-se a segunda metade de nosso século, a Arqueologia no Brasil dá uma virada decisiva, motivada, sobretudo, pela atuação de alguns arqueólogos estrangeiros. Dois deles, isto é, o casal norte-americano Clifford Evans e Betty Meggers, da Smithsonian Institution, iniciam pesquisa na Amazônia em 1948; outros dois constituíam o casal francês Joseph Emperaire e Annette Laming-Emperaire, que chegou ao Brasil em 1955 para escavações no litoral meridional; no mesmo ano, Wesley Hurt, então da Universidade de South Dakota, chegou a nosso país para participar de um projeto de pesquisa em Lagoa Santa, Minas Gerais, juntamente com arqueólogos do Museu Nacional, da Universidade Federal do Paraná e outras instituições. Esses cinco estrangeiros, que começaram pesquisas no Brasil em colaboração com pesquisadores de instituições brasileiras, trouxeram, sobretudo, novas técnicas de trabalho. Com exceção de Joseph Emperaire, que faleceu pouco depois no desabamento de uma caverna na Argentina, e de Wesley Hurt, cujo trabalho parece se ter mantido dentro do projeto inicial que o trouxe ao Brasil, os outros três passaram, desde então, a dar um constante apoio ao aperfeiçoamento dos arqueólogos brasileiros, seja incluindo-os em seus projetos de pesquisa, seja ministrando cursos temporários de formação em técnicas arqueológicas ou mesmo incentivando estágios de brasileiros no exterior.

É digno de nota que em 1951 foi descoberto o processo de datação pelo Carbono-14 e outras técnicas de datação se desenvolveram

depois, como a da termoluminescência, o que também contribuiu para estimular e facilitar a procura de conexões entre os vestígios de sítios diferentes ou a ordenação cronológica de vestígios de um mesmo sítio, facilitando as pesquisas arqueológicas no Brasil.

Dentre os aprimoramentos técnicos então introduzidos, podemos enumerar, segundo Evans (1967, p. 6), que, no caso, se refere à Amazônia: “a introdução de técnicas de *survey* arqueológico extensivas, a escavação de cortes estratigráficos e recolhimento de todo o material para análise, a classificação de toda a cerâmica, tanto decorada como lisa, incluída no tipo, o desenvolvimento de seqüências no tempo e no espaço e a definição de fases (culturas) distintas, o uso da técnica de seriação para expandir as seqüências derivadas de escavações estratigráficas individuais e a tentativa de usar explicações ecológicas para uma melhor compreensão do desenvolvimento ou declínio de certas culturas da região”. Mas outras técnicas foram introduzidas, como, por exemplo, a decapagem e o esquema conceitual que lhe é associado, com o qual se pode tomar contato na Introdução do livro de Luciana Pallestrini, *Interpretação das estruturas arqueológicas em sítios do Estado de São Paulo* (Coleção Museu Paulista, Série de Arqueologia, vol. 1, São Paulo, 1975). Numa apreciação bastante preliminar, supomos que o uso dessa técnica, que parece se dever à influência do citado casal francês, e que consiste em recuperar o solo de um momento da história de uma comunidade, respeitando a disposição das peças tal como foi deixada, teria uma relação íntima com as abordagens funcionalista e estruturalista da Etnologia, que dão grande importância à projeção da estrutura social em planos espaciais, sem descuidar das seqüências culturais. Já a técnica do corte estratigráfico, que se deveria à influência do casal americano, daria primazia às sucessões culturais. Cremos que atualmente os arqueólogos brasileiros, nas muitas oportunidades de contato que mantêm entre si, têm intercambiado essas influências e as adaptado às condições de pesquisa no país. Entretanto, é digno de nota que os trabalhos que seguem a orientação dos Evans-Meggers tendem a ser publicados pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, enquanto os da orientação de Laming-Emperaire costumam sê-lo pelo Museu Paulista.

Além de o Museu Nacional, o Museu Paulista e o Museu Paraense Emílio Goeldi continuarem como importantes sedes de estudos arqueológicos, como já vinham fazendo no período anterior, acres-

centam-se outras no atual período, como a Universidade Federal do Paraná, o Museu de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina, o Instituto Anchieta de Pesquisas da Unisinos, a Universidade Federal de Minas Gerais, as Universidades Católica e Federal de Goiás e outras. O Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, ainda que apoie a pesquisa arqueológica no Brasil, parece estar mais voltado para a arqueologia clássica do Mediterrâneo e Oriente Próximo.

Desde 1971 o Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo mantém um curso de pós-graduação em Arqueologia Brasileira, ministrado por pesquisadores do Museu Paulista, da mesma Universidade. O Museu Nacional aguarda a formalização de seu curso de mestrado em Arqueologia. Por sua vez, o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA), criado em 1965 na Universidade Federal do Paraná, abrigou cursos temporários e também seminários, tais como o "Seminário de ensino e pesquisa em sítios cerâmicos", em 1964, dirigido por Betty Meggers e Clifford Evans, e o "Seminário de ensino e pesquisa em sítios pré-cerâmicos", em 1966, dirigido por Annette Laming-Emperaire. O mesmo centro providenciou a publicação, aos cuidados de Igor Chmys, de manuais de Arqueologia, sendo o n. 1 a *Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica* (Curitiba, UFP-CEPA, parte I: 1966, parte II: 1969), que resultou do primeiro daqueles citados seminários. O n. 2, *Guia para o estudo das indústrias líticas da América do Sul*, é de autoria de Anette Laming-Emperaire (Curitiba, UFP-CEPA, 1967). Já o n. 3, *Normas para a cimentação de enterramentos arqueológicos e montagem de blocos-testemunha*, é um muito breve fascículo de João Alfredo de Rohr (Curitiba, UFP-CEPA, 1970).

Atualmente, além da intensificação dos estudos nas antigas áreas que foram objeto de pesquisa no período anterior, os arqueólogos se voltaram para outras novas. Temos assim pesquisas sobre sambaquis (Maria da Conceição Coutinho Beltrão, Lina Kneip, José Wilson Rauth, João Alfredo Rohr), sítios Tupí-Guaraní (Maria da Conceição Coutinho Beltrão), cavernas da região da Lagoa Santa (Wesley Hurt, Oldemar Blasi, Annette Laming-Emperaire), os tesos de Marajó (Betty Meggers, Clifford Evans), a calha principal do rio Amazonas (Peter Paul Hilbert), sítios do Planalto Meridional, como os do vale do Paranapanema (Luciana Pallestrini, Sílvia Maranca, Igor Chmyz), as pin-

turas rupestres do Piauí (Niède Guidon), certos sítios de Goiás (Irmild Wüst) e na região baiana de Xique-Xique, no vale do São Francisco (Maria da Conceição Coutinho Beltrão). Porém, extensas áreas do país continuam desconhecidas arqueologicamente: toda a Amazônia, com exceção de alguns pontos do curso principal do Amazonas e sua foz; toda a região Centro-Oeste, com exceção de alguns pontos em Goiás; quase todo o Nordeste; o Sudeste, com exceção do litoral, das cavernas de Lagoa Santa e do Estado de São Paulo.

Tendo em vista essa falta de informação, surgiu em 1964 o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa), que reunia onze universidades e museus brasileiros, sob o patrocínio do CNPq e da Smithsonian Institution, com a colaboração do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Seus trabalhos se iniciaram no final de 1965 com um planejamento para cinco anos. Os resultados do Pronapa foram divulgados nas Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, n. 6, 10, 12, 13, 15, 18 e 26. O objetivo final do Pronapa seria o conhecimento dos processos através dos quais grupos sucessivos de imigrantes pré-colombianos, com diferentes padrões de subsistência, se adaptaram à diversidade de situações ecológicas no Brasil, sendo condição para tanto estabelecer previamente um esquema cronológico fidedigno. Na prática o projeto conseguiu um levantamento de inúmeros sítios, uma catalogação de fases (Simões, 1972), o trabalho conjunto de vários arqueólogos segundo um mesmo esquema conceitual, sob a orientação de Meggers e Evans, contribuindo para mapear e ordenar as informações arqueológicas disponíveis no Brasil. Entretanto, tal ordenação só pode ser feita com os trabalhos daqueles arqueólogos que se orientavam segundo o esquema conceitual do Pronapa.

Em vista dos resultados do Pronapa, criou-se um novo mutirão de arqueólogos, agora dedicado aos agricultores pré-históricos amazônicos numa ecologia em mudança, o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia do Amazonas (Pronapaba).

Têm sido pouco exploradas no Brasil as possibilidades de colaboração entre arqueólogos e etnólogos, como chamou a atenção Nobue Myazaki (1976). São poucas as conexões que se fazem entre vestígios arqueológicos e tribos indígenas atuais ou que se extinguíram durante o período iniciado pela conquista dos europeus. Talvez a única conexão feita, e atualmente em revisão, seja a da atribuição de certo estilo de

cerâmica arqueológica aos grupos Tupí-Guaraní. Um exemplo de colaboração entre arqueólogo e etnólogo é o texto de Maria da Conceição Coutinho Beltrão e de Roque Laraia, "O método arqueológico e a interpretação etnológica" (*Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 17, MEC, pp. 11-242). Conexões são sugeridas no artigo de Betty Meggers e Clifford Evans, "A reconstituição da pré-história amazônica" (Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, n. 20, Belém, 1973, pp. 51-69). Tais conexões também são feitas, mas invertendo a direção da difusão proposta por Meggers e Evans, no livro de Donald Lathrap, cuja tradução para o português apresenta alguns erros grosseiros, *O alto Amazonas* (s. 1., Verbo, 1975), onde tenta relacionar certas famílias lingüísticas atuais com culturas arqueológicas da Amazônia ocidental. Por outro lado, as enormes aldeias pré-históricas que Irmild Wüst, da Universidade Católica de Goiás, vem descobrindo no sul desse estado, por certo acabarão por interessar aos etnólogos que trabalham com índios do Brasil central, principalmente os do tronco Macro-Jê.

Para uma visão geral deste período atual, é de grande proveito a consulta a uma avaliação preparada por um grupo de arqueólogos brasileiros para o CNPq (Pallestrini *et alii*, 1978). *O índice das fases arqueológicas brasileiras*, de Mário Simões (1972), constitui também uma bibliografia da recente produção arqueológica brasileira, mas inclui apenas aqueles trabalhos que atendem à metodologia do Pronapa.

#### 4. Lingüística

A Lingüística se constitui numa ciência independente, mas está incluída neste roteiro por causa de seus íntimos laços com a Antropologia. Pode-se apontar pelo menos quatro pontos em que os interesses da Lingüística e da Antropologia se tocam. Um deles é de caráter prático, ou seja, a necessidade que tem o etnólogo de aprender a língua do grupo tribal que estuda (ainda que no caso dos pesquisadores brasileiros sejam poucos os que o façam), valendo-se do português, como língua franca, apoiando-se nas descrições e análises feitas pelos lingüistas, ou em gramáticas e dicionários preparados por leigos, ou ao menos nas técnicas desenvolvidas pelos lingüistas para o aprendizado de línguas. O segundo é o uso de certos resultados da Lingüística no campo da classificação das línguas e da análise léxico-estatística. A classificação das línguas em famílias, troncos e filios, fundamentada na admissão da derivação das línguas mais recentes a partir de línguas

mais antigas, permite ao etnólogo, antes de desenvolver seu projeto, supor que populações falantes de línguas da mesma família ou do mesmo tronco têm uma origem comum ou conexões históricas no passado, podendo haver entre elas, portanto, certas semelhanças socio-culturais. Por outro lado, a análise léxico-estatística ou glotocronologia, que permite datar o momento em que duas línguas se destacaram de uma única língua pela percentagem de radicais cognatos nucleares que mantêm em comum, é de grande importância para arqueólogos e etnólogos, sobretudo na procura de conexões de culturas arqueológicas com povos indígenas atuais. O terceiro ponto é a elaboração de métodos etnológicos inspirados em métodos lingüísticos, como é o caso da análise estruturalista dos mitos, proposta por Lévi-Strauss, que deriva da importância que o lingüista dá à posição da partícula no segmento imediatamente mais abrangente para encontrar seu significado. Finalmente, certos fenômenos como o bilingüismo castelhano-guarani no Paraguai, a distinção de certos fonemas em formas a serem utilizadas por homens e formas para mulheres na língua Karajá, o uso de línguas diferentes por clãs que casam entre si no alto rio Negro, a distinção entre vocábulos usados na linguagem cotidiana e seus correspondentes usados nos cânticos de cura na língua Marúbo, a entoação cerimonial nessa mesma língua e na Krahó, o uso de termos de gíria e palavrões segundo as ocasiões adequadas em português, são problemas que interessam tanto ao lingüista como ao etnólogo, uma vez que podem ser abordados como se fossem ritos.

Este roteiro levará em conta apenas os estudos de línguas indígenas, pois tem sido neste campo que lingüistas e antropólogos têm mantido contato, deixando de lado, sem negar sua importância antropológica, os trabalhos sobre a língua portuguesa, que são os mais numerosos, e os sobre línguas africanas no Brasil, que parecem ser os menos freqüentes.

No que tange a um breve histórico do estudo das línguas indígenas no Brasil, vale a pena ler Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1965, caps. 6, 7, 8 e 9) e Aryon Dall'Igna Rodrigues (1963), que são os autores que nos servem de guias nas linhas a seguir.

#### 4.1 Até os anos 50

Martius, que podemos incluir entre os cronistas, mas que foi talvez o precursor imediato dos etnólogos, parece ter sido também



quem sugeriu os primeiros problemas no estudo das línguas indígenas. Não somente tomou muitos vocabulários, porém não padronizados, como também substituiu a antiga classificação das línguas indígenas em Tupi e Tapúya, mostrando que esta última categoria na verdade escondia vários grupos lingüísticos. Foi assim o primeiro a apontar a existência da família Jê. Distinguiu também o grupo Kren ou Guerên, que pode ser incorporado ao Jê. Quanto ao seu grupo Guck ou Coco, já não mais se sustém diante dos atuais conhecimentos.

Os etnólogos alemães também deixaram sua contribuição. Steinen classificou a língua Bakairí como Karíb; Koch-Grünberg elaborou uma gramática Taulipâng, além de registrar inúmeras informações sobre as línguas da Amazônia setentrional; Ehrenreich fez estudos sobre a língua Xavânte e a Xerênte; Nimuendajú anotou também muitas informações, sendo que há dois artigos que avaliam seu trabalho (Mattoso Câmara Jr., 1959 e Leite, 1960). De um modo geral, o estudo das línguas nesses autores se subordinam a seus interesses etnológicos.

Também brasileiros deixaram sua contribuição, a partir de Couto de Magalhães: Telêmaco Borba, Braulino de Carvalho, Pompeu Sobrinho, Estêvão de Oliveira. Porém o trabalho mais impressionante é o de Capistrano de Abreu, *Ratxa-huni-kui, a língua dos Caxinauás* (Rio de Janeiro, 1914), que resulta da pesquisa junto a dois índios que o notável historiador hospedou em sua casa. Para a época em que foi escrito, esse trabalho era realmente inovador, pois Capistrano partia de frases, geralmente das narrativas míticas que transcrevia, ao invés de se contentar com a anotação de simples vocabulários, fornecidos segundo as palavras sugeridas pelo pesquisador, como era então comum se fazer. Trata-se de trabalho capaz de até hoje responder a certas questões formuladas por lingüistas atuais, conforme um exemplo apontado por Mattoso Câmara Jr. (1965, p. 116-7). Escreveu também um trabalho semelhante sobre a língua Bakairí, até hoje inédito e talvez extraviado.

Também missionários católicos, da primeira metade do presente século, fizeram estudos sobre as línguas dos povos entre os quais exerciam a catequese: Frei Fidelis Alveano (Tukúna), Frei Mansueto de Val Florianiana (Kaingâng), Frei Antônio Giaccone (Tukáno), Frei Alberto Kruse e Frei Hugo Mense (Mundurukú), Frei Antônio Maria Sala (Kayapó) e os salesianos da missão entre os Borôro. Esses tra-

balhos, ao mesmo tempo que fundamentados numa familiaridade muito grande com as línguas indígenas, dada a longa permanência de seus autores por força das atividades missionárias, eram elaborados com fins bastante práticos, como o de facilitar a comunicação na catequese.

Ao mesmo tempo em que se faziam esses estudos e coletas de informações sobre línguas indígenas vivas, em contato direto com os falantes, ainda que deixassem a desejar com respeito aos esquemas conceituais, às técnicas e ao rigor exigidos pelos lingüistas atuais, perdurava no Brasil o interesse pela língua Tupi, ou seja, uma das antigas línguas do litoral brasileiro, falada no século XVI, aprendida e modificada pelos primeiros missionários e por eles usada em forma oral ou escrita em seus trabalhos de catequese, sendo imposta até a índios que não a falavam originalmente. Os estudos sobre essa língua Tupi eram mais filológicos do que lingüísticos, uma vez que se baseavam em textos escritos de uma língua extinta. Sobre esses textos em língua Tupi convém consultar as anotações bibliográficas de Plínio Ayrosa (1943). O privilégio que se concedia ao Tupi como língua dos índios brasileiros, ignorando-se toda a diversidade que realmente existe, chegou a culminar com a criação de cadeiras de Tupi-Guarani nas primeiras faculdades de Filosofia que começaram a surgir na década de 30. Que ainda hoje haja pessoas que pensam em termos de uma exclusividade do Tupi, prova-o um texto de Romão Silva, que só trata dos estudos referentes ao Tupi e por isso severamente criticado por Egon Schaden (Romão Silva, 1966).

Mas a partir dos anos 30 começa a haver uma tomada de consciência a respeito das deficiências das pesquisas lingüísticas, como serve de exemplo a crítica feita por José de Oiticica, em 1930, no Congresso de Americanistas reunido em Hamburgo (Oiticica, 1933). Outra figura brasileira que prepara a renovação é Rosário Mansur Guérios, no Paraná. Com uma nova orientação, alguns estrangeiros estudam línguas de grupos indígenas: Jules Henry, a dos Xoklêng, paralelamente ao estudo etnológico que faz desse grupo; Olive Shell elabora os dados que o etnólogo Buell Quain deixou sobre a língua Krahó; Neill Hawkins estuda a língua Waiwái; Paul Garvin elabora os dados tomados por Lévi-Strauss sobre uma língua Nambiquara; Ernesto Migliazza inicia seus estudos das línguas Yanoâma.

#### 4.2 A partir dos anos 50

Um dos marcos da mudança nos estudos das línguas indígenas no Brasil foi a instalação do Summer Institute of Linguistics (SIL), na década dos 50, a princípio em convênio com o Museu Nacional, depois com a Universidade de Brasília, finalmente com a FUNAI, até a proibição, no governo Geisel, de sua atuação em áreas indígenas. Apesar de ser uma instituição cujo objetivo último é missionário, pois seu estudo das línguas de todo o mundo visa à tradução parcial ou integral da Bíblia para todos os povos, o pessoal da instituição, enquanto na primeira parte de sua tarefa, o aprendizado, descrição e análise das línguas indígenas, fundamenta-se numa orientação lingüística moderna, dispondo de pesquisadores em vários níveis acadêmicos, desde doutores e professores de reconhecimento internacional até iniciantes. E foi como lingüistas, não como missionários, que conseguiram seus convênios no Brasil. Seus membros também participaram, como docentes, em disciplinas ministradas no Museu Nacional e na Universidade de Brasília. O pessoal do SIL também trabalhou no preparo de monitores indígenas para o ensino bilíngüe e no incentivo aos próprios índios em produzirem textos em suas línguas. Mas nem só com índios trabalharam esses pesquisadores, como nos mostra o relatório do SIL "Levantamento lingüístico de Leopoldina" (*Educação e Ciências Sociais*, vol. 3, n. 9, Rio de Janeiro, CBPE, 1958, pp. 31-56), um estudo relacionado ao "Programa de pesquisas em cidades-laboratório" (ver item 2.2.4).

Dentre as línguas indígenas estudadas pelos pesquisadores do SIL se contam a Apinayé (John Callow e Patricia Ham), a Asuriní (Carl Harrison), a Hixkariâna (Desmond Derbyshire), a Guajajára (David Bendor-Samuel), a Kaingâng (Ursula Wiesemann), a Kayová (Loraine Bridgeman), a Mundurukú (Marjorie Crofts). Uma bibliografia publicada há quase dez anos (SIL, 1973a) enumera 442 trabalhos elaborados pelos membros dessa instituição. Destes, 310 estavam arquivados no Museu Nacional e variavam desde textos muito elaborados até vocabulários-padrão; 62 eram cartilhas e outros livros escolares elementares para indígenas; 66 eram artigos lingüísticos publicados e algumas teses. Esses trabalhos cobriam cerca de 85 línguas ou dialetos de indígenas brasileiros. O catálogo não incorporava os textos bíblicos traduzidos. Recentemente foi publicada mais uma bibliografia, referente ao período de 1973 a 1980, que abrange 827 trabalhos, dos

quais 428 são de literatura de autoria indígena; 225 correspondem a material arquivado no Museu Nacional e na FUNAI, 66 são de trabalhos didáticos destinados a índios ou referentes à educação e 108 propriamente de Lingüística, havendo alguns relacionados à Etnologia (SIL, 1981). Para uma visão mais completa das atividades do SIL convém a consulta, também, a seus relatórios (SIL, 1973b, 1974 e 1976).

Por sua vez, as Missões Novas Tribos do Brasil também realizam um trabalho semelhante ao do SIL, porém de muito menor porte. Alguns de seus missionários também descrevem e analisam línguas indígenas, elaboram cartilhas, fomentam a redação de textos pelos próprios indígenas e fazem traduções bíblicas.

Entretanto, apesar dessa intensa atividade dos pesquisadores do SIL, que contribuiu enormemente para a ampliação dos conhecimentos a respeito das línguas indígenas, são poucos os brasileiros que a elas se dedicam, seja nos meios acadêmicos, seja no ambiente missionário. Neste último destaca-se Rinaldo de Mattos, ligado ao SIL, e que estuda a língua Xerênte. No que tange à área acadêmica, é certo que a Lingüística não escapou ao incentivo geral para a criação de cursos de pós-graduação desencadeado a partir do final dos anos 60. Atualmente, há no Brasil mais de dez cursos de pós-graduação em Lingüística ou que a têm como uma das áreas de concentração. Porém, das 151 teses ou dissertações de Lingüística registradas nos três primeiros volumes do *Catálogo do Banco de Teses*, do MEC, apenas cinco se referem a línguas indígenas. As instituições que mantêm pesquisadores dedicados às línguas indígenas são o Museu Nacional e a Unicamp. No primeiro trabalham Yonne de Freitas Leite, que estuda a língua Tapirapé; Charlotte Emmerich, que realiza pesquisa na área xingua-na; Miriam Lemle, que fez estudo comparativo entre línguas do tronco Tupi. Na segunda, trabalha Aryon Dall'Igna Rodrigues, conhecido por seus estudos sobre línguas do tronco Tupi e também pela elaboração de uma classificação das línguas indígenas do Brasil. A FUNAI conta com uma lingüista, Ruth Wallace de Garcia Paula, que estuda as línguas do norte do Pará.

Dentre lingüistas estrangeiros de meios universitários que estudam línguas indígenas se conta a francesa Aurore Monod-Becquelin, que estudou a língua Trumái. É certo que, se esta lingüista trabalha na fronteira com a Etnologia, há, por sua vez, etnólogos, como Da-

vid Price, que estudou os Nambiquaras, que se interessam por problemas de Lingüística.

No que tange a línguas não-indígenas, deve-se registrar que, das 151 teses ou dissertações acima citadas, há dezoito que, por tratarem de aspectos sociolingüísticos ou de contato entre populações não-indígenas, parecem interessar à Antropologia.

## 5. Antropología física

Sobre o desenvolvimento da Antropologia Física ou Biológica no Brasil contamos com o excelente trabalho crítico de Luiz de Castro Faria (1952), que cobre o lapso de tempo a partir de 1860 até 1950. Divide-o em três períodos, apontando as características gerais de cada um, bem como se demora no exame dos trabalhos de seus principais pesquisadores. Vamos aqui nos guiar pelo texto de Castro Faria, adotando inclusive seus períodos e acrescentando-os de mais um, que abrange as três últimas décadas, que se seguem a sua avaliação.

### 5.1 De 1860 a 1910

Castro Faria toma como marco inicial da história das pesquisas de Antropologia Física no Brasil a leitura das "Instruções para estudos antropológicos no Brasil", redigidas por uma comissão de que fazia parte Paul Broca, numa sessão da Sociedade de Antropologia de Paris. Essas "Instruções" teriam sido solicitadas pelo brasileiro Mateus Alves de Andrade, eleito membro correspondente da referida Sociedade no mesmo ano de 1860. Ainda que se suponha que Andrade não tenha chegado a se utilizar pessoalmente dessas "Instruções", esses acontecimentos marcavam o início da influência francesa, que iria caracterizar os estudos realizados no Brasil nesse primeiro período.

É certo que anteriormente tinha havido atividades de interesse para a Antropologia Física em nosso país, como os trabalhos de Alcide d'Orbigny, que visitou a América do Sul em 1826, e as descobertas de Peter Wilhelm Lund em Lagoa Santa, mas seus trabalhos não podiam ser devidamente apreciados antes de 1860, pela falta de centros aparelhados para a pesquisa em Antropologia Física. Considerando-se que *A origem das espécies*, de Darwin, data de 1859 e que

o primeiro achado de uma forma humana não atual ocorreu na Europa em 1956, o Neanderthal, é provável que mesmo os centros mais desenvolvidos de então avaliariam os achados de Lagoa Santa de maneira bastante distinta daquela de pesquisadores posteriores. As próprias cartas que Lund enviou ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1842 e 1844 e divulgadas na *Revista* do mesmo (tomos 4 e 6) e republicadas mais recentemente no livro de Aníbal Mattos, *Peter Wilhelm Lund no Brasil*, vol. 148 da Coleção Brasileira (São Paulo, Nacional, 1939), dão bem uma idéia das teorias que orientavam a interpretação desses achados. Sua biografia foi recentemente transformada em romance por Henrik Stangerup, logo traduzido para o português (*Lagoa Santa: vidas e ossadas*, Rio de Janeiro, Nórdica, 1983). Também a já citada "Comissão Científica" de 1859 (ver item 2.1.1.), promovida pelo referido Instituto, por razões de várias ordens, não chegou a produzir os resultados esperados referentes à Antropologia Física.

O período de 1860 a 1910 se caracteriza pelo estudo da cranio-metria. Uma das principais figuras do período foi João Baptista de Lacerda, do Museu Nacional, que estudou os crânios aí disponíveis do Homem de Lagoa Santa, de índios Botocudos, do Homem dos Sambaquis, além de outros, e tentou chegar a uma visão de conjunto a respeito das diferenças e semelhanças entre as populações indígenas por eles representadas, sob o ponto de vista craniométrico. Escreveu também sobre a febre amarela, o béri-béri, venenos de cobras, curare e plantas venenosas. Existe uma publicação do Museu Nacional dedicada a João Baptista de Lacerda na qual colaborou Castro Faria (1951). As idéias de Baptista de Lacerda com relação à mestiçagem são comentadas por Thomas Skidmore (1976, pp. 81-4).

Outro nome importante foi o de José Rodrigues Peixoto, também do Museu Nacional, que estudou os crânios Botocudos em colaboração com João Baptista de Lacerda.

João Barbosa Rodrigues tomou medidas antropométricas em populações indígenas amazônicas que visitou, tendo de improvisar o instrumental para as mensurações, chegando mesmo a criar um compasso desmontável.

Se no Museu Nacional a preocupação era com as populações indígenas, na Faculdade de Medicina da Bahia João Batista de Sá



Oliveira dedicou-se ao estudo da caracterização da população da Bahia e ao problema da mestiçagem.

Dentre os estrangeiros que trataram de problemas de Antropologia Física do Brasil, nesse período, temos Kollmann, Ien Kate e Sören Hansen, que examinaram os esqueletos colhidos em Lagoa Santa por Lund. Paul Ehrenreich estudou os Botocudos do ponto de vista biológico. Os crânios destes índios também foram estudados por Virchow, Canestrini, Moschen, Rey e Sergi. Ehrenreich também realizou o trabalho antropométrico no Xingu, na segunda expedição de Karl von den Steinen, enquanto Ranke tomou dados referentes à saúde.

Sob o ponto de vista da divulgação da Antropologia Física foram importantes o curso público que João Batista de Lacerda ministrou em 1877, no Museu Nacional (Lacerda, 1877), bem como a Exposição Antropológica de 1882 (ver item 2.1.1.).

## 5.2 De 1910 a 1930

Neste período os pesquisadores ampliam o âmbito de seus exames e mensurações, que deixa de ser o crânio para se constituir no corpo inteiro: passa-se da craniometria para a somatologia. A escola francesa cede lugar à influência norte-americana de Boas e Hrdlicka, que por sua vez é suplantada pela alemã, representada pela obra de Rudolf Martin, em Antropometria.

No Museu Nacional destaca-se Edgard Roquette Pinto, cujo trabalho, no que tange à Antropologia Física, é dedicado em boa parte às populações indígenas extintas ou existentes: faz mensurações antropométricas nos índios Nambiquaras e Paresí em sua expedição à região que chamou de Rondônia, usando também as técnicas do retrato falado e do exame de impressões digitais; examina o material ósseo do sambaqui de Guaratiba, faz o estudo antropométrico, com Alberto Childe, dos restos humanos que teriam pertencido a índios Urupá, encontrados numa lapa da atual Rondônia, remetidos ao Museu Nacional pela Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas; disseca, com Benjamin Baptista, o corpo de uma índia Manitenéri, do Acre, que tinha falecido na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

Roquette Pinto não se ocupou apenas de indígenas, mas da população brasileira como um todo, distribuindo-a em quatro tipos,

após levantar cerca de duas mil fichas de mensuração de indivíduos sadios, filhos e netos brasileiros, naturais de todos os estados e de idade entre 20 e 22 anos. Nesse trabalho, iniciado em 1919 e terminado em 1928, teve grande importância a rica documentação que o coronel e médico Artur Lobo da Silva levantou com sua mensuração de soldados do Exército.

Em 1926 Roquete Pinto ministrou um curso público de Antropologia, o que acontecia pela segunda vez no Museu Nacional.

Outra figura de destaque neste período é Alvaro Fróes da Fonseca, cujo trabalho com que concorreu à Cátedra de Anatomia da Faculdade Nacional de Medicina, *Contribuição à anatomia do esterno*, é de grande importância para os estudos da evolução humana bem como para a anatomia comparada das raças. Elaborou novos modelos de fichas para anotação das medidas antropométricas, de modo a torná-las de mais fácil manejo, adaptadas ao tipo de problema a ser estudado e de consulta mais rápida. A partir de suas recomendações passa-se a usar o instrumental de Rudolf Martin, o que põe fim a influência francesa.

Se Roquette Pinto e Fróes da Fonseca lideravam então os estudos de Antropologia Física no Rio de Janeiro, em São Paulo destaca-se Alfonso Bovero, que ocupava a Cátedra de Anatomia da Faculdade de Medicina. Dedicou-se sobretudo ao estudo das diferenças raciais no que tange a certas características anatômicas, como a existência do núcleo cartilaginoso na conjuntiva dos indivíduos de raça negra, a maior frequência das glândulas sebáceas na mucosa geniana nos negros que nos brancos, maior no homem que na mulher. Ocupou-se também da mucosa da língua, tendo feito suas observações sobre cerca de oitocentas línguas de indivíduos dos mais diversos grupos raciais, chegando entre outras conclusões à de que a mucosa lingual apresenta caracteres individuais. Seus estudos sobre morfologia cerebral não chegaram a ser completados.

Quanto aos demais cultivadores da Antropologia Física neste período, seus interesses se voltam para os dados somatométricos tomados no recrutamento militar, para o desenvolvimento físico e índice de nutrição de crianças em idade escolar, para os grupos sanguíneos, o que são então temas novos para os antropólogos físicos. Entre pesquisadores nacionais, radicados no Brasil ou estrangeiros continua-

vam também os estudos de craniologia e somatologia indígena. Os resultados das pesquisas que Padberg-Drenkpol realizou na região de Lagoa Santa em 1926 e 1929 não chegaram a ser publicados.

### 5.3 De 1930 a 1950

Castro Faria considera esse período como sendo de estabilidade, como que uma continuação do anterior, conservando dele as técnicas, os métodos, os objetivos e os fins.

Chama também a atenção para o fato de que a introdução do ensino da Antropologia Física (além da Etnologia Geral e Etnologia do Brasil) nos cursos de Geografia e História e de Ciências Sociais em nada contribuiu para o desenvolvimento da mesma, mas, ao contrário, prejudicou a especialização que então ia se fazendo de modo espontâneo e incentivou os males do autodidatismo. Em outras palavras, os poucos antropólogos físicos que então iam se formando pelo trabalho junto a orientadores experientes nas instituições de pesquisa não eram suficientes para preencher as vagas que então se abriam nas recém-criadas, e em franca multiplicação, faculdades de Filosofia, que eram ocupadas por professores improvisados.

No Rio de Janeiro, José Bastos de Ávila se constituiu num continuador de Roquette Pinto e Fróes da Fonseca. Interessa-se por vários temas, um dos quais o estudo da criança brasileira e seu desenvolvimento físico, no qual teve como colaboradora e continuadora Maria Julia Pourchet. Dedicou-se também às diferenciações raciais, agrupando, segundo o índice rádio-pélvico, os negros brasileiros em dois tipos. Abordou também o estudo dos índios, ao analisar as fichas antropométricas preenchidas por Braulino de Carvalho no rio Negro e seus afluentes, o Branco e o Uaupés.

Bastos de Ávila ministrou o terceiro dos cursos públicos de Antropologia promovidos no Museu Nacional, o que ocorreu em 1932. O resumo de suas aulas foi publicado com o título "Noções de estatística aplicada à biometria", no *Boletim do Museu Nacional* (vol. 9, n.º 1, 1933, pp. 3-39).

Em São Paulo, a obra de Alfonso Bovero foi continuada por Renato Locchi e por Odorico Machado de Souza. Locchi, nos seus trabalhos de anatomia, interessou-se entre outros temas pela compa-

ração racial. Assim, baseado no estudo de 298 cadáveres, de várias raças (caracterizadas apenas pela cor da pele), estudou as diferenças entre negros e brancos no que se refere à posição do apêndice em relação ao ceco (onde não encontra diferenças), ao comprimento do apêndice, às formas do ceco e do apêndice. Em outros estudos procurou diferenças raciais no que tange às *plicae palatinae transversae*, ao *musculus sternalis*, aos nervos frênico e parafrênico, ao aparelho suspensor da pleura, aos cornetos etmoidais, ao orifício esofágico do diafragma, à bolsa retrocardíaca e à hernia diafragmática paraesofágica. Por sua vez, Machado de Souza comparou o nervo facial e também o nervo obturador em brancos e negros. Dedicou boa parte de sua obra aos tipos morfológicos.

Castro Faria enumera muitos outros nomes deste período e indica suas contribuições. Há muitos estudos sobre crescimento, alguns estudos regionais, amplia-se a investigação sobre grupos sanguíneos, fazem-se estudos de biotipologia e se continuam os trabalhos antropométricos. Aníbal Mattos, Arnaldo Cathoud e H. V. Walter recolhem peças ósseas em Lagoa Santa.

É digno de nota que neste período temos pessoas que lidam simultaneamente com os ramos cultural e biológico da Antropologia, como ocorreu no período anterior com Roquette Pinto ou antes ainda com Barbosa Rodrigues. Assim, etnólogos como Thales de Azevedo e Emílio Willems publicam trabalhos também no campo da Antropologia Física.

Aliás, o nome "Antropologia" talvez ainda estivesse reservado, neste período, à Antropologia Física ou, quem sabe, à Antropologia Física mais a Arqueologia, como parece sugerir o nome da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, criada em 1941. Já não é o que sugere o nome da Associação Brasileira de Antropologia, fundada em 1955, que atribui um sentido mais amplo ao termo "Antropologia".

#### 5.4 A partir de 1950

O excelente trabalho histórico-avaliativo de Castro Faria chega até 1950. Para os já trinta anos que seguem a essa data não parece haver um comentário crítico semelhante. O mesmo Castro Faria, numa comunicação que fez na VI Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em São Paulo em 1963, lamentou o estado em que então se encon-

trava a Antropologia Física no Brasil, atribuindo-o em parte à maneira como era ensinada nas faculdades de Filosofia. Propõe um programa de Antropologia Física a ser ministrado aos alunos dos cursos de História, Geografia e Ciências Sociais, de cujos currículos mínimos tinha sido suprimida segundo a Lei de Diretrizes e Bases; tal programa não visaria ao preparo de antropólogos físicos, mas simplesmente capacitar os alunos a assumir uma atitude crítica diante de problemas fundamentais como a evolução biológica do homem ou a verdadeira significação das diferenças raciais, sobretudo tendo em vista que boa parte desses alunos seriam futuros professores do ensino médio. Na mesma comunicação propôs também um currículo para a formação do profissional em Antropologia Física, ou, como preferia agora chamar, Biológica, cuja colocação em prática ficaria a depender da compreensão e boa vontade dos departamentos ou institutos de Biologia ou História Natural das faculdades de Filosofia. Os geneticistas, cuja maneira de trabalhar apontava como um exemplo a seguir, eram indicados também como importantes interlocutores dos antropólogos físicos (Castro Faria, 1963, pp. 30-7).

Apesar do apelo de Castro Faria, parece que não foi criado nenhum curso para a formação do antropólogo físico. Se os candidatos a etnólogo, arqueólogo, lingüista contam hoje com cursos de pós-graduação específicos (o que não acontece com a graduação), o candidato a antropólogo físico tem de abrir seu próprio caminho orientado por um pesquisador experiente, tal como acontecia no passado. Após ou durante um curso universitário de graduação que tenha afinidade com a Antropologia Física, deve procurar estagiar numa instituição de pesquisa que a cultive e, aí, com a orientação de um profissional, procurar fazer, em faculdades e institutos, diversas disciplinas referentes a Anatomia Racial, Hematologia, Biologia Humana, Genética Humana, Estatística aplicada à Biometria, por exemplo, sem se descurar da Antropologia Cultural, dada a íntima relação que mantêm os fenômenos biológicos com os culturais. Naturalmente o programa variará segundo o orientador, podendo mesmo ser aquele traçado em detalhes por Castro Faria (1963, pp. 35-6). A falta de um curso de pós-graduação em Antropologia Física não impede a apresentação de teses de importância para esta disciplina em outros cursos, como a de Ataliba Macieira Bellizzi, apresentada à Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, em 1958, sobre pesquisas antropométricas nos índios Mawé, Karajá e Kayapó, ou a de Maria Stella Levy, apresentada à Faculdade

de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, em 1975, sobre condicionantes sociais e medidas antropométricas, ou ainda a dissertação de mestrado de Yara de Oliveira, apresentada em 1970 no Departamento de Ciências Sociais da USP, sobre o processo retroarticular em crânios de brancos, negros, mulatos e amarelos.

Uma bibliografia que nos foi gentilmente preparada por Maria Julia Pourchet, referente ao período de 1951 a 1981 (Pourchet, i.p.), complementando, pois, a de Castro Faria (1952, pp. 63-99), e que abrange cerca de duzentos trabalhos, entre livros, teses, artigos e comunicações, nos dá uma idéia da produção referente à Antropologia Física nos últimos trinta anos.

Neste período são retomados, acrescidos de material recentemente encontrado, os estudos dos esqueletos dos habitantes pré-históricos do Brasil, por Marília de Carvalho Mello e Alvim, do Museu Nacional, e seus colaboradores. Essas novas pesquisas desfazem a tese, que já vinha do século passado, do estreito parentesco entre o Homem de Lagoa Santa e os atuais Botocudos e também mostram a inexistência de homogeneidade na população dos sambaquis. Por outro lado, indicam semelhança morfológica entre certos esqueletos de sambaqui com a mais antiga população do extremo sul da América Meridional.

Além dos trabalhos de Maria Julia Pourchet sobre os Kaingâng, o estudo somatológico dos índios atuais é também retomado por Jair Pereira Ramalho, da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, e Regina Maria Papais, que estudaram os Karajá e os Kayapó. Já os trabalhos do endocrinologista João Paulo Botelho Vieira Filho, da Escola Paulista de Medicina, referente aos índios Xikrín (Kayapó), Gaviões (do Pará), Suruí, Parakanã, Karipúna (do Amapá), tratam de temas como dermatóglifos, desempenho da tireóide, *diabetes mellitus*, pseudo-hermafroditismo masculino e outros. Esses trabalhos, alguns realizados com ajuda de colaboradores, são muito interessantes, porque vários deles tratam de problemas biológicos que têm relações com questões na Antropologia Cultural (Melatti, 1976).

Sem dúvida os citados trabalhos sobre populações indígenas têm importância para a comparação de características raciais. Sob esse aspecto devem-se acrescentar os trabalhos de Jair Pereira Ramalho e seus colaboradores sobre negros, focalizando o *musculus gastrocnemius*, os *arcii plantares*, os *arcii palmares*, a artéria mediana, as ar-



térias do rim, o *musculus plantaris*, o *foramen olecrani*, a artéria poplítea.

A Antropologia Física continua a desenvolver trabalhos que interessam à Educação, examinando problemas referentes a escolares e adolescentes, em que se empenham, entre outros, Maria Julia Pourchet, Maria Stella Levy, Maria Luiz Sertã Camões.

Mas também se abre para temas novos, como os de caráter ecológico. São exemplos os estudos que vêm sendo realizados sobre pescadores, como o de Maria Julia Pourchet e Marília de Carvalho Mello e Alvim a respeito de pescadores da baía de Sepetiba, ou de Tarcísio Torres Messias e A. L. Damasceno sobre a população de pescadores da Ilha Grande.

Porém, um campo muito importante que se abre à Antropologia Física é a colaboração com a Genética, que cada vez mais se desenvolve. Na VI Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em São Paulo, o geneticista Francisco Salzano chamou a atenção para a necessidade de colaboração entre os antropólogos físicos e os geneticistas, indicando alguns temas em que ela se poderia fazer: nas pesquisas sobre os mecanismos responsáveis pela variabilidade genética em populações, sobre os resultados da diversificação genética, sobre o *inbreeding* e o crescimento físico, sobre a genética das características normais (Salzano, 1963). Por outro lado, outros pesquisadores apontaram a necessidade de um entrosamento entre geneticistas e etnólogos, no caso Roberto Cardoso de Oliveira e Luiz de Castro Faria no artigo "O contacto interétnico e o estudo de populações" (*Revista de Antropologia*, vol. 17-20, 1.<sup>a</sup> parte, 1969-72, pp. 31-48). Um bom exemplo desse trabalho interdisciplinar que vem sendo freqüentemente proposto foi a pesquisa entre os Xavânte, realizada pelos geneticistas J. V. Neel e Francisco M. Salzano, o hematólogo P. C. Junqueira, o antropólogo físico F. Keiter e o etnólogo David Maybury-Lewis, cujos resultados foram publicados com o título *Studies on the Xavante indians of the Brazilian Mato Grosso* (*American Journal of Human Genetics*, vol. 16, n.º 1, 1964, pp. 52-140), sendo tão bem recebido que foi reimpresso como fascículo de *The Bobbs-Merrill*, A-327.

Não obstante a inexistência de um curso regular de Antropologia Física, houve nesse período cursos temporários, como "Técnica antro-

ométrica aplicada à pesquisa”, patrocinado pela Universidade Federal do Paraná, em 1955 (Pourchet, 1955); o “Curso de aperfeiçoamento em Antropologia física”, patrocinado pela CAPES, Museu Nacional e Instituto de Pesquisas Educacionais, no Rio de Janeiro, em 1957; e o curso sobre “Problemas da antropologia física”, ministrado por Juan Comas, da Universidade Nacional Autónoma de México, sob os auspícios da Biblioteca Municipal e o mesmo Instituto de Pesquisas Educacionais da Secretaria de Educação, no Rio de Janeiro, em 1958.

No que tange a trabalhos didáticos, José Bastos de Ávila publicou uma *Antropologia Física* (Rio de Janeiro, Agir, 1958), um trabalho que já parecia antiquado mesmo na época de seu lançamento, como se pode verificar pela crítica que lhe faz Francisco Salzano (1963, pp. 513 e 516). Talvez mais adequada aos cursos de Ciências Sociais, História e Geografia, mas não destinada à formação de especialistas, tenha sido a coletânea da etnóloga Gioconda Mussolini, *Evolução, raça e cultura* (São Paulo, Nacional e EDUSP, 1969), que selecionou textos estrangeiros, traduziu a maior parte deles pessoalmente e acrescentou-lhes notas explicativas e bibliografias adicionais, uma tarefa que se impôs talvez motivada pela falta de textos didáticos que sentia para os próprios cursos que ministrava (nas disciplinas introdutórias, o professor, mesmo que etnólogo, tem de enfrentar temas da Antropologia Física). Já o *Manual para estudos craniométricos e cranioscópicos*, de C. M. Pedreira e Marília de Carvalho Mello e Alvim (Santa Maria, UFSM, 1979), aborda um setor da formação profissional.

## 6. Ensino, intercâmbio e divulgação

A evolução do ensino da Antropologia no Brasil foi tratada ao longo dos itens anteriores. Vamo-nos limitar aqui a indicar as instituições que o oferecem atualmente.

O aspirante a uma formação em Etnologia deve procurar graduar-se num curso de Ciências Sociais, de preferência. O mestrado, a seguir, pode ser realizado no Museu Nacional da UFRJ (*BIB*, 1978), na UnB (Cardoso de Oliveira, s.d.), na UNICAMP, na USP (Maciel, Andrade & Vale, 1978), ou ainda na UFRN, UFPE, PUC-SP, UFPB, UFBA, UFRS (*BIB*, 1980a), UFSC; os seis primeiros com cursos de pós-graduação em Antropologia Social, enquanto os cinco últimos com cursos de pós-graduação em Ciências Sociais, com uma área de concentração

em Antropologia. O doutorado é oferecido no Museu Nacional, na UnB, na USP e na PUC-SP (Arantes Neto *et alii*, 1978, pp. 8-9). Pedro Agostinho (1979) escreveu um trabalho a respeito de sua experiência como professor na Universidade Federal da Bahia.

Para o aspirante a arqueólogo também parece mais conveniente a graduação em Ciências Sociais. Durante ou após a graduação é possível fazer estágios ou cursos preliminares no Museu Paraense Emílio Goeldi, na Unisinos e também na USP, onde é mantida a disciplina Introdução à Arqueologia Brasileira, em nível de graduação. Só a USP oferece mestrado e doutorado em Arqueologia, que é uma área de concentração de seu curso de pós-graduação em Antropologia (Pallestrini *et alii*, 1978, pp.42-3, Simões, 1981, pp. 153-5).

O candidato a ser um lingüista relacionado à Antropologia deve fazer o curso de Letras ou de Ciências Sociais, procurando selecionar o máximo de disciplinas de Lingüística e de Antropologia. Em Brasília, em todos os períodos de verão, o Summer Institute of Linguistics (fazendo jus à razão de seu nome, Instituto Lingüístico *de Verão*) oferece cursos intensivos introdutórios de Lingüística, sobretudo voltados a um preparo para o estudo de línguas indígenas do Brasil. Dos vários cursos de pós-graduação, parecem ter mais afinidade com a Antropologia os da UFRJ e da UNICAMP.

A formação em Antropologia Física depende da orientação de um profissional que certamente indicará disciplinas da área da Biologia e da Antropologia Cultural. Na XII Reunião brasileira de Antropologia, no Rio de Janeiro, em 1980, houve um seminário sobre "O ensino da Antropologia Biológica", coordenado por Maria Julia Pourchet.

As ocasiões de intercâmbio direto entre antropólogos brasileiros se dão em muitas oportunidades. Uma delas é a periódica Reunião Brasileira de Antropologia, promovida pela ABA. Em situações normais, essa Reunião se realiza de dois em dois anos. A primeira ocorreu no Rio de Janeiro, em 1953 (Schaden, 1953c); a segunda, em Salvador, em 1955 (cujas comunicações estão nos *Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia*, Universidade da Bahia); a terceira, em Recife, em 1957 (Diégues Jr., 1958; as comunicações estão nos *Anais da III Reunião Brasileira de Antropologia*, Recife, 1959); a quarta, em Curitiba, em 1959 (Educação e Ciências Sociais, 1959); a quinta, em Belo Horizonte, em 1961 (Educação e Ciências Sociais, 1961); a sexta,

em São Paulo, em 1963 (Educação e Ciências Sociais, 1962; Durham, 1963; uma boa parte das comunicações foi publicada na *Revista de Antropologia*, 1966; as comunicações foram publicadas nas *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica*, vol. 2; *Antropologia*, Rio de Janeiro, CNPq, 1967); a oitava, em São Paulo, em 1971, por ocasião do Encontro Internacional de Estudos Brasileiros; a nona, em Florianópolis, em 1974 (*Anais do Museu de Antropologia da UFSC*, 1974; *Revista de Antropologia*, 1978a); a décima, em Salvador, em 1976 (*Revista de Antropologia*, 1978b; Presotto, 1977); a undécima, em Recife, em 1978 (*Revista de Antropologia*, 1978c); a duodécima, no Rio de Janeiro, em 1980 (*Revista de Antropologia*, 1981a) e a décima terceira, em São Paulo, em 1982 (Vieira Filho, 1982).

As reuniões da SBPC, realizadas anualmente, têm sido cada vez mais freqüentadas por antropólogos, sobretudo a partir da década de 70. Estes vêm participando também das reuniões anuais da ANPOCS (*BIB*, 1980b; *Revista de Antropologia*, 1981d), de criação recente.

Além dos livros, os antropólogos brasileiros usam, como veículo de divulgação de seus trabalhos, periódicos especializados. Atualmente circulam o *Boletim do Museu Nacional* (Nova Série), o *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* (Nova Série), o *Boletim do Museu do Índio*, que divulgam geralmente um só trabalho por número, como também o faz *Pesquisas*, do Instituto Anchieta de Pesquisas, da Unisinos; a *Revista do Museu Paulista* (Nova Série), a *Revista de Antropologia*, outrora um empreendimento quase particular de Egon Schaden, hoje mantida pelo Departamento de Ciências Sociais da USP, o *Anuário Antropológico* (Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro), saem uma vez por ano; há ainda *Ciência & Trópico*, do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em Recife, acrescentem-se os *Arquivos de Anatomia e Antropologia*, do Instituto de Antropologia Professor Souza Marques, no Rio de Janeiro. Recentemente foi lançado o *Boletim CEPAM*, do Centro de Estudos e Pesquisas em Antropologia Médica, criado em Brasília (Caixa Postal 15-3014) em 1982. Dentre os periódicos mimeografados citam-se *Pesquisa Antropológica*, de Brasília, *Trabalhos de Ciências Sociais* (Série Antropologia Social), da UnB, *Boletim de Ciências Sociais*, da UFSC. Alguns desses periódicos abrigam trabalhos de todos os ramos da Antropologia; outros se especializam num ou dois apenas.

Os museus são um dos meios de que dispõe a Antropologia para alcançar o público em geral. Há mais de 20 anos Guy de Hollanda (1958) fez um levantamento dos recursos de que dispunham os museus brasileiros (não apenas os de Antropologia) para a Educação. Poucos foram os antropólogos que se preocuparam, como Roquette Pinto (1915) ou Eduardo Galvão (1962), em elaborar guias de museus. Filmes, como os da *Encyclopaedia Cinematographica* (Schaden, 1980a), ou os do acervo da Discoteca Municipal de São Paulo (Borges Pereira, 1979), são muito pouco usados no ensino regular e menos ainda para o grande público. Um trabalho de recuperação de filmes etnográficos referentes a índios vem sendo realizado por Cláudia Menezes, sob o patrocínio do Museu do Índio (FUNAI, Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e Embrafilme (Menezes, 1977).

(Recebido para publicação em novembro de 1983)

#### Bibliografia

- AGOSTINHO, Pedro. Ensino pós-graduado, teoria e pesquisa antropológica: uma experiência na Universidade da Bahia. *Revista de Antropologia*, vol. 22, 1979, pp. 133-42.
- ALCANTARA, Aspásia Brasileiro. Estudos e pesquisas sobre família no Brasil. *Dados*, n. 1, 1966, pp. 176-79.
- ALVES, Rubem A. A volta do sagrado (os caminhos da Sociologia da Religião no Brasil). *Religião e Sociedade*, n. 3, 1978, pp. 109-41.
- ARANTES NETO, Antonio Augusto *et alii*. Antropologia Social. *Avaliação & Perspectivas/1978*, vol. 8, Brasília (s.l.), CNPq, 1978, pp. 1-29. Republicado em Melatti, 1980, pp. 232-50.
- ARBOUSSE BASTIDE, Paul. Mon ami Roger Bastide. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 20, 1978, pp. 41-51.
- ARNAUD, Expedito. Os estudos de Antropologia no Museu Emílio Goeldi. *Acta Amazonica*, vol. 11, n. 1, Suplemento, Manaus, CNPq-INPA, 1981, pp. 137-48.
- AYROSA, Plínio. *Apontamentos para a bibliografia da língua Tupi-Guarani*. São Paulo, 1943.
- AZEVEDO, Fernando de. A Antropologia e a Sociologia no Brasil. *As Ciências no Brasil*, vol. 2, pp. 355-99.
- . Edgar Roquette Pinto (1884-1954). *Revista de Antropologia*, vol. 2, n. 2, 1959, pp. 97-100.

- AZEVEDO, Thales. Roger Bastide: sua contribuição à sociologia religiosa no Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 20, 1978, pp. 146-50.
- BALDUS, Herbert. A Viagem pelo Brasil de Spix e Martius. *Revista do Arquivo Municipal*, vol. 69, São Paulo, 1940.
- . Ensaio sobre a História da Etnologia Brasileira. *Boletim Bibliográfico*, vol. 1, São Paulo, 1943, pp. 59-69.
- . Curt Nimuendajú. *Boletim Bibliográfico*, vol. 8, São Paulo, 1945, pp. 91-9. Também em *Sociologia*, vol. 8, n. 1, São Paulo, 1946, pp. 45-52, e em *O Estado de S. Paulo*, de 6-1-46.
- . *Fontes primárias para o estudo dos índios do Brasil quinhentista*. São Paulo, Instituto de Administração (Publicação 28), 1948.
- . Etno-sociologia brasileira. *Revista do Museu Paulista*, N.S., vol. 3, São Paulo, 1949, pp. 405-11.
- . Max Schmidt: 1974-1950. *Revista do Museu Paulista*, N.S., vol. 5, São Paulo, 1951, pp. 253-60.
- . *Bibliografia comentada da Etnologia brasileira, 1943-1950*. Rio de Janeiro, Souza, 1954.
- . *Bibliografia crítica da Etnologia brasileira*. Vol. 1: São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954; 2.<sup>a</sup> ed. em *Volkerkundliche Abhandlungen*, Band III, Hannover, 1970 (Kraus Reprint, Nendeln, Liechtenstein). Vol. 2: em *Volkerkundliche Abhandlungen*, Band IV, Hannover, 1968. Vol. 3: em elaboração por Thekla Hartmann, do Museu Paulista.
- . O estudo do índio no Brasil. *Revista do Museu Paulista*, N.S., vol. 9, São Paulo, 1955, pp. 247-59.
- . Métraux e a Etnologia Brasileira. *Revista do Museu Paulista*, N.S., vol. 14, São Paulo, 1963, pp. 45-59.
- . Sinopse da bibliografia crítica da Etnologia brasileira. *Arquivos do Instituto de Antropologia*, vol. 1, n. 2, Natal, 1964, pp. 5-22.
- BASTIDE, Roger. Etat Actuel et Problèmes Fundamentaux des Recherches sur les Populations Urbaines du Brésil. *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*, vol. 1, São Paulo, Anhembi, 1955a, pp. 377-82.
- . État actuel des études afro-brésiliens. *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*, vol. 1, São Paulo, Anhembi, 1955b, pp. 533-54.
- BEIGUELMAN, Paula. Estudos sobre o preconceito de cor no Brasil. *Revista de Antropologia*, vol. 1, n. 2, São Paulo, 1953, pp. 147-52.
- BIB — *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional/UFRJ. *BIB*, n. 3, 1978, pp. 5-8.



- BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. *BIB*, n. 7, 1979, pp. 7-10.
- . Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Política e Sociologia da UFRGS. *BIB*, n. 9, 1980a, pp. 7-9.
- . Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. *BIB*, n. 10, 1980b, pp. 5-8.
- BORGES PEREIRA, João Baptista. Estudos antropológicos e sociológicos sobre o negro no Brasil. In: SCHADEN (coord.), pp. 14-27, 1971. Republicado com modificações como fascículo do Departamento de Ciências Sociais, São Paulo, USP-FFLCH, 1981.
- . Filmes etnológicos da Discoteca Municipal de São Paulo. *Revista de Antropologia*, vol. 22, São Paulo, 1979, pp. 61-163.
- . Estudos antropológicos das populações negras na Universidade de São Paulo. *Revista de Antropologia*, vol. 24, 1981, pp. 63-74.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. De "errantes" a "errados"? *Religião e Sociedade*, n. 4, 1979, pp. 17-24.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues & RICARDO, Carlos Alberto. Duglas Teixeira Monteiro. *Anuário Antropológico/78*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980, pp. 387-393.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Tentativas de mitologia*. São Paulo, Perspectiva, 1979.
- CÂMARA CASCUDO, Luís da. *Antologia do folclore brasileiro: séculos XVI-XVII-XVIII. Os cronistas coloniais. Os viajantes estrangeiros. Bibliografia e notas*. 4.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Martins, 1971 (1.<sup>a</sup> ed.: São Paulo, Martins, 1944).
- CÂNDIDO, Antônio. L'état actuel et les problèmes plus importants des études sur les sociétés rurales du Brésil. *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*, vol. 1, São Paulo, Anhembi, 1955, pp. 321-82.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Pós-Graduação em Antropologia no Museu Nacional. *Revista do Instituto de Ciências Sociais*, vol. 1, n. 1, Rio de Janeiro, Universidade do Brasil, 1962, pp. 237-50.
- . *O índio e o mundo dos brancos: uma interpretação sociológica da situação dos Tukúna*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1964 (2.<sup>a</sup> ed.: São Paulo, Pioneira, 1972. 3.<sup>a</sup> ed.: Brasília, Ed. UnB, 1981). Ler cap. 1.
- . Brasil, 1 (Reunión para la Integración de la Enseñanza con las Investigaciones Antropológicas — Burg-Wartenstein, Áustria, julio-agosto 1967). *Anuário Indigenista*, vol. 27, México, I.I.I., 1967, pp. 47-53.
- . O Mestrado em Antropologia da UnB. *Seminário sobre Aspectos e Perspectivas da Institucionalização das Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, IUPERJ/ILDES, mimeo, s.d.

- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Introdução. In: *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Tomo "Ciências Sociais", vol. 1, Publicação da Fundação Patricia Bildner (no prelo), ms.
- CARNEIRO, Edison. Evolução dos estudos de Folclore no Brasil. *Dinâmica do Folclore*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, pp. 159-80.
- CARVALHO, Edgard de Assis. O ensino de Antropologia no Brasil. In: *Ciências Sociais Hoje*. Salvador, Associação Nacional de Cientistas Sociais e Associação dos Sociólogos do Estado da Bahia, 1978, pp. 67-8.
- CASTRO FARIA, Luiz de. A Antropologia no Brasil e na tradição do Museu Nacional. *Revista do Brasil*, vol. 5, n. 52, 1942, pp. 84-90.
- . Lacerda e a pesquisa antropológica no Brasil. In: *João Baptista de Lacerda — comemoração do centenário de nascimento*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, Publicações Avulsas, n. 6, 1951.
- . Pesquisas de Antropologia Física no Brasil. História. Bibliografia. *Boletim do Museu Nacional*, N.S., Antropologia, n. 13, Rio de Janeiro, 1952.
- . Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural. *Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia*. Bahia, publicação sob os auspícios da Reitoria da Universidade da Bahia, 1957, pp. 345-7.
- . Eduardo Galvão (1921-1976). *Anuário Antropológico/76*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1977, pp. 347-54.
- . Heloísa Alberto Torres (1985-1977). *Anuário Antropológico/77*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978a, pp. 329-33.
- . Populações Meridionais do Brasil — Ponto de partida para uma leitura de Oliveira Viana. *Boletim do Museu Nacional*, N.S., Antropologia, n. 29, Rio de Janeiro, 1978b.
- . *Estados do campo intelectual e trajetórias profissionais — A exemplaridade de Curt Nimuendajú*. Comunicação apresentada no simpósio A Pesquisa Etnológica no Brasil, Rio de Janeiro, Museu Nacional e Academia de Ciências, 1978c.
- CHAVES, Luis de Gonzaga Mendes. Um aspecto relevante da contribuição de Sívio Romero às Ciências Sociais no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, vol. 2, n. 2, Fortaleza, UFC, 1971, pp. 87-113.
- CNPq. Antropologia Social. *Avaliação e Perspectivas/1977*, Brasília, CNPq, 1977.
- COE-TEIXEIRA, Beulah. Bibliografia comentada de Etnobotânica. *Revista do Museu Paulista*, N.S., vol. 23, São Paulo, 1976, pp. 41-63.
- COELHO, Ruy. Alfred Métraux (1903-1963). *Revista de Antropologia*, vol. 11, n. 1 e 2, São Paulo, 1963a, pp. 95-7.
- . Melville Jean Herskovits (1895-1963). *Revista de Antropologia*, vol. 11, n. 1 e 2, São Paulo, 1963b, pp. 97-100.
- COELHO DOS SANTOS, Sívio. Oswaldo Rodrigues Cabral: 1903-1978. *Revista de Antropologia*, vol. 22, São Paulo, 1979, pp. 177-8.

- COELHO DOS SANTOS, Sílvia. Oswaldo Rodrigues Cabral. *Anuário Antropológico/78*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980, pp. 395-7.
- COLONELLI, Cristina Argenton. *Bibliografia do Folclore Brasileiro*. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979. Versão preliminar em SCHADEN (coord.), 1971, 2.º Caderno.
- COSTA PINTO, Luiz de Aguiar & CARNEIRO, Édison. *As Ciências Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, CAPES, 1955.
- COUCEIRO, Solange Martins. Bibliografia sobre o negro brasileiro. In: SCHADEN (coord.), 1.º Caderno, 1971, pp. 28-66. Republicada em São Paulo, USP-Centro de Estudos Africanos — CODAC, 1974.
- COUTINHO BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes. O ensino e a pesquisa da Pré-História no Estado do Rio de Janeiro — a contribuição do Museu Nacional. In: *Pré-História do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Forense Universitária e Instituto Estadual do Livro, Parte II, 1978, pp. 183-226.
- CUNHA, Maria Iracy Vieira da. Centenário de nascimento do cientista Carlos Estêvão de Oliveira. *Revista de Antropologia*, vol. 23, São Paulo, 1980, pp. 161-3.
- CUNHA, Mário Wagner Vieira da. Possibilidades de exercício de atividades docentes, de pesquisa e técnico-profissionais por antropólogos no Brasil. *Revista de Antropologia*, vol. 3, n. 2, São Paulo, 1955, pp. 105-14.
- DESROCHE, Henry. Roger Bastide. L'homme et son oeuvre. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 20, São Paulo, USP, 1978, pp. 55-98. São três conferências: "Les thèmes principaux d'une anthropologie religieuse de Roger Bastide", "Messianisme et millénarisme dans l'oeuvre de Roger Bastide" e "L'oeuvre de Roger Bastide en France".
- DIEGUES JR., Manuel. III Reunião Brasileira de Antropologia. *Revista de Antropologia*, vol. 6, n. 1, São Paulo, 1958, pp. 75-83.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. VI Reunião Brasileira de Antropologia. *Revista de Antropologia*, vol. 11, n. 1 e 2, São Paulo, 1963, pp. 100-5.
- . Antropologia Urbana. In: SCHADEN (coord.), 1.º Caderno, 1971, pp. 68-80.
- . Os problemas atuais da pesquisa antropológica no Brasil (Antropologia Social e Cultural). *Revista de Antropologia*, vol. 25, São Paulo, 1982, pp. 159-70.
- DURHAM, Eunice Ribeiro & CARDOSO, Ruth Correa Leite. O ensino da Antropologia no Brasil. *Revista de Antropologia*, vol. 9, n. 1 e 2, São Paulo, 1961, pp. 91-107.
- EDUCAÇÃO e Ciências Sociais. Curso de Formação de Pesquisadores Sociais. *Educação e Ciências Sociais*, vol. 2, n. 5, Rio de Janeiro, CBPE, 1957, pp. 267-8.
- . Curso de Aperfeiçoamento de Pesquisadores Sociais. *Educação e Ciências Sociais*, vol. 3, n. 8, Rio de Janeiro, CBPE, 1958, pp. 172-3.

EDUCAÇÃO e Ciências Sociais. IV Reunião Brasileira de Antropologia. *Educação e Ciências Sociais*, vol. 6, n. 12, Rio de Janeiro, CBPE, 1959, pp. 99-103.

———. V Reunião Brasileira de Antropologia. *Educação e Ciências Sociais*, vol. 9, n. 16, Rio de Janeiro, CBPE, 1961, pp. 124-5.

———. VI Reunião Brasileira de Antropologia. *Educação e Ciências Sociais*, vol. 10, n. 21, Rio de Janeiro, CBPE, 1962, pp. 163-6.

EVANS, Clifford. Amazon Archeology — A centennial appraisal. *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica*, vol. 2 (Antropologia), Rio de Janeiro, CNPq, 1967, pp. 1-12.

FERNANDES, Florestan. Sílvio Romero e o folclore brasileiro. *O Estado de S. Paulo*, 4-8-45. Republicado em FERNANDES, 1961, pp. 453-7.

———. Mário de Andrade e o folclore brasileiro. *Revista do Arquivo Municipal*, vol. 106, São Paulo, 1946, pp. 135-58. Republicado em FERNANDES, cap. 9, 1958, pp. 237-309.

———. Amadeu Amaral e o folclore brasileiro. *O Estado de S. Paulo*, 21 e 28-11-48 e 5, 12 e 19-12-48. Republicado na *Revista do Arquivo Municipal*, vol. 143, São Paulo, 1951, pp. 3-28. E outra vez em FERNANDES, cap. 8, 1958, pp. 278-308.

———. A análise funcionalista da guerra: possibilidades de aplicação à sociedade Tupinambá. Ensaio de análise crítica da contribuição etnográfica dos cronistas para o estudo sociológico da guerra entre populações aborígenas do Brasil Quinhentista e Seiscentista. *Revista do Museu Paulista*, N.S., vol. 8, São Paulo, 1949, pp. 7-128. Republicado com o título "Resultados de um balanço crítico sobre a contribuição etnográfica dos cronistas" em FERNANDES, cap. 2, 1958a, pp. 79-176. Novamente publicado em FERNANDES, cap. 5, 1975, pp. 191-298.

———. Tendências teóricas da moderna investigação etnológica no Brasil. *Anhembi*, n. 72, 73 e 74, 1956/57. Republicado em Fernandes, cap. 1, 1958a, pp. 17-78. Novamente em Fernandes, cap. 4, 1975, pp. 119-90.

———. *A Etnologia e a Sociologia no Brasil: ensaios sobre aspectos da formação e do desenvolvimento das Ciências Sociais na sociedade brasileira*. São Paulo, Anhembi, 1958a.

———. Os estudos folclóricos em São Paulo. In: FERNANDES, cap. 7, 1958a, pp. 247-77.

———. Folclore e Ciências Sociais. *Revista Brasiliense*, n. 24, São Paulo, pp. 133-51. Republicado em FERNANDES, 1961, pp. 411-24.

———. Publicações póstumas de Mário de Andrade. *O Estado de S. Paulo*, Suplemento Literário n. 171, 27-2-60. Republicado em FERNANDES, 1961, pp. 457-62.

———. Folcloristas em confronto. *O Estado de S. Paulo*, Suplemento Literário n. 176, 2-4-60. Republicado em FERNANDES, 1961, pp. 432-36.

- FERNANDES, Florestan. Considerações sobre o estudo do Folclore. In: *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. São Paulo, Anhembi, Apêndice 2, 1961, pp. 441-71. Na 2.<sup>a</sup> ed. deste livro (Petrópolis, Vozes, 1979) não figura o Apêndice 2.
- . *A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*. Petrópolis, Vozes, 1975.
- FERNANDES, Florestan; EDUARDO, Octavio da Costa & BALDUS, Herbert. Arthur Ramos (1903-1949). *Revista do Museu Paulista*, N.S., vol. 4, São Paulo, 1950, pp. 439-58.
- FONTENELLE, Luiz Fernando Raposo. A comunidade no Brasil: um estudo tentativo para sua configuração. *Revista de Ciências Sociais*, vol. 2, n. 2, Fortaleza, UFC, 1971, pp. 5-14.
- FRANCO MOREIRA, Maria Sylvia. O estudo sociológico de comunidades. *Revista de Antropologia*, vol. 11, n. 1 e 2, São Paulo, 1963, pp. 29-39.
- . *Perspectivas para o estudo de comunidades*. Comunicação ao II Congresso Brasileiro de Sociologia, Belo Horizonte, 1972.
- FREYRE, Gilberto. *Atualidade de Euclides da Cunha*. 1.<sup>a</sup> ed. 1941. 2.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1943.
- . *Problemas brasileiros de Antropologia*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1943 (2.<sup>a</sup> ed.: Rio de Janeiro, José Olympio, 1954; 3.<sup>a</sup> ed.: Rio de Janeiro, José Olympio, 1962).
- . *Perfil de Euclides e outros perfis*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1944.
- . *Como e por que sou e não sou sociólogo*. Brasília, Ed. UnB, 1968.
- FRY, Peter H. Dissertações de Mestrado de Antropologia, defendidas na Universidade de Campinas — período: 1976/1978. *Revista de Antropologia*, vol. 22, São Paulo, 1979, pp. 173-4.
- FUKUI, Lia F. G. Estudos e pesquisas sobre família no Brasil. *BIB*, n. 10, 1980, pp. 13-23.
- GALVÃO, Eduardo. Estudos sobre a aculturação dos grupos indígenas do Brasil. *Revista de Antropologia*, vol. 5, n. 1, São Paulo, 1957, pp. 67-74. Republicado em *Encontro de Sociedades*, de Eduardo Galvão, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, pp. 126-34.
- . *Guia das exposições*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1962 (4.<sup>a</sup> ed.: *Guia das exposições de Antropologia*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1978).
- . A Etnologia brasileira nos últimos anos. *Revista do Museu Paulista*, N.S., vol. 14, São Paulo, 1963, pp. 38-44.
- . Gunther Protasius Frikel: 1912-1974. *Revista de Antropologia*, vol. 21, 2.<sup>a</sup> parte, São Paulo, 1978, pp. 224-5.

- GOLDWASSER, Maria Julia. Estudos de comunidade: teoria ou método? *Revista de Ciências Sociais*, vol. 5, n. 1, Fortaleza, UFC, 1974, pp. 69-81.
- GOMES, Josildeth. A educação nos estudos de comunidade no Brasil. *Educação e Ciências Sociais*, vol. 1, n. 2, Rio de Janeiro, CBPE, 1956, pp. 63-105.
- GUIMARÃES, Alba Zaluar. Os movimentos "messiânicos" brasileiros: uma leitura. *BIB*, n. 6, 1979, pp. 9-21.
- GUSMÃO, Marilu. *Arthur Ramos: o Homem e a Obra*. Maceió. Departamento de Assuntos Culturais da SENEAC em convênio com o MEC-DAC), 1974.
- HARTMANN, Thekla. Panorama das investigações antropológicas no Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 6, São Paulo, USP, 1969, pp. 163-76. Também em SCHADEN (coord.), 1.º Caderno, 1971, pp. 102-21.
- . Antropologia indígena. In: SCHADEN (coord.), 1.º caderno, 1971, pp. 5-13.
- . *A contribuição da iconografia para o conhecimento de índios brasileiros do século XIX*. Coleção Museu Paulista, Série de Etnologia, vol. 1, São Paulo, USP, 1975.
- . Contribuições em língua alemã para a Etnologia do Brasil (1966-1976). *Revista do Museu Paulista*, N.S., vol. 24, São Paulo, 1977, pp. 213-43.
- HOLLANDA, Guy de. *Recursos educativos dos museus brasileiros*. Rio de Janeiro, CBPE e ONICOM, 1958.
- HORCH, Rosemarie E. Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 6, São Paulo, USP, 1969, pp. 187-94.
- IANNI, Octávio. O método em "Uma Comunidade Amazônica". *Sociologia*, vol. 20, n. 4, 1958.
- . Estudo de comunidade e conhecimento científico. *Revista de Antropologia*, vol. 9, n. 1 e 2, São Paulo, 1961.
- . *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. Ler Primeira Parte.
- KIETZMAN, Dale W. O projeto do Instituto Lingüístico de Verão no Brasil. *Anais da III Reunião Brasileira de Antropologia*, Recife, 1959, pp. 105-10.
- LACERDA, João Baptista de. Resumo do Curso de Anthropologia do Museu Nacional em 1877. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 2, Rio de Janeiro, 1877, pp. 165-9.
- LARAIA, Roque de Barros. O desenvolvimento da Antropologia Social no Brasil. In: *Ciências Sociais Hoje*. Salvador, Associação Nacional de Cientistas Sociais e Associação dos Sociólogos do Estado da Bahia, 1978, pp. 37-44.
- . Relações entre negros e brancos no Brasil. *BIB*, n. 7, 1979a, pp. 11-21.



- LARAIA, Roque de Barros. Dissertações de Mestrado de Antropologia, defendidas na Universidade de Brasília — período: 1974/1979. *Revista de Antropologia*, vol. 22, São Paulo, 1979b, pp. 171-2.
- . Antropologia Social. *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, tomo "Ciências Sociais", vol. 1. Publicação da Fundação Biblioteca Patricia Bildner (no prelo), ms.
- LARAIA, Roque de Barros (red.). Antropologia. In: VELHO, Gilberto (coord.), 1982, pp. 343-4.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 2.<sup>a</sup> ed., revista, refundida e ampliada. São Paulo, Pioneira, 1969.
- LEITE, Yonne de Freitas. A obra lingüística inédita de Curt Nimuendajú. *Revista de Antropologia*, vol. 8, n. 2, São Paulo, 1960.
- LIMA, E.; RAMALHO, J. P.; MESSIAS, T. T. & CELÉM, E. *A contribuição de Fróes da Fonseca à Anatomia Racial e à Antropologia Física. Homenagem pelo seu 90.<sup>o</sup> Aniversário*. Comunicação à XII Reunião Brasileira de Antropologia, Rio de Janeiro, 1980.
- LIMA, Vivaldo Costa. Edison Carneiro: 1912-1972. *Revista de Antropologia*, vol. 21, 2.<sup>a</sup> parte, São Paulo, 1978, pp. 219-20.
- LINS E SILVA, Augusto. *Atualidade de Nina Rodrigues: estudo bio-bibliográfico e crítico*. Rio de Janeiro, Leitura, 1945.
- LOPES, Telê Porto Ancona. Viagens etnográficas de Mário de Andrade: itinerário fotográfico. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 11, São Paulo, USP, 1972, pp. 139-74.
- LOWIE, Robert H. *Robert H. Lowie, ethnologist: a personal record*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1959. Ler cap. 9: "Field work in absentia".
- MACIEL, Alba Costa; ANDRADE, Diva & VALE, Eunides do. A Antropologia na Universidade de São Paulo: histórico e situação atual. *Revista de Antropologia*, vol. 21, 1.<sup>a</sup> parte, São Paulo, USP-FFLCH-DCS, 1978, pp. 117-43.
- MATTA, Roberto da (coord.). *Pesquisa Fundamental e Pós-Graduação: área de Sociologia, Ciência Política e Antropologia Social*. S.l., Seplan e MEC (Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), 1974.
- . Carta aberta a Darcy Ribeiro. *Encontros com a Civilização Brasileira*, vol. 15, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, pp. 81-92.
- MATTOS, Anibal. *Peter Wilhelm Lund no Brasil: problemas de Antropologia brasileira*. São Paulo, Nacional (Brasiliana, vol. 148), 1939.
- MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. *A obra lingüística de Curt Nimuendajú*. Rio de Janeiro, Museu Nacional (Publicações Avulsas, n. 29), 1959.
- . *Introdução às línguas indígenas brasileiras (com um suplemento sobre "A técnica da pesquisa" por Sarah Gudschinsky)*. Rio de Janeiro, Museu Nacional. Ler caps. 6, 7, 8 e 9.

- MELATTI, Julio Cezar. Vieira Filho e os índios do sudeste da Amazônia. *Pesquisa Antropológica*, n. 7, Brasília, 1976, pp. 13-6.
- . Livros (bibliografia sobre os índios do Brasil por áreas culturais). *Revista de Atualidade Indígena*, n. 3 (pp. 54-5), n. 4 (pp. 62-3), n. 5 (pp. 54-5), n. 17 (pp. 55-6) e n. 18 (pp. 40-1), Brasília, Funai, 1977/79.
- . Situação e problemática da Antropologia no Brasil. *América Indígena*, vol. 40, n. 2, México, I.I.I., 1980, pp. 225-79 (o Apêndice I, pp. 232-50, corresponde a ARANTES NETO *et alii*, 1978; e o Apêndice II, pp. 251-78, corresponde a PALLESTRINI *et alii*, 1978).
- . A Etnologia das populações indígenas do Brasil nas duas últimas décadas. *Anuário Antropológico/80*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Fortaleza: UFC, 1982, pp. 253-75.
- MELLO LEITÃO, C. de. *Visitantes do Primeiro Império*. São Paulo, Nacional (Brasília, vol. 32), 1934.
- . *O Brasil visto pelos ingleses*. São Paulo, Nacional (Brasília, vol. 82), 1937.
- . *História das expedições científicas no Brasil*. São Paulo, Nacional (Brasília, vol. 209), 1941.
- MELO, Veríssimo de. Nimuendajú. *Ensaio de Antropologia Brasileira*. Natal, Imprensa Universitária, 1973, pp. 105-8.
- . Protasius Friel. *Revista de Atualidade Indígena*, n. 2, Brasília, FUNAI, 1977a, pp. 48-9.
- . Max Schmíd. *Revista de Atualidade Indígena*, n. 4, Brasília, FUNAI, 1977b, p. 51.
- . Koch-Grünberg. *Revista de Atualidade Indígena*, n. 8, Brasília, FUNAI, 1978, pp. 31-2 (publicado anteriormente em *Humboldt*, n. 29).
- MENEZES, Cláudia. Cinema encontra realidade na vida simples do índio. *Revista de Atualidade Indígena*, n. 5, Brasília, FUNAI, 1977, pp. 36-43.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. Depoimento. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 20, São Paulo, USP, 1978a, pp. 171-5.
- MOURA, Clóvis. *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro, 1964.
- MOUSINHO GUIDI, Maria Laís. Elementos de análise dos estudos de comunidade realizados no Brasil e publicados de 1945 a 1960. *Educação e Ciências Sociais*, vol. 10, n. 19, Rio de Janeiro, 1962, pp. 45-87.
- MOVIMENTO. A nova Antropologia. *Movimento*, 28-3-77 e 4-4-77, São Paulo.
- MYAZAKI, Nobue. Arqueo-etno-história no Brasil. *Revista do Museu Paulista*, N.S., vol. 23, São Paulo, 1976, pp. 143-54.
- NEGRÃO, Lísias Nogueira. Duglas Teixeira Monteiro: 1926-1978. *Revista de Antropologia*, vol. 22, São Paulo, 1979a, pp. 179-81.

- NEGRAO, Lísias Nogueira. A crítica de Teixeira Monteiro à Sociologia da Religião de Roger Bastide. *Religião e Sociedade*, 1979b, pp. 31-6.
- NEVES, Margarida Maria Sinay. Antropologia e educação popular. *Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia*, Bahia, publicação sob os auspícios da Reitoria da Universidade da Bahia, 1957, pp. 355-65.
- NOGUEIRA, Oracy. Os estudos de comunidade no Brasil. *Revista de Antropologia*, vol. 3, n. 2, São Paulo, 1955, pp. 95-103. Republicado em *Pesquisa Social*, de Oracy Nogueira, São Paulo, Nacional e EDUSP, cap. 17, 1968, pp. 171-83.
- . Evocação de Roger Bastide. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 20, São Paulo, USP, 1978, pp. 141-5.
- NUNES PEREIRA. *Curt Nimuendajú (síntese de uma vida e de uma obra)*. Belém, 1946.
- OITICICA, José. Do método do estudo das línguas sul-americanas. *Boletim do Museu Nacional*, vol. 9, n. 1, Rio de Janeiro, 1933, pp. 3-39.
- ONIKI, KAZUKO. Teses e dissertações de Antropologia defendidas na Universidade de São Paulo (em ordem cronológica) — Período: 1978/1981. *Revista de Antropologia*, vol. 23, São Paulo, 1981, pp. 153-8.
- PALLESTRINI, Luciana *et alii*. Arqueologia. *Avaliação & Perspectivas/1978*, vol. 8, Brasília (s.l.), CNPq, 1978, pp. 31-55. Republicado em Melatti, 1980, pp. 251-78.
- PEIRANO, Mariza Gomes e Souza. *The Anthropology of Anthropology: the Brazilian case*. Tese de Doutorado aprovada pela Universidade de Harvard, Cambridge (datilog.), 1980.
- . *A Antropologia esquecida de Florestan Fernandes: os Tupinambá*. Brasília, FUB-CIS (Trabalhos de Ciências Sociais, Série Antropologia, 37), 1983.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. Desenvolvimento, no Brasil, das pesquisas empíricas em Sociologia. *Ciência e Cultura*, vol. 24, n. 6, São Paulo, 1972.
- . Homenagem a Roger Bastide (1898-1974). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 15, São Paulo, USP, 1974, pp. 5-7.
- . Uma nova interpretação do Brasil: a contribuição de Roger Bastide à Sociologia brasileira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 20, São Paulo, USP, 1978a, pp. 101-21.
- . Douglas Teixeira Monteiro. *BIB*, n. 5, 1978b, pp. 3-4.
- . Roger Bastide: 1898-1974. *Revista de Antropologia*, vol. 21, 2.<sup>a</sup> parte, São Paulo, 1978c, pp. 223-4.
- . Douglas Teixeira Monteiro e a Sociologia do Conhecimento. *Religião e Sociedade*, n. 4, 1979, pp. 37-41.
- PERINI, Mário Alberto (red.). Linguística. In: VELHO, Gilberto (coord.), pp. 392, 1982.
- PINTO, Estêvão. *A Antropologia brasileira*. Recife, Edição Nordeste, 1952a.

- PINTO, Estêvão. *Bulletin bibliographique des principaux ouvrages ou essais, publiées à partir de 1935, concernant l'étude de l'Anthropologie physique et culturelle du Brésil — 1935-1951*. Recife, Faculdade de Filosofia de Pernambuco, 1952b.
- . *Introdução à História da Antropologia Indígena no Brasil (século XVI)*. México, Instituto Indigenista Interamericano (Ediciones Especiales, 36), 1958.
- . Antropologia e Instituto de Antropologia. *Educação e Ciências Sociais*, vol. 10, n. 19, Rio de Janeiro, CBPE, 1962, pp. 3-12.
- POURCHET, Maria Julia. Curso de Antropologia Física de extensão universitária para fins de estandarização de técnicas (Universidade do Paraná). *Boletim Bibliográfico de Antropologia Americana*, vol. 18, parte 1, México, 1955a, p. 67.
- . Pesquisas do Serviço de Antropometria, I.P.E. *Boletim Bibliográfico de Antropologia Americana*, vol. 18, parte 1, México, 1955b, p. 66.
- . Pesquisas de Antropologia Física no Brasil. *Boletim Bibliográfico de Antropologia Americana*, vols. 23-25, parte 1, México, 1965, pp. 32-4.
- . Antropologia Física americanista. *La Antropologia americanista en la actualidad: Homenaje a Raphael Girard*, tomo 2, México, Mexicanos Unidos, 1980.
- . Bibliografia da Antropologia Física no Brasil (1951-1981), informação pessoal, i.p.
- PRESOTTO, Zélia Maria Neves. A Décima Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. *Revista do Museu Paulista*, N.S., vol. 24, São Paulo, 1977, pp. 245-52.
- QUEIROZ, Marcos de Souza. Estudos sobre medicina popular no Brasil. *Religião e Sociedade*, n. 5, 1980, pp. 241-50.
- RAMOS, Arthur. *Curriculum vitae: 1903-1945*. Rio de Janeiro, s. ed., 1945.
- REVISTA de Antropologia. XXXI Congresso Internacional de Americanistas. *Revista de Antropologia*, vol. 2, n. 2, São Paulo, 1954, pp. 155-9.
- . VII Reunião Brasileira de Antropologia, Belém, 6-11 de junho de 1966. *Revista de Antropologia*, vol. 14, São Paulo, 1966, pp. 131-2.
- . IX Reunião Brasileira de Antropologia. *Revista de Antropologia*, vol. 21, 2.<sup>a</sup> parte, São Paulo, 1978a, pp. 213-4.
- . X Reunião Brasileira de Antropologia. *Revista de Antropologia*, vol. 21, 2.<sup>a</sup> parte, São Paulo, 1978b, pp. 214-5.
- . XI Reunião Brasileira de Antropologia. *Revista de Antropologia*, vol. 21, 2.<sup>a</sup> parte, São Paulo, 1978c, pp. 215-6.
- . XII Reunião Brasileira de Antropologia. *Revista de Antropologia*, vol. 24, São Paulo, 1981a, pp. 171-4.

- REVISTA de Antropologia. Associação Brasileira de Antropologia: Estatuto. *Revista de Antropologia*, vol. 24, São Paulo, 1981b, pp. 174-80.
- . Novas regionais da ABA e seus regimentos. *Revista de Antropologia*, vol. 24, São Paulo, 1981c, pp. 180-7. (Inclui o regimento da Secção Regional de São Paulo, nas pp. 180-3, e o da Secção Regional de Brasília, nas pp. 184-7).
- . Temas de Antropologia no IV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. *Revista de Antropologia*, vol. 24, São Paulo, 1981d, pp. 187-9.
- REVISTA do IEB. Cadeira de Antropologia. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 2, São Paulo, USP, 1967a, pp. 177-82.
- . Cadeira de Línguas Indígenas do Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 2, São Paulo, USP, 1967b, pp. 195-8.
- REVISTA do Museu Paulista. Herbert Baldus (1899-1870). *Revista do Museu Paulista*, N.S., vol. 18, São Paulo, 1968-69, pp. 7-23.
- RIBEIRO, Darcy. Atividades científicas da Secção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios. *Sociologia*, vol. 13, n. 4, São Paulo, 1951, pp. 363-85.
- . Culturas e línguas indígenas do Brasil. *Educação e Ciências Sociais*, vol. 2, n. 6, Rio de Janeiro, CBPE, 1957a, pp. 4-102.
- . Cadeira de Etnografia e Língua Tupi. *Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia*, Bahia, publicação sob os auspícios da Reitoria da Universidade da Bahia, 1957b, pp. 349-54.
- . Por uma Antropologia melhor e mais nossa. *Encontros com a Civilização Brasileira*, vol. 15, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, pp. 93-6.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Os estudos de Lingüística indígena no Brasil (com comentários de Joaquim Mattoso Câmara Jr. e de Sarah Gudschinsky). *Revista de Antropologia*, vol. 11, n. 1 e 2, São Paulo, 1963, pp. 9-21. Republicado em *Homem, cultura e sociedade no Brasil, seleções da Revista de Antropologia*, org. por Egon Schaden, Petrópolis, Vozes, 1972, pp. 52-67.
- ROMÃO SILVA, J. *Evolução do estudo das línguas indígenas do Brasil*. Rio de Janeiro, São José. Resenha de Egon Schaden na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 1, São Paulo, USP, 1966, pp. 159-61.
- ROMERO, Sylvio. *Ethnographia brasileira. Apontamentos para a história da literatura brasileira no século XIX, IV*. Rio de Janeiro, 1888.
- ROQUETTE PINTO, Edgard. *Antropologia (Guia das coleções)*. Rio de Janeiro, Museu Nacional do Rio de Janeiro, 1915.
- SAITO, Hiroshi. Estudos e pesquisas sobre os imigrantes japoneses no Brasil. In: SCHADEN (coord.), 1971, pp. 99-101.
- . Apresentação. In: SAITO, Hiroshi & MAEYAMA, Takashi (orgs.). *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis, Vozes, São Paulo, EDUSP, 1973, pp. 7-10.

- SALZANO, Francisco M. Oportunidades atuais de colaboração entre antropologistas e geneticistas do Brasil. *Revista do Museu Paulista*, N.S., vol. 14, São Paulo, 1963, pp. 513-6.
- SCHADEN, Egon. O estudo do índio brasileiro — ontem e hoje. *Revista de História*, vol. 5, São Paulo, 1953a, pp. 385-401.
- . A obra científica de Koch-Grünberg. *Revista de Antropologia*, vol. 1, n. 2, São Paulo, 1953b, pp. 133-6.
- . 1.<sup>a</sup> Reunião Brasileira de Antropologia. *Revista de Antropologia*, vol. 1, n. 1, São Paulo, 1953c, p. 72.
- . Problemas do ensino da Antropologia. *Revista de Antropologia*, vol. 2, n. 1, São Paulo, 1954, pp. 1-10.
- . Problemas fundamentais e estado atual das pesquisas sobre os índios do Brasil. *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*, vol. 1, São Paulo, Anhembi, 1955a, pp. 297-311. Também em *América Indígena*, vol. 15, n. 1, México, I.I.L., pp. 43-55.
- . Karl von den Steinen e a Etnologia brasileira. *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*, São Paulo, 1955b.
- . Karl von den Steinen e a exploração científica do Brasil. *Revista de Antropologia*, vol. 4, n. 2, São Paulo, 1956, pp. 117-28.
- . Estudos de aculturação indígena. *Revista do Museu Paulista*, N.S., vol. 14, São Paulo, 1963, pp. 263-8.
- . A obra científica de Paul Ehrenreich. *Revista de Antropologia*, vol. 12, n. 1 e 2, São Paulo, 1964, pp. 83-6.
- . Aculturação indígena: ensaio sobre fatores e tendências da mudança cultural de tribos índias em contacto com o mundo dos brancos. *Revista de Antropologia*, vol. 13, São Paulo, 1965, pp. 3-317 (2.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Pioneira e EDUSP, 1969). Ler cap. 1.
- . Brasil, 2 (Reunión para la Integración de la Enseñanza con las Investigaciones Antropológicas — Burg-Wartenstein Áustria, julio-agosto 1967). *Anuário Indigenista*, vol. 27, México, 1967, pp. 53-60.
- . Notas sobre a vida e a obra de Curt Nimuendajú. *Revista de Antropologia*, vols. 15 e 16, São Paulo, 1967/68, pp. 77-90. Também na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 3, São Paulo, USP, 1968, pp. 7-19.
- . *Introdução ao estudo da Antropologia no Brasil* (coord.). Encontro Internacional de Estudos Brasileiros, I Seminário de Estudos Brasileiros (São Paulo, 13 a 25 de setembro de 1971), 2 Cadernos, São Paulo, USP-IEB, mimeo, 1971a.
- . O estudo socioantropológico da aculturação dos alemães no Brasil. In: SCHADEN (coord.), 1.<sup>o</sup> caderno, 1971b, pp. 81-97.
- . O estudo atual das culturas indígenas. In: SCHADEN, Egon (org.). *Leituras de Etnologia brasileira*. São Paulo, Nacional, 1976, pp. 3-20.



- SCHADEN, Egon. Eduardo Galvão. *Revista de Atualidade Indígena*, n. 18, Brasília, Funai, 1979, pp. 15-6.
- . Filmes etnológicos da Escola de Comunicações e Artes da USP. *Revista de Antropologia*, vol. 23, São Paulo, 1980a, pp. 177-83.
- . Contribuição alemã à Etnologia brasileira. *III Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros*, Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1980b, pp. 107-16. Republicado em *Atualidade Indígena*, n. 20, Brasília, Funai, 1981, pp. 16-25.
- . A Etnologia no Brasil. In: FERRI, Mário Guimarães & MOYAMA, Shozo (coords.). *História das Ciências do Brasil*. Vol. 2, São Paulo, EPU/EDUSP; Brasília, CNPq, 1980c, pp. 239-71 (cap. 5).
- SCHADEN, Egon & BORGES PEREIRA, João Baptista. Exploração antropológica. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, 3.º volume, Livro Terceiro, Capítulo VI, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967, pp. 425-43.
- SCHMIDT, Max. Autobiografia de Max Schmidt. *Revista de Antropologia*, vol. 3, n. 2, São Paulo, 1955, pp. 115-24.
- SCHMITZ, Pedro Inácio (red.). Arqueologia. In: VELHO, Gilberto (coord.), 1982, pp. 345-7.
- SEEGER, Anthony & VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Pontos de vista sobre os índios brasileiros: um ensaio bibliográfico. *BIB*, n. 2, 1977, pp. 11-35. Republicado em *Os índios e nós*, de Anthony Seeger, Rio de Janeiro, Campus, 1980, pp. 133-81 (Cap. 7 e Bibliografia).
- SIMÕES, Mário F. *Índice das fases arqueológicas brasileiras — 1950-1971*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi (Publicações Avulsas, n. 18), 1972.
- . As pesquisas arqueológicas no Museu Paraense Emílio Goeldi (1879-1981). *Acta Amazonica*, vol. 11, n. 1 (Suplemento), Manaus, CNPq-INPA, 1981, pp. 149-65.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. Ed. original em inglês, 1974.
- SMITH, Robert; CORNELL, John; SAITO, Hiroshi & MAEYAMA, Takashi. *The Japanese and their descendents in Brazil: an annotated bibliography*. São Paulo, Centro de Estudos Nipo-brasileiros, 1967.
- SUMMER Institute of Linguistics — SIL. *Bibliografia do Summer Institute of Linguistics*. Brasília, SIL, 1973a.
- . *Relatório de atividades do Summer Institute of Linguistics — período de 1956 a 1973*. Brasília, SIL, 1973b.
- . *Relatório de atividades do Summer Institute of Linguistics — exercício de 1974*. Brasília, SIL, 1974.
- . *Relatório de atividades do Summer Institute of Linguistics — exercício de 1975*. Brasília, SIL, 1976.
- . *SIL — ILV — Bibliografia — 1973-1980*. Brasília, SIL, 1981.

- THE LIBRARY of Congress. *Handbook of Latin American Studies*. Preparado por vários estudiosos para a Hispanic Division of The Library of Congress. Vols. 1-13: Cambridge, Harvard University Press, 1936-51. Vols. 14-40: Gainesville, University of Florida Press, 1951-78. Vols. 41-...: Austin e Londres; University of Texas Press, 1979-... (Teve vários coordenadores, sendo o primeiro Lewis Hanke e a atual, Dolores Moyano Martin; The Library of Congress começa a participar de sua organização a partir de 1946).
- VALLE, Edênio. A paixão pelo povo: um traço da obra de Duglas Teixeira Monteiro. *Religião e Sociedade*, n. 4, 1979, pp. 25-30.
- VELHO, Gilberto. Dissertações de Mestrado de Antropologia defendidas no Museu Nacional (UFRJ) — período: 1970/77. *Revista de Antropologia*, vol. 22, São Paulo, 1979, pp. 165-9.
- VELHO, Gilberto (coord.). Ciências Humanas e Sociais. In: *Avaliação & Perspectivas*, vol. 1, Brasília, CNPq, 1982, pp. 333-99.
- VELHO, Otávio Guilherme. A Universidade e a Antropologia no Brasil, hoje. *Encontros com a Civilização Brasileira*, vol. 17. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, pp. 169-79.
- . Antropologia para sueco ver. *Dados*, vol. 23, n. 1, 1980, pp. 79-91.
- VELTHEM, L. H. van. Eduardo Enéas Gustavo: 1921-1976. *Revista de Antropologia*, vol. 21, 2.<sup>a</sup> parte, São Paulo, 1978, pp. 226-8.
- VENTURELLI, Ângelo Jayme. Padre César Albisetti: 1888-1977. *Revista de Antropologia*, vol. 21, 2.<sup>a</sup> parte, São Paulo, 1978, pp. 230-3.
- VERISSIMO, José. D.S. Ferreira Penna; notícia sobre a sua vida e trabalhos. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnografia*, tomo 1, 1896, pp. 57-74.
- VIEIRA FILHO, João Paulo Botelho. Antropologia da Medicina na XIII Reunião Brasileira de Antropologia. *Boletim CEPAM*, ano 1, n. 1, Brasília, Centro de Estudos e Pesquisas em Antropologia Médica, 1982, pp. 4-5.
- VIEIRA HELM, Cecília Maria. José Loureiro Fernandes: 1903-1977. *Revista de Antropologia*, vol. 21, 2.<sup>a</sup> parte, São Paulo, 1978, pp. 228-9.
- WAGLEY, Charles. Estudos de comunidades no Brasil, sob perspectiva nacional. *Sociologia*, vol. 16, n. 2, São Paulo, 1954.
- . Brazilian community studies: a methodological evaluation. *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*, vol. 1, São Paulo, Anhembi, 1955.
- WOORTMANN, Klaas. A Antropologia brasileira e os estudos de comunidade. *Universitas*, n. 11, Salvador, 1972, pp. 103-40.

ATUALIZANDO UMA BIBLIOGRAFIA:  
"NOVO SINDICALISMO", CIDADANIA E FÁBRICA \*

Luiz Werneck Vianna

1. A resenha bibliográfica que preparei para o *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais — BIB*<sup>1</sup> sobre sindicalismo e movimento operário é velha de seis anos. Em sentido usual, é uma contradição em termos atribuir a um espaço de tempo tão curto o condão do envelhecimento. Contradição que fora da lógica das palavras não se configura como real. Como é conhecido, há certas e súbitas acelerações no curso da história em que processos de larga maturação em algumas sociedades, noutras podem saltar a barreira do tempo e se realizarem em poucos dias. Às vezes, num só dia.

\* Nesta resenha, o critério foi o de efetivamente ser fiel ao seu título. Assim, um conjunto de trabalhos, alguns de notória relevância, não participam do texto. De passagem, observe-se que a rica literatura sobre mulheres na força de trabalho foi resenhada por Maria Valéria J. Pena, no *BIB* n. 9. Na bibliografia que apresento ao final — onde não respeitei o critério que presidiu minha seleção para o balanço crítico da produção científica sobre o assunto —, não contei com espaço para ser exaustivo. Salvo excepcionalmente, não mencionei títulos que fizeram parte da primeira resenha, publicada em 1978. Reconheço o quanto é arbitrário, nestas condições, citar uns trabalhos e não outros. Seria do meu agrado organizá-la sem limitações, mencionando todos os pesquisadores que, em tão pouco tempo, conseguiram constituir nosso objeto de estudo. Porque este tem sido um esforço e uma conquista coletivos.

[Resenha publicada no *BIB* n. 17/1984.]

1. *In Dados*, n. 17, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1.º semestre de 1978.

Meu ponto de partida é o de que temos vivido uma dupla revolução, uma e outra ainda não inteiramente materializadas, na medida em que sua ação tem sido, por assim dizer, subterrânea, ainda não repercutindo em toda sua força na consciência, nas instituições e na política. Como se fôssemos, a um só tempo, contemporâneos e não-contemporâneos delas: a que se expressa na modernização econômica destes últimos vinte anos e a que se indica pela emergência das massas a uma livre cidadania. Contemporâneos, por motivos óbvios; elas estão aí; não-contemporâneos porque ambas não se impuseram, ainda, em todas as dimensões do Brasil de hoje. E é em razão desta contradição — agora, real — que uma primeira aproximação à história destes seis anos favorece a idéia de distância entre os idos de 1977 e o momento presente, como se décadas os separassem, tal as descontinuidades que apresentam. Perfeitamente compatível com uma outra, que acentua serem estes mesmos anos presididos pelo mesmo processo, realizando uma só conjuntura: a do esgotamento do impulso da modernização conservadora iniciada em 1964 e que coincide com a busca de um novo padrão institucional para a ordem burguesa, já às voltas com irreversíveis demandas das classes subalternas por uma plena e livre cidadania.

Foi este impulso que acabou por implementar a plena imposição do modo de produção especificamente capitalista no país, alterando sua composição demográfica e sua estrutura de classes, e de cada classe e estrato social, em particular. Transformações que estão na raiz do chamado processo de abertura política, acelerado a partir de quando o regime autoritário perde sua capacidade de legitimação pela expansão da economia, eixo principal da ideologia de grandeza nacional que lhe dava sustentação.

Como Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva demonstraram, a escala das alterações operadas ao nível da economia e da sociedade, nesses últimos vinte anos, somente encontra termos de comparação, no mundo de hoje, com revoluções vitoriosas, como a russa e a chinesa.<sup>2</sup> Não obstante, o próprio êxito da modernização conservadora torna perempta a antiga institucionalidade, formulada para expressar e conter uma estrutura econômico-social e política diversa, sem que uma nova institucionalização a suceda. Ver, por exemplo, a permanência da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT e da

2. Ver de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva, *Industrialização, emprego e estratificação social no Brasil*, Friburgo, julho de 1983, mimeo.

Constituição de 1946 que, apesar dos remendos que desfiguraram, segue atuando como pano de fundo para a definição constitucional de questões-chave, como o sistema de representação política.

A ordem burguesa daí resultante se constitui em assimetria moderna na economia e atrasada política e ideologicamente, não-contemporânea de si mesma, recorrendo ao passado e ao pragmatismo instrumental — quando não ao puro arbítrio — para articular mecanismos de controle social e de meios de intervenção do Estado sobre a sociedade. Circunstância agravada, como no caso da CLT, quando se perverte o sentido das antigas instituições. É sabido que a apropriação da CLT pelo surto modernizante conservador do pós-64 se efetivou através da eliminação de disposições legais que lhe eram essenciais, como a estabilidade no emprego por tempo de serviço, a participação sindical na direção do sistema previdenciário e, mais que tudo, a derrogação do espírito de comunidade, sob a égide de um Estado benefactor, que a CLT preconizava como forma de reger as relações entre o capital e o trabalho.<sup>3</sup>

A construção de um sistema de ordem e de obrigação política, no sentido de Macpherson,<sup>4</sup> que estabeleça um plano de compatibilidade entre as diferentes dimensões do social, constitui-se no tema de fundo do processo de abertura — e não limitativamente do chamado projeto de abertura do regime —, que define a conjuntura presente. Simplificando, para usar uma fórmula: esta economia modernizada, especificamente capitalista, terá qual política e quais instituições sociais? Derruídos os nexos e antigas instituições que solidarizavam o Estado com a sociedade civil, através de uma revolução sem revolução que subverteu a estrutura social, que levou o capitalismo ao campo, dinamizou a indústria e massificou a exposição aos meios de comunicação, minando as bases do domínio tradicional e oligárquico, que sistema de ordem deverá prevalecer na democratização do país?

Dito de outro modo: esta hora de transição indica a constituição de um bloco histórico democrático-burguês, investido, pois, da capacidade de incorporação das demandas por livre e plena cidadania

3. Desenvolvo o argumento em *Questões atuais sobre o sindicalismo, Classe operária e abertura*, São Paulo, Cerifa, 1983. Sobre a transição, minha análise está em *A Questão da Cidadania na Hora da Transição Democrática*, Friburgo, VI Encontro da ANPOCS, 1982, mimeo.

4. C. B. Macpherson, *The political theory of possessive individualism*, London, Oxford University Press, 1964.

das classes subalternas? Ou, alternativamente, a possibilidade de um bloco histórico deste tipo se encontra inviabilizada pelo retardo político e ideológico da burguesia — manifesto na sua dependência quanto ao Estado para fins de controle social, não só na sociedade, como ao nível do universo fabril? A resposta a estas duas últimas interrogações determinará o campo de exercício da cidadania das classes subalternas, se subsumida à ordem burguesa, se autonomizada do bloco histórico conduzido pela burguesia e dotada de projeto político próprio, ou, se, ainda, sob regulação de um Estado neocorporativo.

A literatura sobre sindicalismo, de modo geral, de 1978 para cá, tem-se detido nessas questões, quer quando avalia as transformações por que passam as relações entre Estado e sindicatos, com ênfase na sorte futura da institucionalização corporativa, quer nas análises sobre a nova forma de agir dos sindicatos, aí pesquisando as pautas de negociação — as novas demandas e os novos direitos — e a emergência sindical e política do mundo das fábricas.

Uma característica desta bibliografia está na perspectiva adotada, privilegiadora do estudo das instituições sindicais como realidade dinâmica. As hipóteses, em sua grande maioria, se constituem em torno dos problemas do devir do sindicalismo, impondo-se uma visão que quer captar o sentido do seu desenvolvimento, numa ensaística que não pode dispensar o impressionismo, as projeções e os prognósticos. Nela, as instituições sindicais não se apresentam como um objeto de contorno preciso, para o qual a pesquisa se volta com o fim de se apropriar da sua lógica interna e própria de reprodução. O problema não é tanto o que o sindicalismo é, mas o que vai ser.

Apesar da diversidade metodológica entre os pesquisadores, na produção sobre o assunto — por mais que alguns procurem recortar extremadamente o específico sindical, flagrante no caso de Maria Herminia T. de Almeida — predomina o tema da transição na sociedade inclusiva. E, aí, como é inevitável, as variáveis extra-sindicais impõem seu império.

Este enfoque não é arbitrário. Resulta de uma exigência do próprio objeto estudado, também ele em transição. Nas palavras de Leônicio M. Rodrigues, “pensar as linhas de transformação do sindicalismo implica (...) situar as principais variáveis que afetam seu desenvolvimento. Este tipo de colocação implica uma certa dose de futurologia” (Rodrigues, 1979: 122). Se é verdadeiro, porém, que o movimento sindical e operário, hoje, não pode ter sua natureza captada a não ser como um objeto em transição num contexto geral de tran-



sição, longe de se simplificar o problema se complica. Que dimensões isolar para a análise: o caráter do sistema político, os novos problemas de coerção e de consenso ao nível das fábricas, a institucionalidade que normativiza o mercado de trabalho, a modernização no sistema produtivo e suas repercussões sobre a força de trabalho? Precisamente, aí, esta literatura de temática comum vive sua encruzilhada, divergindo na seleção e no recorte de que se utiliza para a investigação.

2. O ângulo de Maria Herminia T. de Almeida baliza uma posição, e seus ensaios, peça importante na bibliografia, se encontram articulados por um fio vermelho, num progressivo aprofundamento do mesmo argumento. Seu ponto de partida se constitui nos impactos derivados da aceleração industrial recente sobre o movimento operário na análise dos efeitos daí resultantes sobre o sindicalismo, para se concluir com o estudo das possibilidades ou não dos nexos corporativos persistirem, de algum modo, como meio de regulação do mercado de trabalho.

Sua explicação é conhecida: “os dispositivos legais da CLT foram ideados, e se adequavam a um tipo de estrutura industrial e, portanto, a uma determinada classe trabalhadora, característica do período de predomínio das chamadas indústrias tradicionais de bens-salário” (Almeida, 1975: 58). Da antiga correspondência entre homogeneidade industrial (a pequena e a média empresas como formas típicas da organização da produção) e homogeneidade operária (dada pelo nível de qualificação e de salários) seguia-se a viabilidade da fórmula da CLT, que estabelecia uma estrutura sindical por categoria profissional e uma regulamentação genérica das leis protetoras do trabalho. O processo de industrialização de bens de consumo duráveis subverteria tal correspondência, induzindo à heterogeneidade no perfil da indústria e na composição da classe operária. Segmentado o mercado, ele conheceria uma dualidade expressa na existência de dois setores, o moderno e o tradicional.

Neste artigo, seminal para a compreensão dos seus textos posteriores, a autora fundamenta mais sua exposição em termos da teoria econômica do que propriamente sobre o sindicalismo, construindo seu referencial em torno de ensaios de Anibal Pinto e de Maria da Conceição Tavares.<sup>5</sup> O sindical surge como uma projeção da mudança

5. Ver de Anibal Pinto, *La Concentración del Progreso Técnico y sus Frutos en el Desarrollo Latinoamericano*, *Trimestre Económico*, n. 125, México, 1965; e de Maria da Conceição Tavares, *Relações entre distribuição de renda, acumulação e padrão de desenvolvimento*, São Paulo, Cebrap, 1973, mimeo.

no padrão da industrialização, cujo dualismo (mercado primário *versus* mercado secundário) retoma — e isto não é um resultado desejado na exposição — posições anteriormente sustentadas, no final dos anos 60, por José Num e Anibal Quijano que, no contexto dos estudos sobre marginalidade social na América Latina, entendiam que os setores modernos da classe operária se achavam incorporados aos valores da ordem capitalista.<sup>6</sup>

A heterogeneidade real da classe operária, salienta Maria Hermínia T. de Almeida, tenderia a produzir um conflito direto com a homogeneidade legal imposta pela CLT, na medida em que esta seria incapaz de assimilar as novas demandas explicitadas pelo setor dinâmico dos trabalhadores da indústria. O novo sindicalismo se caracterizaria por assumir uma pauta preponderantemente econômico-corporativa — diverso do sindicalismo do pré-64, cuja orientação política resultaria menos da sua problemática interna e mais da perversão populista de que seria objeto —, “em resumo, (...) o ideal dessa nova corrente sindical seria algo próximo ao ‘sindicalismo de negócios’ (*business union*) norte-americano: combativo, ‘apolítico’, solidamente plantado na empresa, tecnicamente preparado para enfrentar e resolver os problemas gerais e específicos de seus representados” (idem, 1975: 73).

Mais tarde, a autora retifica essa conclusão, recusando a associação mecânica de antes entre posição na ocupação e formas de consciência e de organização, donde derivara seu entendimento de que, no interior do setor moderno da indústria, emergia o embrião de uma aristocracia operária (Almeida, 1978: 490 e seguintes). Admite, então, que este setor industrial possa vir a se transformar numa vanguarda da classe operária. Contudo, esta abertura para processos e variáveis referidos ao tipo de ação coletiva do sindicalismo, às relações deste com o sistema político inclusive e à própria forma de inserção da classe operária na sociedade competitiva e burguesa moderna, não é

---

6. Ver J. Num, Superpopulación relativa, ejército de reserva y masa marginal, *Revista Latinoamericana de Sociología*, 5(2), jul. 1969; de A. Quijano. *Notas sobre el concepto de la marginalidad social*, Santiago, Cepal, Univers. Católica, 1971, mimeo. É de Lucio Kowarick uma boa apreciação crítica sobre a posição destes dois autores, em *Capitalismo e marginalidade na América Latina*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

operada com força suficiente para marcar um campo teórico novo. O tema da segmentação do mercado continua prevalecendo: "Agitando a bandeira da negociação descentralizada conseguirão [os trabalhadores qualificados da indústria de ponta] unificar em torno de si aqueles que não têm nenhum poder de barganha frente ao patronato?" (idem, 491). Expressando uma realidade dual, a percepção do sindicalismo sobre a questão do Estado também se fragmenta: o setor moderno, que quer a negociação e nisso é inibido pela CLT, denuncia seu papel repressivo sobre o mercado de trabalho; o tradicional, destituído de poder de barganha, "cujos direitos somente são respeitados graças à intervenção mediadora do Estado" (idem: 491), deseja a continuidade desta intervenção.

Nega-se ao sindicalismo uma compreensão política do Estado, ao mesmo tempo em que se apresenta a natureza daquele como dicotômica. Daí a autora problematizar a possibilidade de uma unificação sindical, dado que os dois segmentos da classe operária obedecem a lógicas estruturalmente distintas do ponto de vista econômico-corporativo. O "novo sindicalismo" seria de extração econômica, do que se originaria sua motivação para a ruptura com um sindicalismo politicamente orientado, como o do pré-64, mais reativo à política, em razão da sua proximidade quanto ao Estado, do que a interesses econômicos dos trabalhadores. Essencialmente, a identidade do "novo sindicalismo" tenderia a apartá-lo do restante dos trabalhadores. A contra-tendência, resultante da ação do regime autoritário que impositivamente o submete ao sistema de controle previsto na CLT, produz o efeito inesperado da sua politização. Efeito que está na raiz do seu comportamento como vanguarda sindical do conjunto dos trabalhadores.

A unificação, porém, do novo sindicalismo e do tradicional se assenta sobre uma contradição insolúvel: a posição diferencial de ambos no mercado, um com poder de barganha, outro, sem ele. A transição não aponta para uma mudança radical na regulação do mercado de trabalho, mas sim para um corporativismo renovado flexível e permeável às demandas do novo sindicalismo, sem abandonar seu papel tutelar de proteção dos trabalhadores carentes de poder de barganha numa negociação coletiva. A institucionalização corporativa se projetaria no tempo, menos pelas razões políticas de conservação de um padrão autoritário sobre a força de trabalho, do que pela diversidade estrutural da classe operária, cujo setor majoritário não pode prescindir do amparo do Estado.

A conclusão do argumento fala por si: “Em particular, não se constituiu nenhuma outra alternativa de organização sindical à margem da legislação de viés corporativista. Ao contrário, a velha estrutura mostrou enorme vitalidade e plasticidade, apesar de todas as notórias limitações que cria ao aumento da representatividade e da participação democrática. Também por este lado há indícios de que, mesmo do ponto de vista do movimento trabalhador, *o caminho da reforma da organização sindical vigente seja mais plausível do que a via de sua substituição por um organismo novo e radicalmente diverso*” (Almeida, 1982a: 103; o grifo é meu). E, noutro texto: “Depois de tudo, convivem hoje, no sistema brasileiro de relações trabalhistas, procedimentos antigos e cristalizados de negociação centralizada e triangular e formas novas de negociação descentralizada e direta, em processo de institucionalização. Distante de um jogo de soma zero, é possível que as relações trabalhistas comportem a existência — e mesmo o crescimento — *simultâneos* da ingerência estatal e dos espaços de livres confronto e entendimento entre patronato e trabalhadores” (Almeida, 1982a: 213, grifo original).

Este tipo de explicação que restringe ao eixo cruzado do padrão da industrialização com a segmentação do mercado, experimenta dificuldade não só quando diante de fatos empíricos produzidos pelo setor moderno dos trabalhadores industriais, como também daqueles decorrentes da ação do setor tradicional. Quanto aos primeiros, é suficiente mencionar a proposta feita pela liderança do ABC para a unificação do sindicalismo em torno do salário-mínimo nacional e da estabilidade — e não, conforme a expectativa dessa explicação, pelo sistema da livre negociação das condições de trabalho. Em relação aos últimos, as greves selvagens da construção civil em vários estados da Federação são um bom exemplo, principalmente a de Belo Horizonte, em 1979, de uma percepção não-dualista sobre o sindicalismo entre os trabalhadores do setor tradicional. Como se sabe, essa greve foi resolvida através de uma intermediação conduzida por Luiz Inácio da Silva, expoente do sindicalismo no ABC.

Greves selvagens, estas da construção civil, cujas motivações profundas não assumiram caráter sindical — em quase sua totalidade elas foram independentes quanto às direções sindicais do setor e neutras em relação ao tema da reforma do sindicalismo — e nem tiveram como objetivo interpelar o Estado, no sentido de reivindicar dele uma intervenção tutelar. Registre-se, ainda, que a generalização das greves nos setores tradicionais, a partir de 1979, que igualmente

envolveu os assalariados agrícolas — greve nos bananais, em São Paulo, dos canavieiros, em Pernambuco, etc. — incluindo o universo meramente sindical, rompia em muito com seus limites. Além de uma prática reformada e vitalizada do sindicalismo nos setores modernos da indústria e que igualmente atingiu parcela significativa do setor tradicional, patenteava-se a existência de uma nova consciência de cidadania nos assalariados urbanos e rurais, principalmente na classe operária, que a dinâmica e a lógica do sindicalismo não continha e nem podia explicar.

Ponto alto na ensaística dessa autora, as suas pesquisas sobre as práticas sindicais que vêm tendo lugar no interior das fábricas demonstram o impacto delas sobre a pauta de demandas das negociações coletivas e o número crescente de greves por empresa, num sindicalismo tradicionalmente caracterizado por realizar ações grevistas por categoria profissional (Almeida, 1983a: 206). A valorização da fábrica, em sua análise, porém, ocorre num contexto em que as práticas sindicais ao nível da empresa contêm, em si, um latente mas poderoso impulso de ruptura com um sindicalismo de categoria. No limite, este impulso tende à manifestação de uma motivação sindical não-classista e em favor de um sindicalismo de barganha, o qual parece não se realizar por se defrontar com obstáculos externos — a política do regime autoritário e a CLT. Notar, ainda, que a fábrica é referida restritivamente como um novo espaço sindical, subestimando-se o fato de que ela é também um *locus* político.

Noutro lugar, procurei demonstrar de como o universo fabril pertence, a um só tempo, ao universo infra e supra-estrutural, articuladas as formas de controle social fabris com as que se instituem ao nível da formação econômico-social.<sup>7</sup> Como se evidenciou nas greves de 1978, o movimento sindical brasileiro descobriu o espaço da fábrica, e esta foi uma descoberta política, na medida em que o conduziu ao questionamento do despotismo do capital no mundo fabril, através da criação de um sujeito operário de novo tipo. A constituição das comissões de empresa, precárias que ainda sejam, significa que o movimento operário e sindical já se capacita para formular alternativas para o antigo monopólio “legislativo” gozado pelos dirigentes das indústrias. Numa circunstância de afirmação da cidadania operária, a emergência sindical nas fábricas não significa

---

7. Ver Luiz Werneck Vianna, Sistema político e fábrica, In: *A classe operária e a abertura*, São Paulo, Cerifa, 1983.

fragmentação e “economização” da pauta operária, mas o reverso. Particularmente quando se observa o estabelecimento de nexos entre fábrica-sindicato-partidos, antípodas de um sindicalismo de orientação econômico-corporativo.

No mesmo campo, com centro no específico sindical, Amaury de Souza (Souza, Lamounier, 1981; Souza, 1983a, 1983b) assume como ponto de partida o que foi ponto de chegada em Maria Herminia T. de Almeida: o estudo da institucionalidade que regula o mercado de trabalho. Mas nem essa diferença de ângulo, que se soma a uma distinta orientação metodológica, impede que ambos concluam seus prognósticos em convergência: a estrutura corporativa sindical dá mostras de vitalidade e, mais uma vez, como no pós-45, deve encontrar seu lugar no sistema da ordem que venha a suceder ao autoritarismo. Obedecendo à tendência comum de valorizar o tema de transição política, Amaury de Souza não se interessa tanto pela investigação da legislação em si, mas pelo isolamento dos impasses institucionais — e o modo possível da sua resolução — na administração do mercado de trabalho, no suposto que disso depende a construção das bases para uma sociedade democrática estável.

A liberalização da sociedade imporá uma desconcentração de poder, envolvendo com isso uma clara atenuação do modelo vigente na regulação do mercado de trabalho e no controle sobre a vida sindical. Um poder infinitamente concentrado produziria um efeito do tipo “buraco negro”, por isso mesmo inútil, na medida em que, no limite, implica uma total subsunção da sociedade ao Estado (Souza e Lamounier, 1981: 140), e, assim, o poder resulta sem objeto. Uma das dificuldades para se liberalizar teria origem no sindicalismo real e nas suas práticas: “a organização sindical só compreende uma pequena parcela da força de trabalho, e ainda assim não tem muita força a despeito de sua concentração nos principais setores industriais” (idem: 158). Comportando-se como uma força cega de liberalização, a movimentação do sindicalismo — onde e quando existe — atuaria apenas no sentido de forçar uma abertura, incapaz de oferecer uma solução para o impasse institucional em curso em razão da sua heterogeneidade e defeituoso sistema de relações entre lideranças e massa sindical.

Se, para Maria Herminia T. de Abreu a idéia da heterogeneidade traz consigo a da autonomia — que só vem à luz para cumprir seu destino: não se impor —, para os trabalhadores das indústrias de



ponta, em Amaury de Souza e Bolivar Lamounier se dá o inverso: é por meio desta mesma heterogeneidade que a estrutura sindical pode e deve se reatualizar através da “introdução de mudanças gradativas” (idem: 158). Dado o atraso, inclusive e talvez principalmente sindical, do movimento operário, a ampliação da sua cidadania não se faz por sua independização quanto ao Estado. Sobretudo não resulta de um esforço coletivo seu. É o Estado quem alarga o escopo da cidadania através da universalização da política social. A liberalização consiste num passo dado por um regime saturado pela concentração do poder, que o inviabiliza. No que se refere ao mercado de trabalho, a eliminação da disfunção do “buraco negro” se efetiva pelo neocorporativismo. Por neocorporativismo deve-se entender uma regulação que conceda maior autonomia aos sindicatos e amplie os beneficiários da política social. (“A reivindicação de autonomia, no plano das proposições concretas, não parece (...) contemplar uma transformação em profundidade da estrutura do sindicalismo corporativista” [Souza, 1983a]). Prognóstico que não é alheio, aliás, à própria Maria Hermínia T. de Almeida, quando estuda o movimento do sindicalismo na conjuntura atual, como indiquei acima.

Pela sua história e composição, o sindicalismo é prisioneiro da fórmula corporativa, prisão que também é voluntária na medida em que ele não abre mão do exercício de funções delegadas do poder público. O espaço da sua autonomia se define e se expressa no interior do contorno jurisdicional produzido pelo Estado, mais que uma figura arbitral no mercado, centro de poder que eleva à cidadania uma massa difusa que, sem ele, não é capaz de se investir dos seus direitos. O “novo sindicalismo” consiste apenas num movimento que patenteou a disfuncionalidade, para a administração do mercado de trabalho, da extrema concentração de poder, exaurindo-se nisso. Triunfa, mais uma vez, uma perspectiva sobre o sindicalismo que o constitui como objeto passivo de processos e fenômenos que se realizam noutras dimensões do social. O neocorporativismo resultará de uma redução no campo da força gravitacional do “buraco negro”, repelindo o sindicalismo do seu âmago, satélite sem luz própria devolvido à órbita desta estrela maior que é o Estado.

Numa abordagem empiricamente colada ao movimento sindical, nova vertente na bibliografia graças à criação de centros permanentes de pesquisa sobre este objeto, alinham-se os trabalhos de acompanhamento da conjuntura sindical, como os de Clarice Menezes e de Ingrid Sarti (1981), e o importante *survey* sobre a opinião das lide-

ranças sindicais quanto à estrutura corporativa e a conjuntura de transição, realizado sob a orientação do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea — Cedec, em São Paulo. A partir deste último, alguns relatórios parciais têm servido de base à produção ensaística, como no caso de Ingrid Sarti e de Rubem Barbosa Filho (1982), relevante pelo fato de tomar o sindicalismo como uma realidade dotada de movimento próprio, de consciência, de subjetividade, integrando na análise o tema da política — relação sindicato/partidos, cidadania, sindicalismo e transição para a democracia.

A citação é longa, mas vale a pena conhecer o argumento inteiro: “Nossa hipótese é a de que a principal ambigüidade do movimento sindical reside na dificuldade — que não lhe é exclusiva — de traçar os limites de sua ação, cujos contornos indefinidos mantêm a simbiose entre partido e sindicato. A visão corporativa, ao adotar uma concepção segundo a qual a conquista da cidadania operária e a constituição da identidade da classe trabalhadora se dariam através de um processo auto-referido, exclusivo e isolado, cujos traços básicos coincidiriam com as características próprias da luta sindical, acabou por conferir a esta última a qualidade de repositório da verdade da classe operária, de garantia de sua pureza e identidade e de instrumento e auto-reflexão dos trabalhadores enquanto classe social específica. Em outros termos, a postulação da ação sindical como limite da ação operária corporativiza e particulariza o comportamento político das lideranças, inviabilizando uma percepção mais completa do conjunto de relações entre as classes e destas com o Estado. Sem esta percepção, reduz-se o universalismo possível ao proletariado e fundamental para a democracia (...). Em síntese, esta ambigüidade expressa a contradição fundamental do movimento sindical brasileiro: moldado e movido até hoje pelos ditames da ordem corporativa, o sindicalismo nega a política, ao mesmo tempo em que a exerce por linhas tortas” (Sarti e Barbosa Filho, 1983).

Distingue-se o movimento sindical do operário, e isso, que consiste numa noção trivial na literatura das Ciências Sociais, mas não o é na bibliografia sobre sindicalismo, cobra o seu direito de inclusão na análise: a classe operária não é apenas um personagem do mundo da produção; sendo-o, igualmente é uma classe social. Ademais disso, estes dois autores sugerem — ponto também levantado, sob outro ângulo, por Amaury de Souza (1983a) ao sustentar que o sindicalismo não abdica do exercício de funções delegadas pelo poder público — que a internalização do corporativismo na práxis operária tem sido

tão intensa, ao menos numa fração significativa dela, que seu padrão de orientação, nos partidos políticos e na sociedade em geral, tende a produzir um efeito de ocultamento da sua realidade de classe social. O “novo sindicalismo”, rebento da modernidade brasileira recente, expressaria isto através da politização do corporativo, ou, noutras palavras, pela instrumentalização dos partidos políticos pelos sindicatos.

3. Leôncio Martins Rodrigues, presença pioneira na bibliografia e referência obrigatória, juntamente com Francisco Weffort, quando ela se constitui em torno do tema do populismo, participa da discussão sobre os rumos do sindicalismo atual, tendo como contraponto sua própria produção e o sindicalismo anteriores.

“No estudo do conteúdo das orientações político-ideológicas do ‘novo sindicalismo’ que surgiu em São Paulo e noutras áreas industrializadas, observa-se o declínio da temática nacionalista. De igual modo, a proposta desenvolvimentista, de transformações estruturais da sociedade brasileira, privilegiando a participação do Estado, foi também deixada de lado. A ênfase está sendo posta na autonomia e liberdade sindical, na democratização do sistema político como instrumento para a obtenção de demandas de caráter sócio-profissional que atingem os trabalhadores, especificamente enquanto membros de uma classe social determinada. Daí as reivindicações de negociação direta com a classe empresarial que é percebida mais como um adversário a ser pressionado do que como um inimigo a ser eliminado” (Rodrigues, 1979: 133).

Nele, com mais nitidez do que em qualquer outro autor, a transição para a democracia se vincula à constituição de um bloco histórico democrático-burguês, o qual depende da prevalência no sindicalismo de um sistema de orientação liberal. Neste sentido, seu ângulo é político, e não sindical (“o movimento sindical e as ações operárias nunca se definem unicamente em função de uma situação imediata de trabalho e de relacionamento com o patronato” [idem: 136]). A democratização e a consolidação da institucionalidade democrática supõem a despolitização do movimento operário e sindical, sua incorporação a uma concepção do mundo e a uma prática de tipo associativo, e não classista, como no sindicalismo anglo-americano (idem: 137).

O “novo sindicalismo” expressaria essa despolitização, embora sofresse influências diversas, em razão da presença do Estado que, como em Maria Herminia T. de Almeida, retificaria tal processo,

reintroduzindo a política (“o intervencionismo estatal, contraditoriamente, se de um lado age no sentido de manter a classe operária sob a passividade, através do controle dos sindicatos, por outro lado, é um fator de politização, quando os trabalhadores encontram meios de reivindicações autônomas” [idem: 137]).

Se, pela dinâmica própria ao sindicalismo do setor de ponta industrial, existem “muitas condições econômicas para a formação de um movimento sindical que se defina mais em relação às empresas, a presença esmagadora do Estado e a escultura sindical corporativista tendem a impedir que tal orientação possa tornar-se dominante no interior do movimento operário” (idem: 137).

No caso de prevalecer a fórmula neocorporativa, com a admissão de um grau razoável de autonomia sindical, como mecanismo necessário de desconcentração de um poder que se torna inoperante precisamente porque tem poder em excesso, ter-se-ia o caldo de cultura por excelência para a politização sindical. Politizado o sindicalismo, compromete-se a democracia. O ângulo institucional é falacioso, o problema verdadeiro está na natureza da classe operária. Ela é que precisa mudar, para que se viabilize o caminho democrático. Aqui, a hegemonia consiste no problema de fundo, contrapondo-se a utopia liberal de Leôncio M. Rodrigues ao realismo sem esperanças de Amaury de Souza, para quem, fora do Estado, não há solução: ele é que tem de mudar.

Incluído no campo dos que sobrelevam a política no estudo do sindicalismo atual, José Álvaro Moisés concebe a democracia como um resultado da ação consciente do movimento operário e sindical. O “novo sindicalismo” é político. A pauta sócio-profissional que, em Leôncio M. Rodrigues, tende a produzir a despolitização do novo sindicalismo, em José A. Moisés deve consistir no motivo para que adquira seu bilhete de ingresso no mundo da política, nela entrando com a finalidade de realizar suas demandas específicas. “É a luta pela cidadania plena que dá conteúdo ao movimento sindical que, para isso, tem (*sic*) de ingressar na política. Pela simples razão que, ingressando na política, forçado (*sic*) pelas circunstâncias criadas pelo despotismo [é curioso notar como, aqui, J. A. Moisés repete o argumento de L. M. Rodrigues: a entrada na política por parte do movimento operário como um movimento inconsciente e forçado], o movimento sindical se dá conta de que não pode levar adiante as suas demandas específicas a não ser que certas garantias (traduzidas em direitos sociais e políticos) não se ofereçam com con-

tinuidade. Daí a estratégia de luta pela extensão dos direitos de cidadania: ela decorre da luta especificamente sindical, mas, alternativamente, ela ingressa no terreno social e político precisamente para fortalecer as próprias condições de possibilidade de luta sindical. Isto deveria estar claro para todos, em vista de que a estratégia do 'novo sindicalismo' é a de constituição de um novo sujeito político" (Moisés, 1981: 76).

O partido deve servir ao movimento sindical, sacrificando a este a sua especificidade ("Para ter continuidade enquanto movimento sindical, o 'novo sindicalismo' terá de definir bem claramente o seu campo como algo distinto daquele do partido que, em quaisquer circunstâncias, deve ser sempre apto a fortalecer mais o movimento social e não, simplesmente, beneficiar-se da sua existência" [idem: 79]). Aqui, igualmente reponta a temática típica da esquerda europeia nos anos 20, que se infiltrou largamente na bibliografia sobre "novo sindicalismo", valorizando a espontaneidade *versus* organização, os conselhos de empresa *versus* os sindicatos, as bases *versus* as direções.

Mas é em Francisco C. Weffort que a dominância da dimensão do sistema político na análise do "novo sindicalismo" se constitui em toda sua conseqüência. Seu problema inicial é o mesmo com que L. M. Rodrigues se defrontou — "como incorporar a classe operária a uma democracia de origem burguesa?" (F. C. Weffort, 1981: 139) —, mas sua resposta sugere uma direção diversa, negando viabilidade para a conformação de um bloco democrático-burguês que reorganize o mundo, inclusive o sindicalismo, à sua imagem e semelhança. Escapa, pois, da questão que atormentou L. M. Rodrigues que, desejando uma transição que assegure uma democracia estável, tem como suposto um bloco deste tipo, contra o qual reconhece haver uma conjura permanente, quer pela politização que o sindicalismo sofre em função das suas ligações corporativas com o Estado, quer pelas desigualdades sociais existentes no país.

A ênfase de Weffort, aliás explícita na maioria dos seus trabalhos, mais fortemente em sua tese de livre-docência,<sup>8</sup> recai sobre a atividade consciente que se institui na ação política. A diferenciação estrutural no sindicalismo deve ser superada politicamente, constituindo-se um novo ator que atue no sentido de conquistar uma sociedade democrática, para o que importa a resolução de um antigo dilema: a compatibilização entre liberdade política e igualdade social.

8. F. C. Weffort, *Sindicato e política*, São Paulo, tese de livre-docência à FFLCH da USP, 1972, mimeo.

O “novo sindicalismo”, em Maria Herminia T. de Almeida e em Leôncio M. Rodrigues mais uma expressão de novos interesses, assume em Weffort sobretudo uma conotação referida a direitos políticos — a universalização de uma livre cidadania em oposição à cidadania regulamentada pelos Estados corporativos (“Nos últimos anos, volta ao debate o tema da ampliação da cidadania, sempre mal resolvido em todos os períodos anteriores. Talvez se possa dizer que é o tema mais geral da situação presente. Está nos reclamos específicos de certos setores sociais — por exemplo, a liberdade sindical, reivindicada pelo ‘novo sindicalismo’ e pelas ‘oposições sindicais’, ou a proposta de organização de um partido dos trabalhadores — e está também na temática geral da construção de um Estado democrático de direito” [idem: 140]).

O impasse que caracteriza é menos estrutural e mais político, e se expressa na institucionalidade corporativa. É por meio dela que os liberais têm a ilusão de que a igualdade se satisfaz na política social e na cidadania regulada, e a esquerda vive a fantasia de que o vínculo corporativo que mantém com o Estado lhe favorece uma escalada súbita ao poder. Impasse que tem de ser interrompido para que ideologias autoritárias cessem de se reproduzir em ambas as pontas do espectro político. Quer sob sua modalidade plena, moderada ou renovada, o corporativismo se constitui numa perversão, cujo impacto nocivo não se exaure no âmbito sindical (“já [se] consolidou entre nós a noção de que a eficácia deformante do corporativismo não se limita ao plano das organizações sindicais, mas acaba por afetar de modo generalizado as expressões institucionais do regime democrático” [idem: 143]).

O primado pertence ao partido, e não ao movimento, como quer J. A. Moisés. Para Weffort, a cidadania consiste num pleito para ser formulado na arena política por um partido, transcendendo, pois, o universo sindical: “a igualdade do cidadão eleitor não permite distinções corporativas. Além disso, os partidos políticos são organizações que se dirigem, *quaisquer que possam ser suas eventuais pretensões classistas*, a toda a nação” (idem: 114; grifo meu). Porque seu objeto é político, o “novo sindicalismo” não pertence ao fato sindical. Incorpora-se à análise o tema da cidadania operária, mas subsiste uma dificuldade de outro tipo: donde e como extrai e constrói sua identidade este ser político, que certamente não vive apenas da sua cabeça, mas também dos seus braços, no trabalho das fábricas?



4. Outra seção da bibliografia dedica-se ao estudo do mundo fabril, hoje em fase de expansão e gozando de ampla legitimidade acadêmica, representada pelos trabalhos, entre outros, de Vera Pereira, José Sérgio Leite Lopes, Afonso C. Fleury, Nilton Vargas, Liliana Aceiro e J. Humphrey. Aqui, talvez, mais seguramente se expresse o tempo de maturidade científica que começa a informar a construção do objeto movimento operário e sindical. Seu problema é o operariado real, visto, de um lado, como um sujeito no processo de trabalho, na medida em que não há produção industrial sem a adesão do trabalhador a ela, e, de outro, como objeto das práticas fabris de controle social, que variam segundo a forma de controle predominante ao nível da formação econômico-social. A primazia das formas coercitivas sobre as consensuais no interior das fábricas é, por exemplo, incompatível com uma ordenação democrático-liberal no sistema político.

Inverte-se a perspectiva tradicional da literatura: o sistema político deixa de ser o ponto de partida para a percepção do movimento operário e sindical, recusando-se o tratamento da regulação do mercado de trabalho pelo viés da constituição de uma ordem burguesa democrática e estável. Horizonte em que o movimento operário tende a ser visualizado de modo agregado (“o sindicalismo do setor de ponta”, “o sindicalismo de pauta sócio-econômica”, “o sindicalismo de pauta política”, etc.), mero resultado de situações estruturais, que o constituiriam com a força de um processo natural.

O sindical, a institucionalização do mercado de trabalho (o tema da CLT) e a natureza do sistema político são enfocados a partir de um ator, a classe operária, animado por uma atividade que redefine o modo de sua inscrição na sociedade. A vontade e a consciência operárias não podem mais se constituir como uma externalidade ao objeto movimento operário e sindical. Em cada fábrica particular, a análise das formas de controle social, no espaço fabril e no processo de trabalho, tem posto em evidência a surda luta política que o capital conduz com o trabalhador para subsumi-lo à lógica da sua produção e a resistência que encontra nele.

A fraqueza de grande parte dessa literatura tem consistido num certo formalismo, derivando daí, com freqüência, um tratamento da dimensão da política apenas como um elemento estrutural — por exemplo, nos estudos que se limitam a demonstrar que a política se encontra embutida no processo de trabalho através do sistema de máquinas e no controle social da produção —, e não na riqueza das suas determinações concretas no plano da conjuntura. Se, em teoria, afir-

ma-se a presença da política como constitutiva à própria organização do trabalho industrial, em geral — mas nem sempre — negligencia-se a arena política real.

Assim, o seu mérito se constitui por determinar a classe operária como ator no mundo fabril — numa bibliografia que tende a ocultá-la como personagem ativo —, e sua debilidade, por não percebê-la em situação no mundo. Ou seja, numa conjuntura sindical e política singular, cuja inteligibilidade requer a concretização da análise. Não à toa, aqui, os prognósticos e a prospecção sobre os rumos futuros do movimento operário e sindical cedem lugar, claramente nos trabalhos mais ingênuos, às simples reconstituições de situações de trabalho. Como se o operário fosse redutível à sua dimensão de trabalhador e o universo da sua política confinasse com os muros das fábricas. Os trabalhos resenhados a seguir se constituem um ensaio, nessa região de fronteira, que tentativamente se aproximam de uma composição do objeto de estudo como um campo não-fragmentado: integrar o fabril, o sindical e o político num conjunto de hipóteses que pretenda captar o sentido de seu movimento.

O estudo de Vera Pereira tem como objeto uma fábrica têxtil no subúrbio do Rio de Janeiro, e se aplica sobre a reconstituição do processo de trabalho nela existente com base na percepção dos seus operários. Pesquisa outros aspectos conexos, como o código de valores do trabalhador, sua compreensão das relações de dominação e subordinação no espaço fabril e, a partir daí, examina sua percepção sobre as instituições da sociedade global. Contra a idéia corrente e preconceituosa do operário como um mero apêndice das máquinas, indivíduo passivo a exercer funções automatizadas e inteiramente dominado pelo processo de produção, a autora opõe não só o alto nível de consciência do trabalhador sobre sua atividade — inclusive do ponto de vista técnico — como sua criatividade no exercício dela (Pereira, 1979).

Utilizando-se de procedimentos especializados na área da engenharia de produção, Afonso C. Fleury e Nilton Vargas têm estabelecido um vivo intercâmbio com os cientistas sociais e com o campo de pesquisa da medicina social. Fleury procura demonstrar, apoiando-se em abundante material empírico, que, na indústria brasileira, a administração científica foi rebaixada a uma simples prática de rotina da produção. Resultado de uma “cultura empresarial” que se conformou, entre outros processos, por uma realidade extra-muros das fábricas de abundância da força de trabalho e de controle polí-

tico exercido sobre ela pelo Estado por meio da institucionalização corporativa.

A cultura empresarial se constituiria, assim, avessa à criação de mecanismos consensuais no contexto fabril, otimizando os recursos coercitivos existentes (“na organização do trabalho, os fatores sociais são considerados os mais restritivos e preponderam sobre os fatores técnicos” [Fleury, 1978: 171]). Os empresários “sacrificam a eficiência para evitar problemas com a mão-de-obra” (idem: 171), optando por uma organização do trabalho que elimina a participação da força de trabalho, mesmo quando ela venha a se constituir numa exigência técnica para a intensificação da produtividade.

Estudando o processo de trabalho na indústria da construção civil, Nilton Vargas procurou elucidar que a sobrevivência nele de formas pré-industriais, em que pese sua estreita articulação com a fronteira avançada do capital financeiro, prende-se não só à natureza do sindicalismo em geral e, em particular, do sindicalismo dos operários da construção civil, como também à regulação do espaço urbano pelo Estado e ao modo de reprodução do capital financeiro associado à construção civil.

“Queremos enfatizar que o estado de desmobilização e desorganização da classe trabalhadora é um dos fatores importantes neste processo. Tanto que é possível às empresas manterem uma alta taxa de exploração (. . .). Por outro lado, vimos que há uma especificidade na construção, em relação a outros setores, dada pela dependência do solo para a realização do produto habitação. Esta característica traz alguns problemas técnicos ao nível do processo de trabalho. Entretanto, a análise sob o ângulo daqueles que auferem uma renda que tem como base a propriedade e o monopólio da terra, fornecerá a chave para estudar um outro fator fundamental da não introdução das modernas técnicas de gerência do trabalho” (Vargas, 1979: 101).

Ainda neste bloco, incluem-se os trabalhos de J. S. Leite Lopes (1976, 1979), investigando, numa visão antropológica, a inserção do mundo fabril num contexto tradicional como no bem-sucedido *Vapor do diabo*, e de J. Humphrey com seu correto e sensível *Fazendo o milagre* (1982), que se identifica mais com uma resenha sobre “novo sindicalismo”. Um dos pontos fortes de *Fazendo o milagre* está na história das artes que realiza sobre o sindicalismo atual, com ênfase nas críticas formuladas sobre as investigações baseadas nas teorias de mercado dual e segmentado. Como se viu, são sobre estas teorias que se

apóiam as hipóteses sobre uma aristocracia operária no Brasil, rejeitadas pelo autor em exaustiva e fundada argumentação:

“Os salários e as condições de trabalho na indústria automobilística (. . .) não correspondem às características de um mercado de trabalho primário. Tais características — estabilidade de emprego, equanimidade na aplicação das regras de trabalho, ambiente saudável, etc. — não foram encontradas na indústria automobilística, na ocasião do estudo. Os níveis de salário flutuavam de acordo com a influência do Estado e dos mercados de trabalho externos; saúde e segurança estavam longe de ser ideais; o emprego era instável para muitos grupos de trabalhadores; a produtividade estava sempre sendo aumentada sem técnicas melhores; e o grupo supervisor exercia um grande poder, muitas vezes de modo arbitrário” (Humphrey, 1982: 103).

De interesse, igualmente, é a análise sobre a imposição da disciplina na força de trabalho. De um lado, concebida e praticada pelas direções empresariais com sua política de altos salários (sair da indústria automobilística importaria em redução salarial, incrementasse assim a disciplina no seu interior) e de rotação de mão-de-obra (inibindo a criação de uma identidade coletiva e, portanto, o trabalho sindical) e, de outro, resultante do sistema da CLT e da ação interventora do Estado sobre os sindicatos (idem: 114). Nisso, seu trabalho consiste em mais um exemplo de como a bibliografia que assume a fábrica como objeto vem sendo animada pela vocação de, a partir dela, especificar e concretizar as formas de controle vigentes na sociedade inclusiva. Estudando o coração do “novo sindicalismo”, a indústria automobilística do ABC, Humphrey procura entender não só como o sistema de controle cumpria suas finalidades, mas também onde não as cumpria. Afinal, desta indústria saíram as greves de 1978 e a reanimação operária dos anos seguintes. Para ele, o Calcanhar de Aquiles da disciplina fabril estava no setor dos trabalhadores qualificados, exatamente onde se constituiu a vanguarda da movimentação operária. E por duas razões: pela importância e escassez dos qualificados no processo da produção automobilística; e pelas facilidades que estes operários encontravam para uma atuação organizada frente à administração fabril. Os ferramenteiros, por exemplo, contavam com uma média de seis anos de tempo de serviço, circunstância que claramente entrava em contradição com o sistema de controle fabril vigente, suportado entre outras práticas pela rotação da força de trabalho (idem: 118).

5. Como temas ainda pouco cobertos pela bibliografia, podemos citar o das relações das classes populares com o movimento operário e sindical, de notável significação nas greves de 1979 e de 1980, no ABC. A questão do popular vem sendo desenvolvida na literatura sob a rubrica de movimentos sociais urbanos, em geral, excludente da temática operária, implicando uma verdadeira fragmentação e corporativização do objeto que, por existir em parte na vida real, não necessariamente impõe sua confirmação no campo científico. São exceções, entre outros, os criativos estudos de Nicolau Sevcenko (1983) e de Maria Alice Rezende de Carvalho (1983), e mais o de Nilson R. Costa (1983) que, numa perspectiva de história social, pesquisaram as condições de formação do proletariado no Rio de Janeiro da 1.ª República, com enfoque principal na ação disciplinadora do Estado sobre o urbano.

Mais uma, entre tantas evidências empíricas a estimularem pesquisas nesta direção, consiste o caso ilustrado pelo subúrbio de Bangu, no Rio de Janeiro. Criado em torno de uma fábrica — estudada por Vera Pereira (1979) —, verdadeira projeção sua, com a vila operária, um clube de futebol da primeira divisão (o *Bangu Atlético Clube*) organizado e dirigido pela empresa, hoje o fabril, que antes disciplinou o seu mundo, se encontra envolvido e subordinado pela lógica do urbano, com suas principais instituições culturais — o clube de futebol e a Escola de Samba *Mocidade Independente de Padre Miguel* — sob a condução de potestado do jogo do bicho. O espaço se redefine, a fábrica, já impotente para regular as relações ao seu redor, abdica da sua antiga hegemonia sobre ele para outras formas de controle social.

Outro tema afirmado na vida, mas ainda pouco estudado, tem sido o sindicalismo rural. Basta reparar que, hoje, seus efetivos ultrapassaram o do sindicalismo urbano e na importância do seu peso político nas reuniões sindicais, como nos Encontros das Classes Trabalhadoras — Enclats, e Congressos das Classes Trabalhadoras — Conclats até aqui realizados. Mencione-se o estudo de Lygia Sigaud (1980) sobre a greve dos canavieiros de Pernambuco, de 1979, com a feliz demonstração feita de que, sob certas circunstâncias, mesmo uma institucionalização autoritária, como a CLT, pode servir de veículo para os anseios por cidadania e autonomia do sindicalismo.

Na seção de estudos históricos, chama a atenção a rapidez com que se ocupa um lugar tradicionalmente vazio, qual seja o das pesquisas sobre partidos de extração ou preferentemente orientados para

o movimento operário e sindical. R. Chilcote (1982), E. Carone (1982), M. Vinhas (1982), L. M. Rodrigues (1981), juntamente com a memorialística de antigos militantes operários, como Gregório Bezerra (1979), Heitor F. Lima (1982), Otávio Brandão (1978), constituem este novo campo, entre outros, cuja vitalidade se expressa pela criação de um grupo de trabalho específico na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais — ANPOCS. Também, aqui, se enquadra o trabalho de Angela Castro Gomes (1979) sobre os empresários e a legislação social na 1.<sup>a</sup> República. E, meio fora do lugar, numa bibliografia preferencialmente orientada por estudos empíricos, o trabalho teórico de Rubem Barbosa Filho sobre a história do conceito de populismo (1980).

A regionalização dos estudos consiste noutra tendência constataável, evidente a maior presença de Minas Gerais, de que são exemplos as pesquisas sobre os trabalhadores do ramo metalúrgico (Sorj, 1979), sobre os mineiros de Morro Velho (Grossi, 1981) e o estudo comparativo sobre a formação da classe operária em Belo Horizonte e em Juiz de Fora (Dutra, 1981). No Rio Grande do Sul (Machado, 1983) — aqui, cabendo uma referência ao levantamento das greves, ocorridas no pós-1945, realizado pela Escola de Sociologia Industrial da PUC-RGS —, e em Pernambuco (Soares, 1982), observa-se processo semelhante que, além do mérito intrínseco para a produção de conhecimentos sobre uma realidade local, apresenta como importante resultado a necessidade de se abrir o campo de hipóteses sobre o objeto de estudo, até então fortemente vinculado a singularidades e características do movimento operário e sindical carioca e paulista.

Finalmente, como um processo que certifica e aprofunda a importância e maturidade do objeto movimento operário e sindical, registre-se o surto de instituições dedicadas à memória operária e à pesquisa de sua história, na Universidade ou fora dela, como o importante Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro, ainda com sede em Milão, o Centro de Memória Social da Sociedade Brasileira de Instrução — SBI, o Centro de Memória Sindical, em São Paulo, a Casa Ruy Barbosa, o IBASE, que colige e analisa dados sobre sindicalismo, e o Arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP. Para a mesma direção, aponta a dinamização da investigação interdisciplinar, particularmente no que se refere aos estudos sobre política social, saúde e trabalho e processo de trabalho.

*(Recebido para publicação em dezembro de 1983)*



## Bibliografia

- ABREU, Alice. *Trabalho industrial a domicílio na indústria de confecção*. Tese de Doutorado, FFLCH da USP, mimeo, 1980.
- ACERO, Liliansa. Os trabalhadores têxteis e sua visão do mercado de trabalho. *Dados*, vol. 26, n. 3, 1983.
- ALMEIDA, M. Herminia T. O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. *Debate & Crítica*, n. 6, 1975.
- . Desarrollo capitalista y acción sindical. *Revista Mexicana de Sociología*, ano XL, vol. XL, 1978.
- . Tendências recentes da negociação coletiva no Brasil. *Dados*, vol. 24, n. 2, 1981.
- . Novas tendências do movimento sindical. In: TRINDADE, Helgido (org.). *Brasil em perspectiva — dilemas da abertura política*. Porto Alegre, Ed. Sulina, 1982a.
- . *Novas demandas, novos direitos*. São Paulo, Cebrap, mimeo, 1982b.
- . O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. In: SORJ, Bernardo, et alii (org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983a.
- . *Novo sindicalismo e política*. Friburgo, mimeo, 1983.
- ALVES, Wania Malheiros Barbosa. *The Brazilian working class and the theory of labour aristocracy*. Liverpool, Master of Philosophy, mimeo, 1980.
- ANDRADE, Regis de Castro. Perspectivas no estudo do populismo brasileiro. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 7, 1979.
- ANTUNES, Ricardo (org.). Por um novo sindicalismo. *Cadernos de Debate*, n. 7, 1980.
- . *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil*. São Paulo, Cortez 1982.
- AVELAR, Lucia M. *O voto e o voto operário em uma comunidade urbano-industrial*. Dissertação de Mestrado à PUC/SP, São Paulo, mimeo, 1981.
- BARBOSA FILHO, Rubem. *Populismo: uma revisão teórica*. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, DCP/UFMG, mimeo, 1980.
- BEZERRA, Gregório. *Memórias: 1900-1945*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- BRANDÃO, Otávio. *Combates e batalhas*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.
- CALLIRAUX, Heitor Mansur. Processo de trabalho da indústria do vestuário. In: FLEURY, Afonso C. C. et alii (org.). *Organização do trabalho*. São Paulo, Atlas, 1983.
- CARONE, Edgard. *O PCB (1922-1943)*. São Paulo, Difel, 1982a.

- CARONE, Edgard. *O PCB (1943-1964)*. São Paulo, Difel, 1983b.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Cidade & fábrica*. Dissertação de Mestrado, IFCH da UNICAMP, mimeo, 1983.
- CHASIN, J. As máquinas param, germina a democracia. *Escrita Ensaio*, ano IV, n. 7, 1980.
- CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- COLBARI, Antonia. *Legislação trabalhista e industrialização no Brasil*. Dissertação de Mestrado, IFCH da UNICAMP, mimeo, 1981.
- COSTA, Nilson R. *Estado e políticas de saúde pública*. Dissertação de Mestrado, IUPERJ, mimeo, 1983.
- CORREA, Hércules. *O ABC de 1980*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- COUTINHO, Ronaldo do Livramento. *Operário de construção civil*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1980.
- DUTRA, Eliana R. F. *Alternativas do comportamento operário: Belo Horizonte e Juiz de Fora (1917-1930)*. Dissertação de Mestrado, DCP/UFMG, mimeo, 1981.
- FLEURY, Afonso Carlos Corrêa. *Organização do trabalho industrial: um confronto entre teoria e realidade*. Tese de Doutorado, E. P. da USP, mimeo, 1978.
- FLEURY, A. Carlos Corrêa & VARGAS, Nilton. *Organização do trabalho*. São Paulo, Atlas, 1983.
- FREDERICO, Celso. *A vanguarda operária*. São Paulo, Símbolo, 1979.
- GODINHO, Maurício. *Política trabalhista e sindicato no Brasil, 1964-1967*. Dissertação de Mestrado, DCP/UFMG, mimeo, 1980.
- GOMES, Angela M. de Castro. *Burguesia e trabalho*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- GROSSI, Yone. *Mina de Morro Velho: a extração do homem*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- GUEDES, Luzia A. C. *A Contag: uma organização contraditória*. Dissertação de Mestrado, mimeo, 1978.
- HUMPHREY, John. Operário da indústria automobilística no Brasil. *Estudos Cebrap*, n. 23, 1979.
- . As raízes e os desafios do novo sindicalismo da indústria automobilística. *Estudos Cebrap*, n. 26, 1980.
- . A fábrica moderna no Brasil. *Revista de Cultura e Política*, n. 5/6, 1981.
- . *Controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- IANNI, Otávio. *O ABC da classe operária*. São Paulo, Hucitec, 1980.

- LIMA, Heitor F. *Caminhos percorridos*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- LOPES, J. S. Leite (org.). *Mudança social no Nordeste*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MACHADO, Carmen L. B. *O movimento operário e sindical no Rio Grande do Sul de 1930 a 1937*. Dissertação de Mestrado, IFCH da UFRGS, mimeo, 1983.
- MARONI, Amnérís. *A estratégia da recusa*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MEMÓRIA & HISTÓRIA. N.º 1, São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1981.
- . N.º 2, São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1982.
- MENEZES, Clarice Melamed & SART, Ingrid. *Conclat 1981*. São Paulo, Coleção Ildes, n. 3, 1981.
- MOISÉS, J. Álvaro. A estratégia do novo sindicalismo. *Revista de Cultura e Política*, n. 5/6, 1981.
- NEVES, Lucília de Almeida. *CGT no Brasil — 1961/1964*. Belo Horizonte, Vega, 1981.
- PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e conflito: relação entre empregados e patrões na agroindústria pernambucana. *Revista de Cultura e Política*, ano I, n. 1, 1979.
- PEREIRA, Vera. *O coração da fábrica*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- PINHEIRO, P. S. & HALL, M. M. *A classe operária no Brasil: 1889-1930*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- RODRIGUES, L. Martins. Tendências futuras do sindicalismo brasileiro. In: RATTNER, Henrique (org.). *Brasil 1990*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- . O PCB: os dirigentes e a organização. *História geral da civilização brasileira*, tomo III. São Paulo, Difel, 1981.
- SARTI, Ingrid & BARBOSA FILHO, Rubem. Desafios e desafios nos caminhos da cidadania. *Dados*, vol. 26, n. 3, 1983.
- SEGATTO, J. A. et alii. *PCB, Memória fotográfica: 1922-1982*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- SIGAUD, Lygia. *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- SOARES, José Arlindo. *A frente do Recife*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- SORJ, Bila. *The formation of ideology amongst Brazilian steel workers*. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, Univ. de Manchester, mimeo, 1979.
- SOUZA, Amaury de & LAMOUNIER, Bolívar. Governo e sindicatos no Brasil: A perspectiva dos anos 80. *Dados*, vol. 24, n. 2, 1981.

- SOUZA, Amaury de. O sindicalismo corporativista e seus impasses. Rio de Janeiro, IUPERJ, mimeo, 1983a.
- . *A nova política salarial e as negociações coletivas de trabalho no Brasil, 1979-1982*. Rio de Janeiro, IUPERJ, mimeo, 1983b.
- SPINDEL, Arnaldo. *O Partido Comunista na gênese do populismo*. São Paulo, Símbolo, 1980.
- VARGAS, Nilton. *Organização do trabalho e capital — um estudo da construção habitacional*. Dissertação de Mestrado, Engenharia da UFRJ, mimeo, 1979.
- VIANNA, Luiz Werneck. Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências. *BIB*, n. 3, 1978.
- . Sistema político e fábrica. *Dados*, vol. 24, n. 2, 1981.
- . O problema da cidadania na hora da transição democrática. *Dados*, vol. 26, n. 3, 1983.
- . *A classe operária e a abertura*. São Paulo, Cerifa, 1983.
- VINHAS, Moisés. *Partidão*. São Paulo, Hucitec, 1982.
- WEFFORT, Francisco. A cidadania dos trabalhadores. In: LAMOUNIER, Bolívar et alii (org.). *Direito, cidadania e participação*. São Paulo, T. A. Queiroz, Editor, 1981.

**ANPOCS** **b i b**  
Revista Brasileira de Informação  
em Ciências Sociais

**17**